

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO ACADÊMICO DE HISTÓRIA

HENRIQUE SILVA DE CAMPOS GERMANO

**Austeridade e Fascismo:
As Marchas de Junho em Uberlândia no ano de 2013.**

Uberlândia

2026

HENRIQUE SILVA DE CAMPOS GERMANO

**Austeridade e Fascismo:
As Marchas de Junho em Uberlândia no ano de 2013.**

Monografia apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como pré-requisito para conclusão do curso de graduação em História — Licenciatura sob orientação do Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro.

Área de concentração: História Política

Orientador: Deivy Ferreira Carneiro

Uberlândia

2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

G373 Germano, Henrique Silva de Campos, 2002-
2026 Austeridade & Fascismo [recurso eletrônico] : As Marchas de
Junho em Uberlândia no ano de 2013. / Henrique Silva de Campos
Germano. - 2026.

Orientador: Deivy Ferreira Carneiro.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Uberlândia, Graduação em História.
Modo de acesso: Internet.
Inclui bibliografia.

1. História. I. Carneiro, Deivy Ferreira, 1979-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em História. III.
Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

HENRIQUE SILVA DE CAMPOS GERMANO

**Austeridade e Fascismo:
As Marchas de Junho em Uberlândia no ano de 2013.**

Monografia apresentada ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como pré-requisito para conclusão do curso de graduação em História - Licenciatura sob orientação do Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro.

Área de concentração: História Política

Uberlândia, 13 de março de 2026

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro – orientador (Universidade Federal de Uberlândia - UFU)

Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl (Universidade Federal de Uberlândia - UFU)

Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais (Universidade Federal de Uberlândia - UFU)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos, tanto colegas quanto familiares e professores; pelo conhecimento, incentivo e auxílio.

“A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece.”

(Gramsci, 2001, p. 184)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo analisar a partir da perspectiva das “Marchas de Junho” de 2013 — sobretudo em Uberlândia — a ação repressiva do Estado contra as manifestações ocorridas, buscando o cerne de ação e o motivo de determinadas reações do governo tanto sob uma epistemologia econômica quanto política e legal. Denunciando como gradualmente o Estado agiu sob a pretensão de salvaguardar a manutenção das políticas de austeridade, visando estruturalmente minar a capacidade popular de mobilização e organização através de uma inadimplência Estatal artificial. Esta, por sua vez, transfigurada em uma administração burocrática liberal que objetiva uma redução do orçamento público através do corte de gastos na Saúde e Educação. A estes fins, foram recolhidos como fontes manchetes distribuídas em 2 jornais que dispuseram de respectiva relevância no período, permitindo uma triangulação da lógica por trás da narrativa calcada sob os periódicos dos mesmos. E, a fim de executar uma metodologia empírica, será proporcionada uma análise tríplice dos acontecimentos que se atentará em assistir a cadeia de eventos, analisando: manifestantes e suas demandas, a ação policial e sua determinada reação frente aos atos e, por fim, a postura final dos órgãos públicos do executivo. Portanto, denunciando o movimento da Prefeitura Municipal de Uberlândia em negociar, segregar, minar e sobrepujar quaisquer lutas de fundamento classista e sindical, apresentando, assim, a austeridade enquanto essencialmente uma ferramenta de controle de classe dentro da atualidade.

Palavras-chave: Marchas de Junho; Estado; austeridade; ação policial; fascismo.

ABSTRACT

This Final Paper aims to analyze, from the perspective of the "June Marches" of 2013—especially in Uberlândia—the State's repressive action against the protests, seeking the core actions and motives of certain government reactions, under economic, political, and legal epistemologies. It denounces how the State procedurally acted under the pretense of safeguarding austerity policies, structurally undermining popular mobilization and organization through an artificial State default. This is transfigured into a liberal bureaucratic administration aiming to reduce the public budget via cuts in Health and Education spending. To this end, headlines from two relevant newspapers of the period were collected as sources, enabling triangulation of the logic behind the narratives in those periodicals. To execute an empirical methodology, a tripartite analysis of events is provided, focusing on the chain of events by examining: protesters and their demands, police actions and reactions to the acts, and finally, the stance of executive public bodies. Thus, it denounces the Uberlândia Municipal Prefecture's moves to negotiate, segregate, undermine, and overpower any class-based or union struggles. Presenting austerity as essentially a class control tool in the present day.

Keywords: June Marches; State; austerity; periodicals; police action; health; education; fascism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	AUSTERIDADE NO BRASIL E NO MUNDO.....	21
2.1	Clara E. Mattei & Austeridade Econômica.....	21
2.2	Austeridade: uma história Britânica & Italiana.....	22
2.3	Austeridade Econômica no Brasil: Nacional-Desenvolvimentismo & Neoliberalismo.	29
2.4	Gregoire Chamayou & o Neoliberalismo na década de 90.	32
2.5	Lula e o Novo Desenvolvimentismo.	36
2.6	Primeiro mandato do governo Dilma.....	38
2.7	Uberlândia no ano de 2013.....	44
3	AUSTERIDADE NO ANO DE 2013.....	48
3.1	A cadeia de equivalência discursiva do MPL e sua derrocada.	48
3.2	MPL e o princípio das Marchas.	51
3.3	As Marchas de Junho em São Paulo (SP).....	53
3.4	As Marchas de junho em Uberlândia.	59
4	CONCLUSÃO	68

1 INTRODUÇÃO

No domingo, dia 8 de janeiro de 2023, o país viveu um ato de insanidade, terrorismo e vandalismo na capital, quando uma marcha “patriótica” tomou forma e tamanho a ponto de, em seu furor político radicalizado, atacar a sede dos 3 poderes¹. O movimento poderia ser caracterizado, no mínimo, como uma multidão enfurecida, formada pelos mais diferentes e heterogêneos grupos políticos de direita. Tendo membros abrangendo desde contatos e filiados do partido do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro (PL)² até manifestantes sem filiação oficial a quaisquer partidos ou movimentos, apenas com uma orientação política à direita/extrema direita³.

Classificados pelo jornal G1 como “Bolsonaristas radicais, golpistas e criminosos”, foram somados um total aproximado de 4 mil pessoas, as quais se encontravam há dias acampadas na frente do Quartel General Militar em Brasília aguardando uma “falha”⁴ tentativa de intervenção militar por parte das forças armadas. Contudo, enraivecidos e motivados pelos discursos políticos, os manifestantes marcharam dos quartéis para a Praça dos Três Poderes e, pouco restringidos e controlados pela polícia⁵, causaram um prejuízo de R\$ 16 milhões para os cofres públicos ao depredarem e destruírem itens de valor inestimável — tanto do ponto de vista histórico e artístico quanto monetário — presentes nos edifícios⁶. Entretanto, tal evento foi apenas o apogeu de uma longa caminhada marcada por ocupações e acampamentos estruturados na frente de quartéis militares por todo o país⁷ por aproximadamente dois meses⁸.

Nesse contexto, este trabalho examinará a que se deve o radical de ação destes movimentos, procurando analisar como estes são gerados mediante uma economia austera, intencionalmente projetada para engendrar um ciclo de raiva, da subsistência e servidão das classes trabalhadoras, garantindo a reprodução da lógica do capital. Partindo deste princípio, visando atender um método empírico historiográfico, foi feito um recorte regional na cidade de Uberlândia (MG), localizada no Triângulo Mineiro. Dando continuidade, o recorte temporal desta análise focará no mês de junho de 2013. Isso se justifica pela bibliografia coletada, a qual

¹ **G1**. O dia em que bolsonaristas invadiram o Congresso, o Planalto e o STF: como isso aconteceu e quais as consequências. **G1**, 08 jan. 2023.

² **G1**. PGR aponta ligação de Bolsonaro com 8 de janeiro e revela mensagem de militar: ‘Tropa continua com sangue nos olhos’. **G1**, 18 fev. 2025.

³ **CNN BRASIL**. Quantas pessoas foram presas pelos atos de 8 de janeiro de 2023? **CNN Brasil**, 8 jan. 2024.

⁴ **G1**. Entenda os principais pontos da denúncia da PGR contra Bolsonaro e seu grupo na tentativa de golpe de Estado. **G1**, 18 fev. 2025.

⁵ **G1**. Polícia Federal conclui que houve falha na segurança pública do Distrito Federal nos atos golpistas de 8 de janeiro. **G1**, 29 out. 2024.

⁶ **G1**. Veja lista de objetos depredados nas três sedes do poder em Brasília. **G1**, 08 jan. 2023.

⁷ **G1**. Entenda os acampamentos bolsonaristas: violência e terrorismo. **G1**, 30 dez. 2022.

⁸ **G1**. Só mais 72 horas: o acampamento bolsonarista radical. **G1**.

indica que, a partir da metodologia aplicada, observa-se a ação conjunta de três elementos: Prefeitura, povo e forças de segurança. Tal confluência denuncia claramente a ação de uma economia de austeridade projetada que, por sua vez, atua como um gatilho para acionar a grande válvula de emergência capitalista: o fascismo.

Sob a égide deste pensamento, é evidente que o Brasil cada vez mais presencia a ressurreição de uma extrema-direita, não somente enquanto um movimento, partido único ou ideologia⁹ (a própria queda da imagem de Bolsonaro é prova de que simbolismos fracos não são o que sustenta este surto fascista brasileiro: “O fato é que Bolsonaro se torna cada vez mais fraco. Impedido de ocupar um cargo até 2030, ele começa a perder o controle do grupo, que passa a desafiar os limites de sua autoridade aqui e ali”¹⁰), mas sim uma lógica. Bolsonaro é agora apenas um coadjuvante de um processo que não mais controla. Logo, surge o questionamento: a que se deve isso? Como podemos explicar a transição de uma população que lutou pela redemocratização em 1988¹¹ para uma turba enlouquecida, cheia de raiva para com a instituição democrática? Seria uma falta do compromisso político do ex-presidente que careceu de nacionalismos em seus discursos? Ou o próprio discurso se tornara maior que o Bolsonaro? Para responder a estes questionamentos, gostaria de abordar tanto os escritos de Céli Regina Jardim Pinto¹² presentes em seu artigo “*A trajetória discursiva das Manifestações de rua no Brasil*” (2013-2015)¹³, quanto Natalia Scartezini¹⁴ e sua publicação “*A Fascistização da Indignação: as manifestações de 2015 no Brasil*”¹⁵.

Primeiramente, Pinto tem como enfoque apresentar um “*deslocamento discursivo em uma direção conservadora*” (PINTO, 2017, p.119) presente nos atos de 2013, “*marchas de junho*”¹⁶, 2014, “*não vai ter copa*”¹⁷, e 2015, “*fora Dilma*”¹⁸. Diante das suas afirmações, ela discorre sobre a forma como, desde a luta pela redemocratização do país na década de 80, as ruas foram ocupadas majoritariamente por grupos politicamente posicionados na esquerda/centro-esquerda, mas que “*a partir de 2013 e mais acentuadamente em 2014 e 2015,*

⁹ VEJA. A nova face do eleitorado de direita que ameaça se desgarrar da liderança de Bolsonaro. VEJA, 3 jan. 2025.

¹⁰ JORNAL OPÇÃO. Partido Liberal disputa contra si próprio em crises contratadas a cada dois anos. *Jornal Opção*, 25 jan. 2025.

¹¹ G1. 40 anos das Diretas Já: viúva de líder lembra caráter pacífico e esperança do movimento. G1, 26 abr. 2024.

¹² Professora titular do departamento de história de Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

¹³ PINTO, C. R. J. A TRAJETÓRIA DISCURSIVA DAS MANIFESTAÇÕES DE RUA NO BRASIL (2013-2015). Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 100, p. 119–153, jan. 2017.

¹⁴ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).

¹⁵ SCARTEZINI, Natália. A fascistização da indignação: as manifestações de 2015 no Brasil. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, Araraquara, n. 20, p. 183-205, 2016.

¹⁶ NEXO JORNAL. Junho de 2013: o passo a passo dos protestos que mudaram o Brasil. Especial, 5 jun. 2023.

¹⁷ UOL. Os protestos contra a Copa se espalham por todo o Brasil. El País, 17 maio. 2014.

¹⁸ EL PAÍS. Fotos dos protestos no Brasil em 2015. Brasil, 16 ago. 2015.

os manifestantes tenderam cada vez mais a se identificar com posições políticas de centro e de direita”¹⁹. Sob este pretexto, ambas as autoras, tanto Pinto quanto Scartezini, pontuam as manifestações pró-impeachment²⁰ de 2015 como o apogeu desta fervorosidade conservadora no país.

Outrossim, Pinto destaca a importância de se analisar o discurso presente nas manifestações, a fim de identificar suas motivações, os princípios sob os quais operam e como ocorreu essa transição discursiva da esquerda (2013) para a direita (2015). Nas palavras da própria autora:

“A perspectiva teórica desenvolvida por Ernesto Laclau²¹ contém uma chave analítica que permite uma intervenção qualificada sobre as manifestações de rua do Brasil de 2013-2015, do ponto de vista de uma construção discursiva que sofreu significativa alteração ao longo do processo” (PINTO, 2017, p.123).

Assim, a autora busca identificar o fio condutor que rege o radical de ação política presente em uma manifestação, sendo esta, por sua vez, gerada a partir de um discurso perpassado por muitos significados e conceitos. Para isso, estrutura uma base analítica que visa acompanhar respectivamente o “*discurso, articulação, cadeia de equivalência, antagonismo, significante vazio, significante flutuante, povo e liderança*”²². Vale ressaltar que os princípios de cadeia de equivalência e de significantes (vazios & flutuantes), são centrais com a base teórica desta pesquisa, servindo como ponte de conexão empírica entre as contribuições de Scartezini, Pinto e, futuramente, Clara E. Mattei.

Embasada nos escritos de Laclau, Pinto discorre²³ sobre como o conceito de democracia é o resultado de uma articulação de diferentes “significantes”²⁴, destacando que estes, por sua vez, podem ser segregados em duas categorias: significantes vazios e significantes flutuantes. Laclau apresenta o significante vazio como símbolos ou palavras capazes de reter significados e sentidos amplos, podendo então reunir uma amálgama de interesses sociais diferentes sob uma mesma insígnia. Ao apresentar este ponto de articulação entre movimentos e interesses distintos, promove a flexibilidade discursiva mesmo dentro de um coletivo heterogêneo²⁵.

Sob esta mesma lógica, um significante flutuante depende antes de um contexto, ou conforme a proposição de Laclau destacada por Pinto, de uma cadeia de equivalência. Ele não

¹⁹ Pinto 2017, p. 119.

²⁰ PÚBLICO. "Fora Dilma" grita-se este domingo outra vez em todo o Brasil. 16 ago. 2015.

²¹ LACLAU, E. 1996. *Emancipación y diferencia*. Buenos Aires: Ariel. 2013. *A razão populista*. Rio de Janeiro: EdUERJ. [Originalmente: *On populist reason*. London: Verso, 2005].

²² PINTO 2017, p. 123.

²³ Teórico político argentino pós-marxista (1935-2014).

²⁴ PINTO 2017, p. 124.

²⁵ PINTO 2017, p. 125.

é “fixado” a algum conceito estrito, podendo “flutuar” mediante diferentes interpretações, lutas discursivas e contexto político. Assim, a cadeia de equivalência caracteriza-se pelos autores como uma “*disputa entre forças políticas pela hegemonia*” (PINTO 2017, p. 125), onde demandas sociais distintas podem ser discursivamente unificadas (através do significante vazio e flutuante) sob um objetivo comum, pavimentando um caminho plausível para uma ideologia “hegemônica”.

Exemplificando o processo, Laclau aponta como a campanha “*Diretas já*”²⁶ se orientava sob um significante vazio:

“Como sabemos, a identidade popular precisa ser condensada em torno de alguns “significantes vazios” (palavras, imagens) que se referem à cadeia de equivalência como uma totalidade. Quanto mais extensa a cadeia, menos esses significantes serão ligados às suas demandas particularistas originais. Isso quer dizer que a função de representar a relativa “universalidade” da cadeia prevalecerá sobre a função de expressar a reivindicação particular que constitui o sustentáculo material dessa função. Em outras palavras, a identidade popular tornar-se cada vez mais plena em um ponto de vista extensivo, pois representa uma cadeia de demandas cada vez maior; torna-se, porém intensivamente mais pobre, pois precisa despojar-se de conteúdos particularistas a fim de abarcar demandas sociais heterogêneas. Isto é, a identidade popular funciona como um significante que tende a ser vazio” (LACLAU 2013, pp. 153-154).

A partir dessa premissa, Pinto demonstra que o significante flutuante não depende de uma “filiação ideológica”²⁷ dentro de um cenário de combate e embate de discursos. A autora ressalta que, apesar do significante vazio proporcionar uma luta conjunta de diferentes pautas em torno de um inimigo e/ou sistema opressor comum, o significante flutuante atua nas narrativas de modo a tornar a própria cadeia de equivalência um palco de combate ideológico e discursivo²⁸.

Sob essa ótica, em termos gerais, concebe-se que a luta política dos progressistas contra os conservadores opera sobre significantes vazios & flutuantes em ambos os casos. Nesse contexto, Scartezini (2016) aponta que o “Movimento Brasil Livre” (MBL) e outros dois grupos lideraram os protestos antigoverno no ano de 2015, ocupando “*o vácuo deixado pelos movimentos e partidos de esquerda durante e após as manifestações de 2013*” (SCARTEZINI 2016, p. 190). Autodenominado “*movimento plural*”, porém orientado pela direita e extrema-direita, o MBL exige o fim da corrupção, da impunidade, do desrespeito às instituições

²⁶ G1. 40 anos das Diretas Já: viúva de líder lembra caráter pacífico e esperança do movimento. G1, 26 abr. 2024.

²⁷ PINTO 2017, p.126.

²⁸ “Laclau (2013, p.165) exemplifica o aparecimento do significante flutuante indicando como uma demanda popular pode deixar uma cadeia de equivalência progressista para se articular a um discurso conservador” (PINTO 2017, p.126).

democráticas e ao império da lei. Reivindica uma imprensa livre, liberdade econômica, a separação dos poderes, entre outros.²⁹

Conclui-se, portanto, que o discurso do MBL é estruturado por significantes flutuantes. Em suma, trata-se de um movimento político que visa angariar filiação através de cooptação de pautas presentes dentro do senso comum para expandir sua base de apoio. O fenômeno torna-se evidente a partir do discurso contra a corrupção, onde o senso comum entende o ato corrupto de um político, cuja função é servir o povo, como profundamente pecaminoso. Um sujeito que não tem uma inclinação política definida se engaja por uma bandeira que não necessariamente age em função de seus interesses pessoais (melhor salário, melhores condições de vida, melhoras de cunho estrutural), mas a favor dos “interesses do povo” (mais liberdade, menos impostos, zero corrupção, melhoras de cunho abstrato). Essa dinâmica dá espaço para que mobilizações conservadoras conduzam a cadeia de equivalência discursiva a favor de uma orientação antiprogressista pró-sistema.

Nessa mesma linha, Scartezini aponta que o discurso disseminado em 2015 – protagonizado pelos Movimentos Brasil Livre (MBL), Revoltados Online (MRO) e Vem pra Rua (MVR) - visava ocupar o espaço discursivo da esquerda. Assim, através do uso constante de significantes vazios e flutuantes, buscavam o que a cientista política Maria Orlanda Pinassi indica como uma “insatisfação generalizada”³⁰. Marcharam, então, em 2015 bradando frases de ordem como o resgate da “*esperança sequestrada pela corrupção*”, exigindo mais eficiência e transparência no gasto público e defendendo a redução da carga tributária e da burocracia”, se identificando com “*valores democráticos e republicanos, espontâneo e suprapartidário*” e sendo “*contra qualquer tipo de violência*”³¹ ou extremismos. Scartezini sarcasticamente, então, cita os dados apresentados pelo Jornal Carta Capital³² referente a estes atos:

“Ainda que 71% dos manifestantes tenha se declarado contrário à Intervenção Militar, é impossível não se atentar para o fato de que expressivos 29% deles sejam favoráveis à volta da Ditadura no Brasil (TRUFFI, 2015)”³³.

²⁹ Disponível na página do Movimento Brasil Livre.

³⁰ PINASSI, M. O. Da democracia formal à radical. In: GONÇALVES, M. B. (Org.). **As jornadas de Junho: o significado do retorno das manifestações de massas no Brasil**. Recife: Do Organizador, 2014. P.27-31.

³¹ Citações disponível na página do Movimento Vem pra Rua.

³² TRUFFI, R. Quem são os manifestantes de 16 de agosto. **Carta Capital**. São Paulo, ago. 2015.

³³ SCARTEZINI 2016, p. 191.

Além disso, Scartezini fundamenta sua base teórica e empírica na obra do americano-austriaco Wilhelm Reich³⁴, *“Psicologia de Massas do Fascismo”*³⁵, e ressalta que *“a mentalidade típica do fascista é a ‘mentalidade do ‘Zé Ninguém’”*³⁶. Alega que o fascismo não se limita a uma cultura ou nacionalidade, mas sim a uma lógica resultante de um *“determinado estilo de vida pautado na mecanização da sociedade industrial e no seu misticismo religioso como paradigma cultural”* (SCARTEZINI 2016, p. 195). Essa amálgama repressiva opera nos mais diferentes aspectos da vida humana para reprimir o indivíduo e desenvolver a mentalidade destacada do “Zé Ninguém”³⁷ – uma lógica repressiva baseada na mecanização industrial e no misticismo religioso. Essa combinação de fatores atua contra o indivíduo na sociedade contemporânea.

Diante destes processos de repressão na sociedade contemporânea apresentados pela autora a partir dos escritos do colunista do site Pragmatismo Político, Leandro Dias³⁸, percebe-se um paralelo entre as raízes socioculturais alemães e brasileiras, evidenciando o que se crê ser a raiz do fascismo moderno:

“Esse sentimento – chamado de *declassement* ou *declassê* no aportuguesado, algo como ‘deixar de ser alguém de classe’ – remetia ao medo de se proletarizar e viver a vida miserável que os trabalhadores, maior parte da população, viviam naquela época. Geralmente associava-se ao receio de que o prestígio social ou o reconhecimento social por sua posição econômica esmorecessem, mesmo para pequenos proprietários e profissionais liberais sem títulos de nobreza” (DIAS, 2014).

Portanto, Dias e Scartezini operam sob a premissa de que, sob uma ótica econômica, um dos principais sustentáculos da mobilização popular fascista reside no “medo de se proletarizar”³⁹. A luz destes fatos, a mentalidade reprimida do “Zé Ninguém” somada ao fator econômico de perder seu status social, produz um indivíduo *“subjugado, sedento de autoridade e, ao mesmo tempo, revoltado”*. Tal sujeito, que observou bem demais o comportamento do homem burguês – e o tenta reproduzir de modo ‘distorcido e grotesco’ (REICH, 1988. P.13)⁴⁰ - reforça a tese, concordando com Reich, que *“é o caráter mecanicista e místico do homem moderno que cria os partidos fascistas, e não vice-versa”* (REICH, 1988, p. 11).

³⁴ Psiquiatra e psicanalista (1897-1957).

³⁵ REICH, W. *Psicologia de Massas do Fascismo*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

³⁶ SCARTEZINI 2016, p. 195.

³⁷ “(...) o fascismo é a expressão política e cultural de uma condição social altamente repressiva, sobretudo, sexualmente repressiva” (SCARTEZINI 2016, p. 196).

³⁸ DIAS, Leandro. *Fascismo à brasileira*. Pragmatismo Político, 27 jan. 2014.

³⁹ SCARTEZINI, 2016, p. 194.

⁴⁰ SCARTEZINI, 2016, p. 195.

Scartezini, embasada em Reich e Dias, aponta que seria a classe média⁴¹ o coração do pensamento reacionário fascista, dado que:

“Sua cultura repressiva patriarcal, bem como sua aversão aos estratos mais baixos da sociedade e sua identificação passional com o estilo de vida da alta burguesia tornam as classes médias as maiores disseminadoras da ideologia fascista, sobretudo em momentos de crise econômica” (SCARTEZINI, 2016, p. 195).

Em suma, o apogeu da ressurreição conservadora no Brasil em 2015 foi resultado das crises econômicas e políticas de 2013-2014. Tanto Pinto quanto Scartezini apontam a epidemia fascista como um mecanismo de defesa do capital quando surgem tempos de crise econômica ou alta mobilização revolucionária. O historiador inglês Eric Hobsbawm apresenta em seu livro “A Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991”⁴² como “*Diante de problemas econômicos insolúveis e/ou uma classe operária cada vez mais revolucionária, a burguesia agora tinha de apelar para a força e a coerção, ou seja, para alguma coisa semelhante ao fascismo*” (HOBSBAWM, Eric. 1995, p. 139).

Em continuidade, o ano de 2014 foi marcado por conflitos intensos e calamitosos tanto em seus resultados como em suas reverberações sociais, culminando em 2015 com o marcante golpe de Estado contra a ex-presidente da República Dilma Rousseff. Dados do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), indicam que a recessão econômica ocorrida em 2014 atrasou o desenvolvimento nacional em 3 anos⁴³. E, para aumentar a instabilidade, no dia 17 de março de 2014 foi deflagrada a primeira fase da Operação Lava-Jato⁴⁴, sob comando do ex-juiz federal Sergio Moro e do procurador da República Deltan Dallagnol.

Embora não seja o foco deste trabalho se aprofundar em 2014, especialmente no caso da Operação Lava-Jato, vale destacar o caráter artificial desta crise manipulada sob influência norte-americana, fato confirmado pelas conversas expostas por hackers cujos arquivos foram apreendidos na Operação Spoofing e tiveram o sigilo suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 01/02/2021⁴⁵. Não é novidade a intervenção dos EUA dentro da política nacional, ressaltando o interesse deste em substituir o presidente da República no Brasil em pleno século

⁴¹ “Sempre disposto a se adaptar à autoridade, o indivíduo da classe média acaba criando uma clivagem entre a sua situação econômica e a sua ideologia, A sua vida é modesta, mas tenta aparentar o contrário, chegando, frequentemente, a tornar-se ridículo. Alimenta-se mal e deficientemente, mas atribui grande importância a ‘andar bem vestido’” (REICH, 1988. p. 13).

⁴² HOBSBAWM, Eric. A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁴³ SILVEIRA, Daniel. Crise econômica atrasou o desenvolvimento do Brasil em 3 anos, aponta Firjan. G1, 28 set. 2023.

⁴⁴ G1. PF deflagra operação para investigar esquema de lavagem e desvio de dinheiro da Petrobras. G1, 17 mar. 2014.

⁴⁵ Poder360. Conversa de Deltan e Moro mostra troca de informações com os EUA. Poder360, 9 jul. 2019.

XXI, à luz do dia. Além de ser altamente lucrativo destruir uma enorme empresa Estatal como a Petrobrás, visando atender interesses do mercado de ações⁴⁶.

Ademais, as ações da Operação Lava-Jato afetaram profundamente o país. Ao longo de 79 fases as investigações resultaram em centenas de mandados de prisão preventiva, temporária, busca e apreensão, além de conduções coercitivas⁴⁷. Amparada por denúncias e delações premiadas, as investigações atingiram membros administrativos da Petrobrás, políticos dos maiores partidos do Brasil (tanto progressistas quanto conservadores) e empresários de grandes empreiteiras.

A despeito das enfáticas Marchas de junho de 2013, a crise de 2014 revelou-se decisiva à sua própria maneira. Isso devido ao fato de que a mobilização das pessoas em torno do significativo, que tende a ser vazio, do “Não Vai ter Copa” permitiu que os mais distintos setores da sociedade se manifestassem nas ruas uma vez que partilhavam da mesma insatisfação diante da negligência do Estado em prover serviços básicos. A indignação popular acirrou-se a partir da denúncia dos esquemas de corrupção, contrastando com o esforço governamental para sediar um evento mundial de altíssimo custo⁴⁸ - uma postura paradoxalmente austera vinda de um governo supostamente “progressista”.

Assim, movimentos de direita articularam-se discursivamente para, por meio dos significantes flutuantes de “corrupção” e “imoralidade”, assumir o espaço antes da esquerda, dos significantes vazios de “luta pela democracia” ou “luta por um país melhor”. Ao assumirem o controle da Cadeia de Equivalência narrativa, redirecionaram seu descontentamento contra o governo “progressista” da ex-Presidente da República Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores (PT). Tal movimento culminou, em 2015, no notório afastamento de Rousseff recebendo o apoio popular necessário para removê-la do cargo.

Aqui faço uma interseção no conteúdo para destacar um fato importante. Rousseff (PT) ocupou o Executivo da Federação do dia 1 de janeiro de 2011 até 31 de agosto de 2016 (5 anos e 243 dias), e Lula (PT), de 1º de janeiro de 2003 até 1º de janeiro de 2011 (8 anos), somando 13 anos e 243 dias⁴⁹ de gestão. Contudo, ao longo de uma década o Partido dos Trabalhadores foi incapaz de consolidar um projeto político progressista no país. Muito pelo contrário, o cerne

⁴⁶ FURNO, Juliane. A Petrobras, a Lava Jato e os impactos econômicos de uma operação desastrosa. Brasil de Fato, 4 out. 2019.

⁴⁷ OTOBONI, Jéssica; FREIRE, Diego. Seis anos da Lava Jato: relembre todas as fases da operação. CNN Brasil, 17 mar. 2020.

⁴⁸ UOL. Os protestos contra a Copa se espalham por todo o Brasil. El País, 17 maio 2014.

⁴⁹ Lista de presidentes do Brasil. Wikipedia.

do apogeu conservador surge em resposta à incapacidade da esquerda de atender o mínimo das demandas e necessidades das classes trabalhadoras.

Dito isso, qual seria o protagonismo de 2013 neste cenário, senão o de uma mobilização popular de origem progressista disputada em 2014 e cooptada pela direita em 2015? Para tal fim, urge a necessidade de se analisar uma espécie de “marco zero” destes atos a fim de se compreender de forma mais intrínseca seu contexto: o que levou as pessoas às ruas pela primeira vez? Teria sido um erro meramente discursivo que a esquerda foi incapaz de se posicionar e, portanto, entregou a cadeia de equivalência diretamente na mão da direita? Ou, em contrapartida, o próprio cenário das manifestações populares estaria circunscrito dentro da lógica do sistema, sendo não somente influenciado, mas controlado por ele?

Objetivando dar luz a estas indagações, introduzo os conceitos que são a base teórica deste trabalho, norteados pelos escritos da economista Clara E. Mattei⁵⁰. A britânica publicou em 2023 o livro chamado “A Ordem do Capital: como os economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo”⁵¹. Em sua obra a autora analisa a respeito de uma prática fundamentalmente econômica aplicada na Europa nos séculos XIX e XX, cunhada pelo senso comum como Austeridade: um conceito que opera sob a premissa da estruturação de uma política macroeconômica que impõe severas mazelas sociais às classes trabalhadoras, funcionando essencialmente como uma ferramenta de controle social que visa manter as relações assalariadas e naturalizar o capitalismo e suas crises cíclicas, esporádicas e altamente artificiais.

A autora utiliza os casos inglês e italiano para abranger as duas faces do sistema de capital que se evidenciam entre as décadas de 1920 e 1930. De um lado, o capital encontrou na violência a resposta para controlar o proletariado na Itália; de outro, os ingleses conseguiram os mesmos resultados por meio de uma opressão “sistematicamente econômica”. Assim, os debates promovidos pelos “conspiradores” do capital, definiram, no decorrer do século XX, não somente como a sociedade deve operar e se organizar, mas também a forma como devem se manifestar e “defender de forma democrática e sensata” os seus interesses. O resultado foi a brutalização ideológica do corpo social de modo a inibi-lo de pensar fora do capitalismo e simultaneamente não ser capaz de resistir ao mesmo, independentemente de sua posição política e ideológica. A britânica entende que a vitória desse sistema reside na criação de um senso

⁵⁰ Doutora em Filosofia e Economia.

⁵¹ **MATTEI, Clara E. A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo.** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2023.

comum; um *modus operandi* de se pensar enquanto sociedade que é intrinsicamente orientado por valores capitalistas de opressão, exploração, individualismo e violência.

Essa metodologia analítica aliada à bibliografia apresentada, servirá de base para compreender o que foi 2013 para a história político-social no Brasil, pavimentando o caminho para um “marco zero” das crises subsequentes, e entender quais interesses perpassaram o projeto governamentalmente imposto no período. A partir da base teórica de Mattei, Laclau, Scartezini, Pinto, Reich e Hobsbawm, pretende-se investigar a relevância de 2013 e das manifestações antigovernamentais para o ataque à sede dos Três poderes no dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília.

A partir da composição bibliográfica apresentada, nota-se que o ocorrido em 2023 foi, essencialmente, resultado de um projeto artificialmente econômico executado em 2013. No ápice de um segundo mandato “tecnicamente” progressista, um projeto de austeridade foi intensificado com o propósito de alavancar uma mobilização popular insatisfeita e incrédula por sentir-se “traída” por parte do governo. Esse cenário, por sua vez, foi habilmente instrumentalizado por movimentos de oposição fascistas como o MRO, MBL e MVR.

Ademais, faz-se necessário delimitar as fontes sob as quais este trabalho se orientará por uma narrativa histórica o mais acurada possível. O recorte temporal acompanhará essencialmente o mês de junho de 2013, partindo do dia 20 — ápice das Marchas e mobilizações populares que se encerra no dia 26. Visando conceber uma análise empírica dos periódicos que alicerçam a base factual deste trabalho, será aplicado os conhecimentos presentes no livro “O Jornal como Fonte Histórica”, escrito por José D’Assunção Barros, historiador e professor-associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)⁵².

Barros defende que, ao utilizar jornais como fontes historiográficas, é necessário usar um método de leitura atento às nuances presentes nas narrativas do periódico. Esse cuidado deve-se a diversos fatores, como a intenção de se propagar discursos, ideias e conceitos. Como exemplifica o autor: “*Situar a reportagem sobre o político que se quer denegrir ao lado da seção de narrativas sobre crimes, ou a matéria sobre a líder feminista que se quer desmoralizar ao lado da seção de futilidades, pode constituir um procedimento eficaz*”⁵³.

De acordo com o autor, o historiador deve percorrer o caminho inverso ao de um leitor comum. Cabe a ele investigar como o jornal se situa historicamente para compreender como

⁵² BARROS, José D’Assunção. O jornal como fonte histórica. Petrópolis: Vozes, 2023.

⁵³ BARROS, José D’Assunção; 2023, p. 113.

certas narrativas atravessada por diversos interesses e mensagens subliminares⁵⁴. A partir dessa análise, confrontar a narrativa com outros conteúdos estruturados de periódicos concorrentes e o consumo dos leitores dos mesmos: *“Perguntar pela produção e recepção envolvidas em cada seção temática de um jornal é atentar, mais uma vez, para o circuito completo da ‘produção, circulação e recepção’ que se repete inúmeras vezes dentro de um mesmo número editado de certo periódico”*⁵⁵.

Este artigo baseia-se na análise de dois jornais principais: G1 e Correio de Uberlândia. O G1 foi selecionado por integrar a grande imprensa Brasileira e ter acompanhado as manifestações por todo o país. Suas narrativas, quando confrontadas com a imprensa local, o Correio de Uberlândia, permitem criar uma linha cronológica geral e uma análise historiográfica mais tangível. Em contrapartida, o Correio de Uberlândia fornece minúcias sobre o recorte temporal de 2013, no âmbito municipal. Por seu caráter regional, atende leitores com interesses nem sempre convergentes aos da “Grande Mídia”, abrindo espaço para narrativas dissonantes.

O objetivo principal desse trabalho é denunciar meticulosamente como a austeridade foi aplicada no caso da cidade de Uberlândia (MG) no ano de 2013. Logo, o texto será dividido em dois capítulos. O primeiro introduz a base teórica e analisa o “Marco zero” das manifestações da austeridade tanto nos meios acadêmicos como na Europa do início do século XX — demonstrando como essa realidade foi transposta para o Brasil e reformulada conforme o tempo e as urgências, até o ano de 2013.

Dando continuidade ao escopo analítico da pesquisa, o capítulo dois focará na cidade mineira de Uberlândia, atentando-se às suas historicidades e demandas, e necessidades que conectam a política e a economia no cotidiano do povo. Apresentarei dados que indicam o que levou o Governo estadual a articular, junto às prefeituras, a elevação das tarifas dos transportes públicos, buscando entender a cadeia de eventos econômicos que impulsionou a ocupação das ruas. Essa análise será fundamentada à luz dos escritos da Dr.^a Camilla Fernandes Moreira e seu excerto do “Programa Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV) em Uberlândia no ano de 2013.

Para tanto, será utilizada a “análise tríplice”, a qual investigará, empiricamente, as indignações dos manifestantes, a ação policial e a resposta do Estado. A metodologia permitirá

⁵⁴ “A quem esta matéria se destina? Que tipos de leitores foram visados pelo autor do texto? E, mais adiante, é também preciso se perguntar: como estes diferentes tipos de leitores, que foram atraídos para a leitura destas seções temáticas do jornal, podem ter dado a sua própria contribuição para redefinir a produção de outras matérias inseridas nesta mesma seção, nos sucessivos números do Jornal analisado?” (BARROS, José D’Assunção; 2023, p. 111).

⁵⁵ BARROS, José D’Assunção; 2023, p.111

desvelar os efeitos da austeridade e evidenciar exatamente o seu subproduto — seus desdobramentos. Seriam as pautas das manifestações de alguma forma sensíveis aos órgãos de segurança? Em casos de violência policial, como ocorreram? Foram justificadas? A polícia agiu mais violentamente dependendo das pautas? Por fim, qual o posicionamento do Estado frente às necessidades populares e quais interesses nortearam suas eventuais omissões? Em suma, esta análise sustenta-se no tripé: manifestantes, policiais e Estado.

2 AUSTERIDADE NO BRASIL E NO MUNDO.

2.1 Clara E. Mattei & Austeridade Econômica.

Em 2023 a economista britânica Clara E. Mattei publica seu livro “*A Ordem do Capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo*”⁵⁶, onde disserta a respeito de fascismo e economia no século XX, apontando os pilares que unem ambas as esferas em uma só moção de interesse financeiro. Por sua vez, a autora não somente opera sob o conceito de “*austeridade econômica*”, como também exemplifica empiricamente sua prática, razões e os atores responsáveis por sua implementação. Ademais, remanesce ainda questão de se compreender esta prática econômica sob a égide dos debates teóricos a respeito do tema. O que seria, portanto, austeridade econômica?

Deste modo, gostaria de abordar os escritos dos economistas Pedro Rossi, Ana Luíza Matos de Oliveira, Flávio Arantes e Esther Dweck, presentes no excerto “*Austeridade Fiscal e financiamento da educação no Brasil*” publicado em 2019⁵⁷, no qual buscam compreender os princípios teóricos metodológicos da austeridade emparelhada com a educação no país, apontando inicialmente que:

“*Austeridade* não é um termo de origem econômica. A palavra tem origens na filosofia moral e aparece no vocabulário econômico como um neologismo que se apropria da carga moral do termo, especialmente para exaltar o comportamento associado ao rigor, à disciplina, aos sacrifícios, à parcimônia, à prudência, à sobriedade e reprimir os comportamentos dispendiosos, insaciáveis, pródigos, perdulários”⁵⁸.

A partir desta perspectiva, os economistas apontam que sob o horizonte de uma recessão econômica e da elevação da dívida pública, o princípio teórico malicioso da Austeridade seria: para o governo reestabelecer equilíbrio econômico, teria de haver um contingenciamento e corte de gastos considerados supérfluos e esbanjadores — incomumente reconhecidos como a área da educação e da saúde pública⁵⁹. Para tanto, o país desta forma seria visto como um “ambiente seguro” para a acumulação de capital e, então, vítima de um desenvolvimento econômico oriundo das vontades da iniciativa privada: “*A austeridade teria, portanto, a capacidade de reequilibrar a economia, reduzir a dívida pública e retomar o crescimento*”⁶⁰.

Desse modo, os autores apontam que foi em 2008, no ápice da crise internacional inflacionária, que o tema da Austeridade voltou a circular nos centros de debates Europeus. E

⁵⁶ MATTEI, Clara E. *A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

⁵⁷ ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ARANTES, Flávio; DWECK, Esther. *Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 40, e0223456, 2019.

⁵⁸ ROSSI; OLIVEIRA; ARANTES; DWECK; 2019, p. 3.

⁵⁹ Ibid.; 2019, p. 4.

⁶⁰ Ibid.; 2019, p. 5.

segundo os mesmos, na Inglaterra, o líder conservador David Cameron proclamou que o país entrava na *Era da Austeridade*, dividindo a discussão entre críticos e apoiadores das medidas de “contingenciamento de gastos”. Até mesmo apontam que, em 2010, o dicionário Merriam-Webster’s “[...] *elegeu a palavra austeridade como a palavra do ano com base no número de pesquisas feitas na internet*”⁶¹.

Igualmente, amparado pelo que foi citado acima, conclui-se que tal medida econômica tem como vista supostamente solver uma crise inserida dentro do sistema monetário de um país. Contudo, os economistas discutidos, apresentam que:

“Além de gerar retração econômica, a austeridade ainda pode piorar a situação fiscal. Em uma economia em crise, a austeridade pode gerar um círculo vicioso em que o corte de gastos reduz o crescimento, o que deteriora a arrecadação e piora o resultado fiscal, levando a novos cortes de gastos. Ou seja, em um contexto de crise econômica, a austeridade é contraproducente e tende a provocar queda no crescimento e aumento da dívida pública, resultado contrário ao que se propõe”⁶².

Resta ainda compreender como funciona este processo econômico empiricamente. Em outras palavras: como os economistas tornaram o Estado inadimplente objetivando atender e salvaguardar os anseios e a própria existência do sistema de capital. Assim, regresso à Mattei e seus escritos, pois a economista apresenta que o paradoxo envolto nos sustentáculos da Austeridade econômica não somente advém de longas raízes históricas, mas também de pessoas, que detinham interesse na manutenção do *status-quo* das relações de poder vigentes.

2.2 Austeridade: uma história Britânica & Italiana.

Em seu livro Mattei utiliza como base os casos inglês e italiano para revelar o que ela indica como a gênese de uma prática econômica que visa promover um controle de classe. Para tanto, é apresentado ao leitor como crises⁶³, nas décadas de 20 e 30 do século XX⁶⁴, que obrigaram países, como os já citados, a findar dogmas capitalistas *laissez-faire* para que sobrevivessem às guerras⁶⁵ e conflitos⁶⁶ do período. Mattei propriamente dialoga com Hobsbawm, momento em que o historiador aponta que:

⁶¹ Ibid.; p. 3.

⁶² Ibid.; p. 6.

⁶³ “No entanto, se enxergarmos austeridade nos termos deste livro – como respostas não apenas às crises econômicas (por exemplo, retração da produção e inflação elevada), mas às crises do capitalismo –, é possível começar a perceber método na loucura: a austeridade é um baluarte vital na defesa do sistema capitalista” (MATTEI, Clara. 2023, p.20).

⁶⁴ “O século XX multiplicou as ocasiões em que se tornava essencial aos governos governar.” (HOBSBAWM, Eric, 1995, p. 142).

⁶⁵ “A guerra em massa exigia produção em massa” (HOBSBAWM, Eric, 1995, p.52).

⁶⁶ “(...) em novembro de 1918, a relação ortodoxa entre mercados e Estados estava totalmente perturbada Europa afora. Nunca houvera nada parecido: a prática capitalista do *laissez-faire* teve de ser desmantelada para que as nações sobrevivessem à guerra.” (MATTEI, Clara. 2023, p. 50).

“Mesmo em sociedades industriais, uma tão grande mobilização de mão de obra impõe enormes tensões à força de trabalho, motivo pelo qual as guerras de massa fortaleceram o poder do trabalhismo organizado e produziram uma revolução no emprego de mulheres fora do lar: temporariamente na Primeira Guerra Mundial, permanentemente na Segunda”⁶⁷.

Com metade do proletariado no front de guerra, estes países agiram para defender suas respectivas fronteiras e economias através da total intervenção do Estado na realidade capitalista liberal⁶⁸ de suas devidas nações. Ao fazê-lo, o Estado demonstrou total excelência em seus serviços e resultados⁶⁹. Denunciou como a partir de uma economia planejada, o país poderia erradicar o desemprego⁷⁰, entregar uma considerável melhora na qualidade de vida das classes trabalhadoras (a curto prazo de entrega) e aumentar sua produtividade em altíssimas proporções:

“(...) o principal desafio para os pilares do capitalismo no entre-guerras vinha das classes trabalhadoras, que haviam testemunhado em primeira mão como as relações capitalistas de produção – e sua natureza exploradora – já não eram governadas pelas regras impessoais das ‘leis do mercado’, mas resultavam de escolhas políticas explícitas”⁷¹.

A autora demarca que a crise política da guerra agiu de forma a condicionar o Estado a criar uma crise seguinte envolta no “*colapso da racionalidade prática que havia justificado o sistema até então*”⁷². Marca o período que concebemos como Estado de bem-estar social, onde um governo age sob a premissa de atender as necessidades da população⁷³, mesmo que ocultamente, o faz apenas para afagar uma possível revolução⁷⁴. Isso se traduziu em orçamentos muito grandes para a Educação & Saúde pública: “*receitas fiscais e os créditos recém-criados foram usados para programas de saúde pública e educação em vez de serem canalizados de volta para o bolso de poupadores-investidores*”⁷⁵.

⁶⁷ HOBBSBAWM, Eric. 1995, p.51.

⁶⁸ “Durante a Primeira Guerra Mundial, os governos britânico e italiano empregaram o bem-estar social como uma poderosa estratégia de coesão política, em escala sem precedente. No momento em que o capitalismo do *laissez-faire* revelava seu viés classista, os Estados interviram como atores redistributivos para impedir a combustão interna do sistema” (MATTEI, Clara. 2023, p.113).

⁶⁹ “A guerra havia revelado a todos – trabalhadores e burocratas – que as prioridades econômicas eram, na verdade, prioridades políticas e que, graças à finanças não ortodoxas, o Estado era capaz de atingir objetivos políticos a qualquer custo financeiro.” (MATTEI, Clara. 2023, p. 93).

⁷⁰ “Conforme observado por Humbert Wolfe, controlador do departamento de regulamentação do trabalho do Ministério de Armamentos britânico, ‘o trabalho deixou de ser uma mercadoria à qual se aplicavam as leis de oferta e procura’” (MATTEI, Clara. 2023, p. 62).

⁷¹ Ibid.; 2023, p. 78.

⁷² Ibid., p.115.

⁷³ “(...) passando da satisfação do intuito de lucro individual à satisfação da necessidade social coletiva” (MATTEI, Clara. 2023, p. 114).

⁷⁴ “Em 1917, toda a Europa se tornara um monte de explosivos sociais prontos para ignição” (HOBBSBAWM, Eric, 2023, p.66).

⁷⁵ Ibid., p. 114.

Ainda que com vitórias e conquistas do proletariado no período⁷⁶, seus anseios logo seriam eclipsados pela resposta das elites na manutenção e retorno ao *status quo* capitalista pré-guerra. Tanto “(...) *Lênin quanto Gramsci previram o desencadeamento de um novo tipo de reação da burguesia, que ia além do quadro democrático liberal tradicional – a chegada de uma violenta guerra civil*”⁷⁷.

Desta forma, surge na Itália o principal meio de combate às organizações de proletários e a insurgência progressista: um bloco de defesa capitalista representando o patronato, os quais unidos se tornaram “*um corpo político de batalha e resistência para coordenar todas as forças da propriedade e da indústria agrícola*”⁷⁸. O sentimento de *vendetta* (que sozinho o Estado fora incapaz de entregar), precisava ser saciado com a violência fascista⁷⁹. Foi então formado a *Confindustria* (em defesa de uma “classe industrial” burguesa na Itália) e a *La Confederazione Generale dell’Agricoltura* (em defesa das elites agrárias).

Logo, os mesmos se mobilizam para disputar ideologicamente as massas, apesar de, por exemplo, a *Confindustria* Italiana contar com “72 associações federadas com 11 mil membros”⁸⁰ (contando com uma população de 36 milhões de habitantes⁸¹), contra o Partido Comunista⁸² Russo (quando a Rússia dispunha de 137 milhões de habitantes⁸³), que contava com mais de 600 mil membros organizados, mobilizados e disciplinados⁸⁴. A capacidade organizacional de partidos essencialmente reacionários que surgiram pós Primeira Guerra Mundial se destacava pelo seu caráter popular, na compreensão e sonho por uma sociedade alternativa. Assim, as elites econômicas se articulam durante o Biênio Vermelho de 1919 e 1920 para fomentar uma nova “alternativa” para as classes trabalhadoras se apoiarem.

Sob este horizonte de fatores, esta “alternativa” deveria, apesar de ser um discurso de massa, ser permeada por ideais burgueses. Não, portanto, romper com a lógica e perspectiva econômica pré-guerra, mas sim acirrar-se enquanto sistema de capital. Os historiadores

⁷⁶ “(...) os Estados em guerra foram pressionados a tentar várias formas de assistência social em um gesto pacificador para promover a coesão ideológica (...)” (MATTEI, Clara. 2023, p.94).

⁷⁷ MATTEI, Clara. 2023, 184.

⁷⁸ Riccardo Bachi, *Italia economica nell’anno 1920: annuario dela vita commerciale, industriale, agraria, bancaria, finanziaria e dela politica economica* (Città di Castello, S. Lapi, 1921), p.302.

⁷⁹ MATTEI, Clara. 2023, p. 183.

⁸⁰ MATTEI, Clara. 2023, p. 183.

⁸¹ CARMO, Jefferson; 2010, p.106.

⁸² Gostaria de ressaltar, que apesar da efervescência social na Europa, não necessariamente estes movimentos se identificavam como uma esquerda progressista antissistema por completo, até por que, Hobsbawm destaca, “O feito extraordinário de Lenin foi transformar essa incontrolável onda anárquica popular em poder bolchevique” (HOBSBAWM, Eric, 1995, p. 67).

⁸³ UNIÃO SOVIÉTICA. Censo Geral da População de 1926. Moscou: Comissão Estatística Central da URSS, 1926.

⁸⁴ HOBSBAWM, Eric, 1995, p. 71.

Italianos Renzo de Felice (1929-1996) e Emilio Gentile abordam a formação desta cadeia de equivalência burguesa em seu excerto “*A Itália de Mussolini e a Origem do Fascismo*”⁸⁵, onde apontam:

“A massa era, para o fascismo, um material humano que podia ser plasmado através da sugestão do mito e da força coesiva da organização: estes foram, para o fascismo, os instrumentos fundamentais para nacionalizar as classes-sem aboli-las-e para integrá-las em uma ordem nova. Desde o início, o fascismo concebe a política como a manifestação da vontade de potência de uma elite que sabe plasmar a mentalidade da massa e criar, como um artista, novas realidades históricas. Por isso, a política de massa fascista teve uma intrínseca atitude pedagógica voltada à socialização das idéias e dos comportamentos da massa segundo os próprios ‘valores’. Os ritos, os mitos e os símbolos agiram sobre a mentalidade do indivíduo e da massa imprimindo-lhes o caráter fascista e transformando-os em uma força coesa para a grandeza e a potência da nação.”⁸⁶.

A ascensão das elites Italianas na política de massas, alinhadas com a lógica de milícias armadas como os Fascistas de Mussolini e seus discursos nacionalistas, promoveu uma nova reação ideológica no sistema de capital. O Professor pesquisador Jefferson Carmo registra a respeito desta aliança em seu excerto “*O fascismo italiano: partido político, escola e corporações*”⁸⁷, apontando como membros da recém citada Confindustria estiveram presentes quando o Fascismo começou a regozijar-se sob o poder do Estado:

“No decurso da Marcha [sob Roma em 28 de outubro de 1922], Mussolini organiza-se politicamente através de contatos com uma ala dos liberais favoráveis à participação fascista no governo, que deram o apoio decisivo ao Duce. Entre eles, estavam os principais magnatas da imprensa, uma parte do estado-maior do Exército, líderes da maçonaria, grandes industriais (organizados na Confindustria, sua confederação nacional) e familiares do rei.”⁸⁸

Quando sua resposta para com a defesa do sistema foi formada, a violência que se seguiu foi estarrecedora; as milícias fascistas varreram o país com sua brutalidade, violência e desgosto pelos ideais “revolucionários” de caráter progressista⁸⁹. Mattei aponta como logo muitas sedes de organizações trabalhistas seriam postas abaixo por estes militantes. E seu apogeu culminaria com Benito Mussolini assumindo o controle do Estado em 29 de outubro de 1922. O autor já

⁸⁵ GENTILE, Emílio & FELICE, Renzo. *A Itália de Mussolini e a origem do Fascismo*. São Paulo: Icone, 1988.

⁸⁶ GENTILE, Emílio & FELICE, Renzo; 1988, p.31.

⁸⁷ CARMO, Jefferson Carriello. *O fascismo italiano: partido político, escola e corporações*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

⁸⁸ CARMO, Jefferson; 2010, p. 114.

⁸⁹ “O partido fascista reclamava para si o monopólio de encarnar a genuína vontade da nação e das massas, e declarava querer restaurar o primado dos valores morais e espirituais. A tentativa de mobilizar ativamente e totalmente as massas em torno de determinados valores e fins, constituiu, segundo alguns comentadores, o aspecto totalitário do fascismo, que emerge em sua origem” (CARMO, Jefferson Carriello, 2010, p. 113).

ressalta que durante seu primeiro discurso enquanto primeiro-ministro da Itália, Mussolini fez uso do que a economista cunha como a “linguagem da austeridade”⁹⁰: “*Economia, trabalho, disciplina*”. O déspota diz procurar despolitizar a economia do país colocando um ponto-final em todas as “interferências estatais”. É nítido, portanto, o interesse Burguês perpassado no discurso.

Em equivalência ideológica, a Inglaterra encontra uma nova forma de garantir a salvação do sistema: a naturalização do mesmo. Emerge deste abismo cataclísmico uma nova classe de “especialistas”, que teceriam uma cadeia de equivalência discursiva defensora das relações assalariadas e do *modus operandi* básico do capitalismo⁹¹ — cujo objetivo era condicionar ideologicamente bandeiras a defenderem o sistema. Isso a partir de discursos apaziguadores que operam sob o conceito de uma economia pura, análoga ao Estado, conceito este que, por sua vez, é essencial para se compreender as primeiras manifestações da austeridade na Grã-Bretanha no século XX.

Para denunciar mais factualmente a ação de uma “macroeconomia” violenta, Mattei aponta que, durante o ano de 1919, foi formado um Comitê para investigar e propor soluções para a organização das indústrias carvoeiras do país, que eram pressionadas cada vez mais a produzir para alimentar o mercado industrial inglês. A comissão foi presidida pelo juiz Sir John Sankey⁹² — que então teve a mesma referenciada como “Comitê Sankey”. Durante seu relatório sob a situação da produtividade e eficiência em torno do mercado de carvão conclui que: “*Mesmo com as evidências já dadas, o presente sistema de propriedade e trabalho na indústria do carvão está condenado, e algum outro sistema deve substituí-lo, seja a nacionalização, seja um método de unificação por compra nacional e/ou controle conjunto*”⁹³.

A partir disso, sob a ameaça de uma greve nacional dos mineiros ou, na pior das hipóteses, uma greve da “tríplice aliança”⁹⁴ (mineiros, ferroviários e trabalhadores dos transportes), em 20 de março de 1919 o gabinete do primeiro-ministro aceitou o relatório do juiz e sua inovadora cláusula legal. Por conta de tais “ameaças”, os proprietários das minas de carvão alardeavam o país com falsas previsões econômicas puritanas, onde alegavam que “*A nacionalização das minas deve ser seguida pela nacionalização de todas as indústrias [...] revogar nossos avanços [em todas as indústrias] terminaria em desastre nacional*”⁹⁵.

⁹⁰ Ibid., p. 283

⁹¹ MATTEI, Clara. 2023, p.149.

⁹² Advogado, juiz, líder trabalhista e parlamentar inglês (1866-1948).

⁹³ H. D. Henderson, “*The Reports of the Coal Industry Commission*”, *Economic Journal*, v.29, n.115, 1919, p.273.

⁹⁴ MATTEI, Clara. 2023, p.134.

⁹⁵ Royal Commission on Coal Industry, Great Britain, *Reports and Minutes of Evidence*, v.2, cit., p.1.054.

Em resposta a esta ampla mobilização trabalhista, temendo pelo abismo sob o qual o sistema de capital estava, a federação dos proprietários das minas de carvão (*Miners Association of Great Britain*, MAGB) agiu em conluio com a associação nacional do comércio para “coordenar uma ampla campanha contra a nacionalização” na câmara de comércio inglês. E após meses de embate, o governo rejeitou o relatório Sankey, cedendo à pressão da burguesia. Mattei já denuncia paralelamente que fora “*A pressão de especialistas econômicos do Tesouro pelo fim do controle estatal da indústria a fim de salvaguardar as finanças públicas*”⁹⁶ que desempenhou o peso decisivo na decisão do Estado.

Reside aí a prática pragmática da austeridade, pois a fim de justificar sua decisão, o governo “*procurou explorar o medo de balanços fiscais deficitários ‘para pintar as reivindicações dos mineiros como excessivas e danosas*”⁹⁷” (MATTEI, Clara; 2023, p. 138). A autora ressalta os escritos de George Douglas Howard Cole⁹⁸: “*Diante da ameaça de depressão econômica, os sindicatos estavam mais preocupados em cuidar de sua própria proteção, indústria por indústria, que com apoio às reivindicações essencialmente socialistas dos mineiros ou de qualquer outro setor*”⁹⁹.

Mattei destaca que a tal anunciada depressão econômica não se resumia a um singelo “desastre natural”, mas à consequência de uma política:

“[...] bem pensada pelo Tesouro e Banco da Inglaterra que operou para deflacionar drasticamente a economia aumentando a taxa de juros e restringindo crédito. [...] Os maus negócios resultaram em aumento do desemprego, que esmagou os sindicatos e principalmente o poder de pressão que tinham para mudança social [...] Uma política de austeridade desse tipo talvez pareça economicamente irracional, no sentido de ter prejudicado a economia. Mas foi bastante racional, porque garantiu a sobrevivência do capitalismo e de suas relações de produção”¹⁰⁰.

Sob este contexto, a crise econômica fortaleceu o sistema de capital, que retornou o poder de barganha para o capital liberal privado. A coerção das classes trabalhadoras foi aplicada por meio de uma violência macroeconômica, que rendeu a capacidade mobilizatória do proletariado¹⁰¹. A greve, então, teve início no dia 1º de abril de 1921 e findou em 15 de

⁹⁶ MATTEI, Clara. 2023, p. 138.

⁹⁷ Martyn Ives, *Reform, Revolution and Direct Action amongst British Miners*, cit., p. 226.

⁹⁸ Teórico político, economista, escritor e historiador inglês (1889-1959).

⁹⁹ G. D. H. Cole, *A History of Socialist Thought*, v.4, cit., p.419.

¹⁰⁰ MATTEI, Clara; 2023, p. 139.

¹⁰¹ “Em vez de exercer coerção política e econômica direta, como fez a Itália, a Grã-Bretanha confiou em tecnocratas aparentemente apolíticos na direção do Tesouro e do Banco da Inglaterra, que alcançaram fins semelhantes por meio de deflação monetária e cortes orçamentários; a violência estrutural da política macroeconômica pôde fazer o mesmo que a violência física das milícias fascistas” (MATTEI, Clara. 2023, p. 34).

abril¹⁰² dado que as lideranças sindicais dos ferroviários e dos trabalhadores dos transportes públicos recuaram abandonando os mineiros¹⁰³. E de acordo com a economista, em apenas dois anos, eles viram o seu salário semanal nominal cair 46%¹⁰⁴.

Em função disso, no seio da vulnerabilidade econômica das classes trabalhadoras residia a resposta para gerar nela o que as milícias fascistas realizavam na Itália. Por meio de uma fórmula macroeconômica é possível se segregar movimentos classistas e sindicalistas no sentido de garantir controle hegemônico das classes poupadoras-investidoras burguesas sob a mão de obra, gerando uma situação social-política em que a necessidade de sobrevivência dentro da lógica capitalista aprimora e impulsiona ainda mais o individualismo¹⁰⁵ dentro da sociedade, incapacitando a formação e mobilização de partidos progressistas capazes de se articularem em conjunto e defenderem seus interesses contra um inimigo comum.

Por este meio, não se faz necessário o embate direto das classes dominantes com o proletariado, descartando a utilidade prática de milícias fascistas como fora aplicado no caso Italiano¹⁰⁶. A própria disputa discursiva entre direita e esquerda perde seu protagonismo, dado que com a nova ferramenta disposta pelos tecnocratas “*especialistas*”, os infames economistas, não é preciso que o grande capital privado intervenha diretamente nos enfrentamentos ideológicos. Dado que a coerção necessária é de fundamento econômico, o consenso em sua manutenção por sua vez deveria vir da inevitabilidade imprevisível da “economia de mercado pura”¹⁰⁷.

¹⁰² Mattei aponta que este episódio ficou infamemente conhecido como “*Black Friday*: o momento em que o movimento trabalhista Britânico foi forçado a ficar na defensiva” (Ibid., p. 140).

¹⁰³ MATTEI, Clara. 2023, p. 140.

¹⁰⁴ Peter Scholliers e Vera Zamagni (orgs.), *Labour's Reward*, cit., tabela A.23, p. 261.

¹⁰⁵ Gostaria de apontar uma ligação acadêmica entre Mattei e o historiador alemão Georg Simmel (1858-1918) e sua obra “As grandes cidades e a vida do espírito”, onde o mesmo já aponta que uma comunidade urbanizada promove mudanças dentro da forma na qual o indivíduo vê sua realidade e, portanto, como o mesmo reage à ela. Tanto Simmel quanto Mattei apontam a forma em que o individualismo é o subproduto mais característico do sistema de capital pós-revolução industrial, onde ao naturalizar as relações de poder e propriedade, o indivíduo em questão recorrerá para métodos de sobrevivência que operam na lógica factual do seu presente: “O decisivo é que a vida citadina metamorfoseou a luta com a natureza por obtenção de alimento em uma luta entre os homens, de sorte que o ganho que se disputa não é concedido pela natureza, mas sim pelos homens” (SIMMEL, Georg; 1903, p. 587)*. Mattei, assim, denuncia que o movimento da austeridade tinha como enfoque incrementar e incentivar o fator “individualista” que opera no ser humano enquanto componente de um corpo social capitalista industrializado.

* SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. Tradução de Filipe Ceppas. Mana, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, out. 2005.

¹⁰⁶ “A necessidade econômica disciplinava os trabalhadores; ela subjugava o potencial para a desobediência política” (MATTEI, Clara; 2023, p. 262).

¹⁰⁷ “A economia não é uma ciência da realidade econômica ‘como ela é’, mas sim uma ciência da realidade como ‘os homens querem construí-la’. [...] A economia não é uma ciência se não for uma prática, uma vontade, uma força que se realiza” (GRAMSCI, Antonio. 1920, p.265).

2.3 Austeridade Econômica no Brasil: Nacional-Desenvolvimentismo & Neoliberalismo.

Ainda se faz necessário traduzir esta ferramenta estrutural de controle de classes para a realidade Brasileira. Assim, a análise deste trabalho se sustentará através do diálogo bibliográfico, compreender as maquinações da realidade socioeconômica Brasileira do século XX — circunscrevendo-se em analisar a movimentação econômica do Estado, o saldo negativo e positivo para as classes trabalhadoras e a não somente emergência de crises sociais, como a manutenção das mesmas. Subentendendo-se que a deliberação do Estado seria uma inadimplência obrigada pela lógica de mercado que, através de bancos centrais, poderia sempre agir de modo a garantir o maior superávit possível de seus investimentos dentro do país.

Tanto Itália e Inglaterra como o próprio Brasil tiveram um abalo considerável em suas economias na primeira metade do século XX. A premissa internacional na década de 20 e 30 no cenário europeu era a busca incessante pelo retorno do padrão-ouro, envolvido na formação de um sistema monetário centralizado. O principal discurso formulado era o de que as economias dos Estados Nacionais deveriam ser entregues a instituições financeiras que dispunham de caráter político independente e, amparadas por um academicismo fetichista promovido por economistas, tais instituições seriam o local ideal para a gerência das capacidades econômicas de uma nação. Contudo, como os economistas discutidos até então apresentam, o projeto real era o da imposição de uma macroeconomia obrigatoriamente austera em todos os países do mundo¹⁰⁸.

Paulo Neuhaus apresenta, em seu excerto “*A Inflação Brasileira em perspectiva histórica*”¹⁰⁹, que no caso Brasileiro, foram figuras como Homero Batista, presidente do Banco do Brasil e Ministro da fazenda na década de 20, que defenderam a formação de um banco central, indicando que:

“Ao seu ver, era preciso melhorar o controle monetário eliminando a interferência errática do Tesouro nesta área e transferindo a direção da política monetária para um banco central a ser criado através da reorganização do Banco do Brasil”¹¹⁰.

O projeto do estabelecimento de um Banco Central na economia Brasileira foi iniciado na década de 20, mas seria eclipsado pela Revolução de 30 e o nacional desenvolvimentismo Varguista. Os juristas Diana Melissa Ferreira Alves Diniz e Pablo Sthefano Roque de Souza Bandeira apresentam em seu artigo¹¹¹ que: “*Constituiu-se um modelo de Estado*

¹⁰⁸ MATTEL, Clara; 2023, p.208.

¹⁰⁹ NEUHAUS, Paulo. A inflação brasileira em perspectiva histórica. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 293–315, abr. 1978.

¹¹⁰ NEUHAUS, Paulo; 1978, p.301.

¹¹¹ DINIZ, Diana Melissa Ferreira Alves; BANDEIRA, Pablo Sthefano Roque de Souza. Neoliberalismo e austeridade econômica enquanto fatores condicionantes para a desigualdade no Brasil. **Revista Estudantil Manus Iuris**, Mossoró, v. 1, n. 2, p. 152–168, jan. 2021. DOI: 10.21708/issn2675-8423.v1i2a9813.2020.

*intervencionista no Brasil, após a década de 30, pautado pela reestruturação de uma rede de bancos oficiais para financiar o processo de acumulação do novo modelo industrial*¹¹².

Urge, portanto, a necessidade de citar o artigo da jurista Dr.^a Camila Fernandes Moreira¹¹³, no qual destaca que, na esfera da questão habitacional, tanto em uma perspectiva nacional quanto na realidade da cidade de Uberlândia no século XX, o Estado interveio como promovedor de igualdade social e garantidor da qualidade de vida da população. Ademais, o fez em conluio com a estrutura do sistema de capital e seus respectivos agentes e atores:

“A partir do crescimento desordenado das moradias, o Estado passou a interferir, regulamentando a produção habitacional com atenção especial ao controle sanitário. Os aluguéis passaram a ser regulados pelo mercado. O cenário que se desenha é uma produção estatal de habitação que não atende à demanda, tendo como consequência o crescimento informal e desordenado das cidades com loteamentos periféricos, favelas, alagados, mocambos, invasões”¹¹⁴.

Sob a égide destes seus apontamentos, concebe-se que o período marcado como Era Vargas, seguido tenuamente por JK, teve forte intervenção e estruturação do Estado na economia, em sentido de garantir uma evolução de país subdesenvolvido para a categoria de emergente, visando “*substituir o modelo agroexportador que dominava a economia da pátria até o momento*”¹¹⁵. Desta maneira, computa-se paralelamente que o espaço de 1932 a 1941 seria marcado de rápido crescimento econômico com relativa estabilidade de preços, seguido por uma aceleração do desenvolvimento emparelhado com uma aceleração inflacionária, principalmente a partir de 1952 até 1961¹¹⁶. Segundo Neuhaus, “*a performance da economia brasileira deveu-se basicamente à política fiscal expansionista, inconscientemente Keynesiana, adotada no financiamento da destruição de estoques de café pela criação de moeda*”¹¹⁷.

Apesar de retardar os planos da instauração de medidas economicamente austeras, ao final da Era Vargas, o Brasil regressa à agenda do mercado e retoma o planejamento da centralização do sistema financeiro e monetário. Em 1944, o país adere ao sistema internacional de *Bretton Woods*, dando origem à Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito), a qual desempenharia as respectivas funções estruturais cabíveis às necessidades austeras da Liga das Nações. Neuhaus destaca: “*o banco central, propriamente dito, só iria ser criado em 1965*”¹¹⁸. Ponto concomitante à deposição do Presidente da República João Goulart e ao golpe de 1964,

¹¹² DINIZ, Diana Melissa; BANDEIRA, Pablo Sthefano; 2021, p. 156.

¹¹³ MOREIRA, Camilla Fernandes. **O programa Minha Casa Minha Vida: uma análise dos impactos na cidade de Uberlândia - MG**. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013

¹¹⁴ UBERLÂNDIA, 2009, p.43.

¹¹⁵ Ibid.; 2021, p.156.

¹¹⁶ NEUHAUS, Paulo; 1978, p. 315.

¹¹⁷ NEUHAUS, Paulo; 1978, p. 303.

¹¹⁸ Ibid.; 1978, p. 302.

período porventura marcado por uma estagnação no desenvolvimento e uma inflação totalmente fora de controle¹¹⁹.

Regressando, esse modelo intervencionista subsistiria até 1989 e, ao menos até 1995, a política monetária nacional caminharía como “*um navio à deriva, ao azar das tempestades ou ventos que sopravam, conforme o estado do déficit orçamentário federal*”¹²⁰. O nacional desenvolvimentismo fora gradualmente logrando por manter-se vivo e estável¹²¹ e encontrou sua ruína em uma inflação alarmante na década de 60.

Em sua análise, Neuhaus propriamente aponta que o espaço entre 1840-1976 deteve um aumento no estoque de moeda na média de 11,4% ao ano — devidamente alta quando posta em comparação com o crescimento anual médio Estadunidense de 5,4%, demarcando que houvera uma alta neste processo durante o pós-guerra, elevando a uma taxa de 28,7% ao ano, especificamente no período de 1947-1976. Paralelamente, o economista apresenta que, em contrapartida, houve uma elevação na média de 23,2% no nível de preços no mesmo período.

No coração do regime militar, os sociólogos Leonardo do Araujo e Mota e André Monteiro Moraes¹²² apontam que:

“Na década de 1980, muitos países latino-americanos efetuaram suas transições de regimes ditatoriais para a ‘democracia’. As políticas desenvolvimentistas, porém, não eram mais capazes de contornar a crise econômica que assolou a economia de muitos países latino-americanos na década de 80, fato que passou a tornar-se um problema crucial para as administrações democráticas de países como a Argentina e o Brasil, sobretudo em função da hiperinflação, fato que contribuiu, aliás, para que muitos governos adotassem políticas neoliberais, enfraquecendo o poder do Estado de intervir na economia”¹²³.

Deste modo, as falhas cíclicas da prática keynesiana emparelhada com o nacional desenvolvimentismo promoveram uma abertura ideológica para que o Neoliberalismo das décadas de 80/90 se apresentasse como a solução plausível para um problema supostamente “*clínico*”¹²⁴. Para tanto, a democracia brasileira nos anos 90 se encontrou em uma encruzilhada com uma constituição que promove um Estado Social opostamente direcionado a uma

¹¹⁹ Ibid., 1978, p. 315

¹²⁰ NEUHAUS, Paulo; 1978, p. 309.

¹²¹ “[...] 1947-76 [...] um período de crescimento econômico acelerado, da ordem de 6,6% anuais” (Ibid.; 1978, p. 295).

¹²² MOTA, Leonardo de Araújo e; MORAES, André Monteiro. O ajuste fiscal e a crise do novo desenvolvimentismo no segundo mandato de Dilma Rousseff. Revista Café com Sociologia, Campina Grande, v. 6, p. 354–374, 2017.

¹²³ MOTA, Leonardo de Araújo e; MORAES, André Monteiro; 2017, p.358.

¹²⁴ Faço aqui referência à Mattei e sua análise da formação do discurso tecnocrata e a pavimentação ideológica da aplicabilidade de medidas econômicas essencialmente austeras no imediato pós-guerra e década de 20 na Europa. A naturalização discursiva das relações assalariadas e do sistema de capital são um sustentáculo essencial para a manutenção e instauração da austeridade econômica nesses países. A mesma estratégia discursiva é revivida na década de 90 pelo Consenso de Washington em sentido de abrir caminho para a nova era do mercado: o neoliberalismo (MATTEI, Clara; 2023).

economia herdada altamente inflacionada e estagnada. Este abismo colocará em choque as obrigações legais do Estado brasileiro contrárias à agenda de austeridade revivida pelo movimento neoliberal.

Sua gênese vem quando, em 1964, o Estado Brasileiro assume o problema da inflação como sua prioridade máxima de atenção, consumando-o em 1965, através da Reforma Bancária, que extinguiu a antiga Sumoc. Foi assim fundado o Banco Central e o conselho Monetário Nacional. Assim, concretiza-se o projeto tecnocrático austero para a economia Brasileira, que veria nos próximos anos sua política monetária regulada por uma instituição “*independente*”. Desta forma, o neoliberalismo se introduz nas décadas de 80 e 90 como uma frente discursiva que fará uso da indiscriminação econômica do BCB para aplicar a austeridade no Estado:

“O Banco Central passou a programar a expansão anual dos meios de pagamento através do Orçamento Monetário [...] Em termos de pressões sobre o crescimento da base monetária, o déficit orçamentário perdeu o seu lugar de destaque em 1965, passando o crédito ao setor privado e (durante alguns anos) a acumulação de reservas cambiais a serem as principais fontes de aumento da base”¹²⁵.

2.4 Gregoire Chamayou & o Neoliberalismo na década de 90.

O mundo, novamente reestabilizado ideologicamente com a queda da URSS e do bloco socialista em 1989, moveu economistas, sob uma agenda essencialmente burguesa, a retomarem as discussões sobre a intervenção e atuação do Estado Keynesiano dentro da economia¹²⁶. Sob a égide de que uma vez assegurada a posição ideológica do sistema de capital, a austeridade reemerge enquanto ferramenta que dá continuidade às fomentações liberais que fortalecem o processo de arregimentação econômica iniciado nas décadas de 20 e 30.

Na ótica nacional, o país acabara de sair do processo de redemocratização e abertura política, salvaguardados pela Constituição Cidadã de 1988 e sua “*ampla garantia de direitos e liberdades fundamentais para o cidadão*”. Contudo, sob este aspecto da discussão, faz-se necessário trazer à frente o francês Gregoire Chamayou e seu livro “*Sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*”¹²⁷. Nele, o mesmo discute a respeito deste novo paradigma social em que a nova sociedade democrática brasileira se encontrava no período.

Chamayou apresenta que em 1975 a Comissão Trilateral¹²⁸ publica um relatório chamado “*A crise da democracia: relatório sobre a governabilidade das democracias*”,

¹²⁵ NEUHAUS, Paulo; 1978, p. 310.

¹²⁶ HOBBSBAWM, Eric; 1995.

¹²⁷ CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**. Tradução de Letícia Mei; prefácio de Yasmin Afshar. 1. ed. São Paulo: UBU Editora, Coleção Explosante, 2020.

¹²⁸ “[...] organização privada fundada em 1973 sob iniciativa do banqueiro David Rockefeller [...] tinha a função de elaborar recomendações políticas para os ‘países desenvolvidos’” (CHAMAYOU, Gregoire; 2020, p.307).

introduzindo, especificamente, um dos autores do relatório: Samuel Huntington¹²⁹, o qual, por sua vez, denota que as democracias sempre “*comportaram uma população marginal mais ou menos numerosa sem participação ativa na política*”¹³⁰, norteando-se por um conceito exacerbado de que o sistema democrático por essência carece de praticidade e real eficácia. Não somente o faz, como relativiza a miséria endêmica do sistema de capital e, por conseguinte, a interferência Estatal Keynesiana, altamente “custosa”. Endossa assim o discurso em defesa do mercado e da iniciativa privada.

Retorno à Mattei pois novamente, no século XX, o discurso tecnocrata reemerge como integrante novamente de um corpo de especialistas apolíticos que dispõe de qualidades essencialmente meritocráticas, ratificadas pelas suas respectivas posições dentro do mercado de trabalho. A economista aponta que o radical deste discurso incorre originalmente nas primeiras conferências financeiras internacionais de Gênova e Bruxelas na década de 20. Tais incursões geraram suas próprias formas de recomendações e relatórios sobre a eficiência “prática” do Estado. O cerne do projeto desenvolvimento nestes encontros, tanto nas décadas de 20/30 quanto 70/80, foi a estruturação de uma economia nacional regulamentada não pelos órgãos democráticos (ou não) de cada Estado, mas sim por bancos centrais “independentes”¹³¹: “*Os ‘grandes bancos centrais do mundo’ deveriam assumir o controle absoluto da política monetária e, ao fazê-lo, desfrutar total ‘discrição’*”¹³². Mattei ressalta que:

“Essas resoluções revelam a fê inabalável em um projeto tecnocrático, projeto que coloca o centro das decisões econômicas nas mãos de um órgão que não tem absolutamente nenhum compromisso democrático. Nesse sentido, e como Hawtrey¹³³ explicitou: ‘O governo deve responder às críticas, pois sua estabilidade depende do apoio popular’. O Banco Central, em contrapartida, ‘é livre para seguir o preceito: Nunca explique; nunca se arrependa; nunca se desculpe’”¹³⁴.

Em conjunto, Chamayou aponta que, em seu excerto, Huntington discorre a respeito de uma suposta identificação do problema-fonte da questão no que tange à democracia. Indica que esta, por sua vez, estaria ligada a um paradoxo intrínseco à sua respectiva governabilidade. Este que se encontraria na diluição da autoridade socioeconômica do Estado em vista do mesmo estar sobrecarregado de demandas sociais a atender¹³⁵, gerando, por conseguinte, sua

¹²⁹ HUNTINGTON, Samuel P. “Postindustrial Politics: how to benign Will It Be?” *Comparative Politics*, v.6, n. 2, jan. 1974, pp. 163-191.

¹³⁰ HUNTINGTON, Samuel P.; 1970, p. 114.

¹³¹ “O Banco da Inglaterra é propriedade de seus acionistas e os presidentes e diretores não prestam contas a mais ninguém” (HAWTREY, Ralph George; 1928, p.243).

¹³² MATTEI, Clara; 2023, p.276.

¹³³ Economista britânico, Ralph George Hawtrey (1879-1975).

¹³⁴ MATTEI, Clara; 2023, p.277.

¹³⁵ “Em suma, democracia demais mata democracia” (CHAMAYOU, Gregoire; 2020, p. 308).

ineficiência: “*O perigo é ‘sobrecarregar o sistema político de reivindicações que ampliam suas funções e minam sua autoridade’*”¹³⁶.

Sob este prisma conceitual, Huntington indica que a crise na governabilidade estaria circunscrita na gerência intrínseca às questões estruturais do sistema democrático. Chamayou aponta que “*Como, para eles, toda crítica da economia política é a princípio rejeitada, o discurso se reduz necessariamente à uma crítica da razão governamental*”¹³⁷.

Concomitantemente às inflexões provindas de Huntington e da Comissão Trilateral, em 1989 ocorre o Consenso de Washington, onde os Estados Unidos em conjunto com o Fundo Monetário Internacional (FMI) delimitam o “*condicionamento de ajuda financeira à adoção de uma cartilha de austeridade que reduzisse o tamanho do Estado e abrisse a economia ao mercado, pautado pela fórmula de desregulamentação para aumento de produtividade*”¹³⁸. Bandeira e Diniz apresentam isso em seu artigo “*Neoliberalismo e austeridade econômica enquanto fatores condicionantes para a desigualdade no Brasil*”¹³⁹, denunciando como este movimento ideológico conceitual emparelhado com a ação de instituições financeiras internacionais pavimentaram o caminho para a reaplicação de um novo processo de austeridade econômica sob as economias mundiais - principalmente o Brasil na década de 90 durante a emancipação da sociedade civil brasileira.

Os autores ressaltam que “*O marco histórico da efetiva inserção brasileira no contexto neoliberal, deu-se com o Consenso de Washington [...] em 1989*”¹⁴⁰. De acordo com os autores, tais planos de estabilização das questões inflacionárias já começaram a se materializar durante a gestão do Governo Collor¹⁴¹, seguido pela gestão FHC, e promoveram um desenvolvimentismo arregimentado sob uma estratégia liberal, pautado a partir de um contexto de reformas a respeito do papel e ação Estatal. “*Por um processo de síntese, o Brasil adquiriu características singulares que combinam aspectos da velha ordem desenvolvimentista com aspectos de uma ordem liberalizante*”¹⁴².

¹³⁶ HUNTINGTON, Samuel P.; 1970, p. 114.

¹³⁷ CHAMAYOU, Gregoire; 2020, p. 319.

¹³⁸ DINIZ, Diana Melissa; BANDEIRA, Pablo Sthefano; 2021, p. 156.

¹³⁹ Diniz, Diana Melissa Ferreira Alves, & Bandeira, Pablo Sthefano Roque de Souza (2021). Neoliberalismo e austeridade econômica enquanto fatores condicionantes para a desigualdade no Brasil. **Revista Estudantil Manus Iuris**, 1(2), 152–168.

¹⁴⁰ DINIZ, Diana; BANDEIRA, Pablo; 2021, p. 156.

¹⁴¹ Ressalto, outrossim, que não é do interesse deste trabalho se aprofundar na administração Collor, FHC, ou quiçá em Itamar Franco. Portanto, procurando se circunscrever dentro dos objetivos de análise deste projeto e se atentar ao primeiro mandato do governo Dilma e tenuamente o novo desenvolvimentismo no governo Lula.

¹⁴² DINIZ, Diana; BANDEIRA, Pablo; 2021, p. 156.

Cito, deste modo, Manoel Ilson Cordeiro Rocha e Francisco Fonseca e seu artigo, “*Entre a Austeridade fiscal e as políticas públicas: análise da jurisprudência neoliberal da reserva do possível pelo poder judiciário*”¹⁴³. Nele, os pesquisadores discorrem a respeito da gênese do aparato legal da **Reserva do Possível** para analisar a justificativa da justiça que visa relativizar a inadimplência Estatal frente à sua obrigação constitucional de garantir os direitos e condições de vida mínimos para sua população. Isto sob a proteção do pensamento de que o Estado, por sua vez, só é capaz de atender à estas demandas caso goze de um orçamento plausível para tal¹⁴⁴.

Paralelamente à Diniz e Bandeira, Rocha e Fonseca apontam que as reformas promovidas nas gestões Collor e FHC, junto com a emancipação da sociedade civil brasileira em 1989, agem a formar um paradoxo. Onde o “*Estado garantidor da dignidade humana tem custo elevado e contraria o movimento da economia global do fim do século XX*”¹⁴⁵. O conceito da reserva do possível torna-se então uma chave analítica essencial para se compreender a raiz do amparo legal da austeridade econômica operada pelo Estado neoliberal moderno:

“Da mesma forma que o discurso neoliberal da responsabilidade fiscal ganhou adesão e corpo numa parte da sociedade civil brasileira, em outra há adesão e corpo o discurso da responsabilidade estatal pela tutela dos direitos humanos sociais sob o argumento de que eles são os direitos que compõem o mínimo existencial e a dignidade da pessoa humana”¹⁴⁶.

Assim, o neoliberalismo emerge na década de 90 como um discurso que forneceria a solução para o fim fatídico do antigo desenvolvimentismo keynesiano, reiterando a necessidade de implementação, estruturação e defesa ideológica da prática econômica de austeridade instaurada na década de 60. Por sua vez, os governos que sucederam a ditadura militar herdaram um sistema monetário centralizado e organizado agora pelo Banco Central Brasileiro (BCB), ávido para atender às propostas de contingenciamento e corte de gastos para o orçamento público federal.

Sob este horizonte, a sociedade brasileira que havia recém-saído de uma ditadura empresarial-militar, agora se vê paradoxalmente presa entre uma constituição “cidadã” e um orçamento feito para ser magro e insuficiente. Esta discussão bizantina, portanto, é a raiz discursiva da austeridade econômica, essencialmente baseada sob um temor de recessão, onde

¹⁴³ ROCHA, Manoel Ilson Cordeiro; FONSECA, Francisco Cesar Pinto da. Entre a austeridade fiscal e as políticas públicas sociais: análise da jurisprudência neoliberal da reserva do possível pelo poder judiciário. **Revista Jurídica Cesumar**, Maringá, v. 24, n. 2, 2024.

¹⁴⁴ “A reserva do possível é uma teoria jurídica de controle fiscal que pode tanto servir para um discurso de responsabilidade fiscal quanto para o objetivo neoliberal de garantir recursos para o ciclo de refinanciamento das dívidas públicas” (ROCHA, Manoel Ilson Cordeiro; FONSECA, Francisco Cesar Pinto da; 2024, p. 357).

¹⁴⁵ ROCHA, Manoel Ilson Cordeiro; FONSECA, Francisco Cesar Pinto da; 2024, p. 358.

¹⁴⁶ Ibid.; 2024, p. 356.

o receio do gerenciamento orçamentário do Estado se torna não somente um tópico sensível, como também uma arma contra a classe trabalhadora sistemicamente afastada dos âmbitos acadêmicos. Rocha e Fonseca ratificam tal ponto quando indicam que:

“Há, portanto, um campo de batalha, para se definir as prioridades orçamentárias. De um lado a trincheira dos direitos e do outro a trincheira neoliberal. Há a crescente demanda por políticas públicas em função das transformações da vida moderna e há, por outro lado, o forte movimento político-econômico neoliberal, de limitação de despesa pública, especialmente para garantir a rolagem da dívida pública”¹⁴⁷.

Por fim, o Brasil entra nos anos 2000 amparado por gestões, como Collor, FHC e Itamar, fundamentalmente alinhadas com a cartilha neoliberal de austeridade econômica disseminada pelo FMI e outras instituições financeiras e Estados nacionais no final do século XX. Entretanto, no início dos 2000 e a eleição de Lula, o Estado Brasileiro volta a ter uma política desenvolvimentista ‘*inconscientemente*’ keynesiana às avessas. Tal processo será cunhado de novo desenvolvimentismo e tem como principal característica o retorno do papel do Estado moderno em distribuir e redistribuir os saldos positivos do sistema de capital para aqueles que não gozaram do mesmo. Contudo, apesar de medidas econômicas compensatórias, o projeto “progressista” do Partido dos Trabalhadores, sob uma ótica econômica, equivale-se em sua práxis ao projeto neoliberal.

2.5 Lula e o Novo Desenvolvimentismo.

Nesse momento, faz-se necessário abordar Alba Tereza Barroso de Castro¹⁴⁸ e seu artigo “*O novo desenvolvimentismo e a nova face das políticas compensatórias*”¹⁴⁹. Nele, ela discorre a respeito do Novo Desenvolvimentismo nos anos 2000 que, por sua vez, não somente apresenta profundas contradições estruturais e ideológicas, como também promove a formação ideológica de um “*capitalismo humanizado*”¹⁵⁰. A autora, portanto, visa compreender o diálogo estabelecido pelo Novo Desenvolvimentismo promovido pelas gestões do governo Lula, com mais ênfase no segundo mandato, e o reordenamento austero da economia mundial na década de 90¹⁵¹:

“Trata-se de uma tentativa de alcançar o tão propalado ‘crescimento sustentável’. A nova estratégia do capital proclama que os patamares satisfatórios de crescimento econômico serão mantidos com a ampliação do consumo, a fim de fortalecer o mercado. E isso só acontecerá com um certo atendimento das necessidades sociais, o que exige

¹⁴⁷ Ibid.; 2024, p. 356.

¹⁴⁸ Doutora em Serviços Sociais.

¹⁴⁹ CASTRO, Alba Tereza Barroso de. O novo desenvolvimentismo e a nova face das políticas compensatórias. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, n. 2, p. 362–366, jul./dez. 2013.

¹⁵⁰ “Trata-se de um novo projeto do capital, que busca equilibrar crescimento econômico e desenvolvimento social” (CASTRO, Alba Tereza Barroso de; 2013, p. 363).

¹⁵¹ Ibid.; 2013, p. 363.

um conjunto de políticas e programas voltados para minorar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais”¹⁵².

Desta forma, após a década de 90 e início dos 2000, políticas compensatórias de caráter distributivo¹⁵³ e redistributivo¹⁵⁴ entrarão em vigor e se orientarão em colocar a atenção e garantia de suporte às populações socialmente pobres e marginalizadas em sua respectiva agenda e planejamento Estatal a partir do pensamento de que o aumento da necessidade de consumo da sociedade Brasileira iria, portanto, aumentar não somente a atenção do mercado, como a capacidade de oferta do mesmo¹⁵⁵.

O desmanche das políticas neoliberais suscitadas no final do século XX será promovido pelo “*primeiro governo Lula*” onde “*foram realizadas as contrarreformas da previdência e da educação*”¹⁵⁶. Denotando-se uma expansão da assistência social, crédito ao consumidor, empréstimos populares e o aumento do salário mínimo¹⁵⁷. Contudo, apesar do projeto de governo Lulista ser oposto à agenda Neoliberal, não ousa desafiar a ordem do capital e a notória agenda da austeridade econômica. Paralelamente a tais reformas, Castro aponta que a ação do Banco Central fora essencialmente austera, quando aponta que esses projetos aconteceram “*concomitantemente ao aumento das taxas de juros*”.

O expansionismo Lulista nas políticas de assistência social e o aumento de crédito para as classes trabalhadoras é, para Castro, apenas uma linha discursiva progressista que acaba por fim promovendo a manutenção do sistema de exploração capitalista. Isso ocorre pois, sob a égide da autora, o:

“[...] projeto do novo desenvolvimentismo, numa economia dependente como a do Brasil, embora em tese, intente aproximar os índices de crescimentos econômicos e sociais, esbarra nos componentes estruturais de formação da sociedade brasileira, que acumula séculos de miséria e pobreza”¹⁵⁸.

E aponta que:

“Como a financeirização é a chave para a inserção do país no circuito internacional, a estratégia de dinamização social fica sempre à mercê do desenvolvimento dos índices econômicos, reproduzindo a velha máxima de que somente com o crescimento econômico se alcança o desenvolvimento social”¹⁵⁹.

Deste modo, computa-se que o novo desenvolvimentismo não somente era do interesse do mercado, mas também do Banco Mundial. Castro destaca que, sob uma perspectiva do

¹⁵² Ibid.; 2013, p. 363.

¹⁵³ Distribui “novos recursos” para grupos seletos. Partes do bolo orçamentário que podem ser alocados para gerar benefícios à públicos-alvo específicos, casualmente eleitores.

¹⁵⁴ Redistribui o orçamento para aqueles que não gozam ou disfrutam dos saldos positivos da organização do Estado moderno e da realidade capitalista.

¹⁵⁵ CASTRO, Ana Tereza Barroso de; 2013, p. 364.

¹⁵⁶ Ibid.; 2013, p. 364.

¹⁵⁷ Ibid.; 2013, p. 364.

¹⁵⁸ Ibid.; 2013, p. 364.

¹⁵⁹ Ibid.; 2013, p. 364.

Banco, “*uma das piores privações é a restrição dos indivíduos ao livre mercado*”¹⁶⁰. A autora afirma que o programa Bolsa Família se embasa neste princípio, e contribui por sua vez com o fortalecimento do mercado¹⁶¹. E conclui apontando que o “*desenvolvimento social no governo Lula, com foco no combate à pobreza, priorizou o desenvolvimento local [...] O Estado deve ser apenas aquele que potencializa as possibilidades e condições de melhoria na realidade local*”¹⁶². A lógica do Estado mínimo neoliberal toma outra forma, agora quem deve depender o mínimo do Estado são as próprias classes trabalhadoras.

Em síntese, a partir da perspectiva teórica trabalhada neste texto e concomitantemente sob a ótica dos agentes privados e públicos apresentados e discutidos, o governo Lula dispôs de um sistema econômico altamente austero e neoliberal para promover um Estado mais “apaziguador” no que tange a respeito do tratamento de crises e assistências sociais. Do mesmo modo, o fez eclipsado pelas vontades e permissões de instituições financeiras tanto do Fundo Monetário Internacional (FMI) quanto do Banco Mundial e Banco Central do Brasil (BCB). Logo, o sucesso e conquistas dispostas durante sua gestão foram convenientemente adquiridas sob a guarda da vontade destes órgãos e sua respectiva deliberação econômica e financeira para tal.

2.6 Primeiro mandato do governo Dilma.

Avançando com o escopo analítico do trabalho, o suposto “Novo Desenvolvimentismo”, tal qual seu antepassado, veio encontrar seu fatídico fim no enrijecimento da austeridade macroeconômica no período de 2011-2014, sob o amparo não só do discurso neoliberal, mas também sob uma fascistização generalizada da indignação pública frente à inadimplência do governo sob a gestão petista. Por conseguinte, o professor de economia Francisco Luiz Corsi¹⁶³ no seu artigo¹⁶⁴ oferece mais embasamento do que computo aqui.

¹⁶⁰ Ibid.; 2013, p. 364.

¹⁶¹ “A melhora na distribuição de renda pessoal não significa que a distribuição da renda social como um todo, teve algum nível de elevação, pois a renda pessoal representa apenas 31% da renda interna bruta [...] Os outros praticamente 70% são gerados nas empresas financeiras e não-financeiras, ou de administração pública, e o perfil dessa outra estrutura tem caráter de piora na distribuição. Isso acontece por que há uma concentração de rendimentos oriundos dos juros e dos lucros contra os rendimentos dos salários e ordenados” (CASTRO, Ana Tereza Barroso de; 2013, p. 364).

¹⁶² Ibid.; 2013, p. 364.

¹⁶³ Professor de Economia Brasileira da Faculdade de Filosofias e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

¹⁶⁴ CORSI, Francisco Luiz. A política econômica do governo Dilma: baixo crescimento e recessão. **Revista Novos Rumos**, Marília, v. 53, n. 1, p. 153–165, jun. 2016.

Dilma assume a presidência da república em 1º de janeiro de 2011 e, em linhas gerais, o governo manteve a política econômica de seu antecessor. Este, por sua vez, não alterara substancialmente a política econômica essencialmente austera e neoliberal de FHC¹⁶⁵: “*Metas de inflação, câmbio flexível e superávits primários continuaram a nortear a sua política econômica*”¹⁶⁶. Seu governo herda um sistema altamente marcado por um bonapartismo lulista que se sustenta em uma conciliação de classes altamente instável e insegura. Corsi aponta que “funcionou” e deu certo na gestão Lula não somente por uma amálgama de fatores exógenos ao país que agiram em entregar um bom desempenho à economia brasileira, como também porque a política lulista:

“[...] ao incrementar o emprego, majorar salários, implementar vários programas sociais focalizados, estimular a acumulação, diminuir a relação dívida/PIB e manter o câmbio valorizado e as taxas elevadas de juros buscava contemplar, ao mesmo tempo, múltiplos interesses, que iam da classe trabalhadora a setores da burguesia financeira”¹⁶⁷.

E complementa que:

“[...] Lula não fez reforma agrária e adotou uma tímida política ambiental. Lula tentou articular amplo arco de alianças para dar sustentação política a seu governo. A manutenção do crescimento econômico era importante para acomodar os dispares interesses dessa aliança tácita e intrinsecamente instável”¹⁶⁸.

Tal circunstância deteriorou-se a partir de 2007 com a deflagração da crise estrutural do capitalismo global, que moveu o governo a ficar interseccionalmente preso a interesses contraditórios que agora pungem suas respectivas incompatibilidades. Os primeiros sinais de problema são detectados em 2010, quando o crescimento econômico foi acompanhado por pressões inflacionárias que apontavam para a superação do teto da meta de inflação. Corsi prontamente afirma que “*as pressões sobre os preços apresentavam tendência à alta não obstante a moeda valorizada e a elevada taxa de juro*”¹⁶⁹.

Dilma é eleita em 2011 e assume a gestão nesta grande interseccionalidade de interesses destoantes; de uma macroeconomia que é fundamentalmente austera e um discurso conciliador de classes. Além disso, a presidenta, pressionada pela elevação dos preços logo no primeiro semestre de 2011, procede com um aumento moderado na taxa de juros, restrição ao crédito, aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), sobre as operações de crédito pessoal,

¹⁶⁵ CORSI, Francisco Luiz; 2016, p.2.

¹⁶⁶ Ibid.; 2016, p.2.

¹⁶⁷ Ibid.; 2016, p. 3.

¹⁶⁸ Ibid.; 2016, p. 3.

¹⁶⁹ Ibid.; 2016, p. 4

o aumento do compulsório e das exigências de capital dos bancos e, principalmente destaco eu, a contenção do gasto público.

Apesar da gestão petista, que peca por um esquerdismo exacerbado que aceita o sistema financeiro e monetário burguês para garantir supostas necessidades populares, o governo em sinal de uma suposta recessão e ainda vivendo às sombras de uma crise estrutural inflacionária acionou medidas de austeridade para, ilusoriamente, equilibrar as contas públicas. Como melhor será apresentado à frente, essas medidas se mostraram não só ineficazes, como radicalmente “fascistizantes”.

Conscientiza-se sob outro aspecto que, computando a historicidade estrutural de crises permanentes na sociedade brasileira, exatamente por estar a longo prazo sob o julgo da austeridade¹⁷⁰, a gestão petista se encontra em um momento inoportuno. Pois, com a queda do Novo Desenvolvimentismo sob o eclipse das vontades de instituições financeiras que arregimentam cada vez mais a economia, a sociedade por sua vez passa a se demonstrar (ao analisar as respectivas circunstâncias socioeconômicas sob aspectos gerias) altamente fértil discursivamente para ser não somente mobilizada, como cooptada por discursos políticos.

Se no século XX a população se voltou para pensar em outras formas de se organizar em sentido de opor-se ao capital, no século XXI o projeto capitalista foi consumado. Tem-se, portanto, a total naturalização do capital e das relações assalariadas — projeto previamente discutido sob a égide teórica de Mattei, Scartezini, Pinto e Reich. Deste modo, Scartezini melhor apresenta que atualmente, a generalização da raiva e do ódio político é, em todas suas faces, o fascismo. E em diálogo com Mattei, o mesmo é uma ferramenta política que atua em momentos de crise para garantir a manutenção do *status-quo* do sistema atual.

Portanto, as gestões petistas ao assumirem uma economia falha e um Estado programadamente inadimplente, ficam suscetíveis a que, sob as vistas de uma crise econômica, a população não somente se erga em favor do capital, como também se oponha a discursos, movimentos e projetos de Estado progressistas antissistemas sob a aura de sua “ineficiência”. Não é do interesse deste trabalho se aprofundar nos desdobramentos da aplicação de políticas de austeridade dentro do cenário atual, contudo, ressalto que a recessão e crise política de 2013

¹⁷⁰ Regresso à Camilla Moreira e sua pesquisa sobre os impactos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) circunscritos na cidade de Uberlândia em 2013. Ela por sua vez aponta que o Estado Keynesiano às moldas brasileiras sempre moveu-se em buscar solver e atender as necessidades públicas com cautela, garantindo uma constante saciedade socioeconômica para as classes dominantes de forma paralela. Isso evidencia-se outrossim na pesquisa em que Moreira propriamente aponta uma necessidade constante na questão habitacional na cidade de Uberlândia, padrão que retorna à década de 30. Onde o Estado apesar de agir e prover, sempre o faz de forma complementar à lógica de mercado capitalista.

dá início, tanto sob uma perspectiva teórico social, mas também econômica, a um processo generalizado de fascistização da população brasileira. Por sua vez, como discutido na introdução, este tem seu apogeu no ataque à sede dos Três Poderes em Brasília (DF) em 2023, 10 anos depois.

Regressando a 2011, os efeitos das medidas têm seu resultado no final do ano, em que Corsi aponta: *“As medidas tomadas no primeiro semestre de 2011, somadas ao repique da crise internacional e à crescente deterioração das contas externas, acarretam uma desaceleração mais forte no PIB em 2011, que cresceu 2,73%”*¹⁷¹. Assim a questão inflacionária seguiu sendo um problema pungente para o governo Dilma. Sob tal aspecto, a presidenta inicia no segundo semestre de 2011 uma *“cautelosa e tardia redução da taxa básica de juros”*¹⁷². Corsi indica que o esperado, por parte da gestão, era que com tal medida o Estado pudesse incentivar o consumo e o investimento enquanto paralelamente almejava reduzir o peso da dívida pública no PIB. Outras medidas foram implementadas visando solver a crise e, para tanto, o governo anuncia uma *“nova matriz de política econômica, calcada nos juros baixos, no câmbio competitivo e no aumento do gasto público”*¹⁷³.

Corsi aponta que: essa linha de política econômica indicava que Dilma caminhava no sentido de modificar a política macroeconômica neoliberal herdada de FHC, particularmente ao reduzir as taxas de juros e flexibilizar a forma de combate à inflação¹⁷⁴. Sob a égide desta rearticulação econômica proposta pelo governo, Dilma indica que, agora fora do bojo econômico circunstancial que favoreceu a economia brasileira durante o novo desenvolvimentismo, o PT se move para novamente reatar o crescimento econômico a fim de salvaguardar seu bonapartismo político. Deste modo, com a queda de um sustentáculo essencial que era a coadunação do novo desenvolvimentismo e, portanto, do mercado financeiro, o progressismo petista se viu enforcado pelo atrito, começando a pungir entre a interseccionalidade de interesses das elites e das classes trabalhadoras mediante o agravamento da crise. A moção do Estado em alterar os princípios básicos de austeridade econômica, discutidos previamente e estruturados na década de 20 fez com que a base do capital fosse, mesmo que de forma inocente por parte dos respectivos dirigentes, ameaçada¹⁷⁵.

¹⁷¹ CORSI, Francisco Luiz; 2016, p. 5.

¹⁷² Ibid.; 2016, p. 5.

¹⁷³ Ibid.; 2016, p. 6.

¹⁷⁴ Ibid.; 2016, p. 7.

¹⁷⁵ “A tímida tentativa do governo Dilma de flexibilizar a política macroeconômica neoliberal não se sustentou por muito tempo” (CORSI, Francisco Luiz; 2016, p. 7).

Em outubro de 2012 as taxas básicas de juros assumem a cifra de 7,25%; aproximando-se da realidade comum de alguns países. Apesar do intuito ter sido retomar o crescimento, as medidas aplicadas entraram em conflito estrutural com os interesses das classes dominantes, e se demonstraram incapazes de solver a crise que estava se instaurando¹⁷⁶. Corsi indica que:

“[...] medidas do governo que geraram inúmeros pontos de atrito com a classe dominante, dentre as quais cabe mencionar: a manutenção da moeda valorizada que comprometia a competitividade no setor industrial e neutralizava as várias medidas para estimular o setor; alterações nos marcos regulatórios, que ao diminuïrem a rentabilidade de concessões estatais, inibiram os investimentos em infraestrutura; a utilização dos bancos estatais para ampliar a oferta de crédito e medidas para ampliar a regulação estatal de setores da economia, como setor energético [...]”¹⁷⁷.

Neste contexto, seguindo em 2013, ainda sitiado pelo cerco econômico, o governo Dilma passa a perder sustentação política em diversas frentes de forma massiva. Grandes setores políticos passaram a se mobilizar contra a gestão, principalmente, destaca Corsi, a grande imprensa, que intensifica seu ataque ao Estado em sentido de atender os interesses do capital financeiro. A pretensa crise inflacionária assumiu controle da narrativa política envolta nas medidas de Dilma e seu “intervencionismo” econômico, onde economistas neoliberais e os principais periódicos do país passam a defender uma política econômica “ortodoxa”, orientada na elevação dos juros, na contenção do crédito e no corte dos gastos públicos¹⁷⁸. O autor denota que a “*obtenção de superávits primários elevados a qualquer custo passou a ser o núcleo da defesa da ortodoxia*”¹⁷⁹.

Emerge aqui, novamente, o discurso da austeridade em sua mais pura manifestação. O ceticismo mecanicista, antro naturalizante das relações de poder assalariadas do sistema de capital, aqui toma forma e implica o projeto estruturado com sua gênese em Gênova e Bruxelas na década de 30. À luz de uma crise indissolúvel, a austeridade surge não só como um discurso, mas também como prática econômica, rasa e de caráter gerencialista – onde computa um funcionamento Estatal baseado em uma respectiva política que não condiz com um sistema financeiro que compõe a base das relações de poder vigentes. O paradoxo inflacionário capitalista e sua respectiva finitude, oriunda de seus problemas estruturais básicos, encontra na austeridade seu refúgio final para manter vivo algo que logra por se manter funcionando.

Na sequência, ao final do primeiro semestre de 2013, o Banco Central do Brasil (BCB) intensificou a elevação dos juros com o objetivo de deter o processo inflacionário, em um período politicamente sensível, próximo às eleições de 2014. Paralelamente, o comportamento

¹⁷⁶ Ibid.; 2016, p. 5.

¹⁷⁷ Ibid.; 2016, p. 7.

¹⁷⁸ Ibid.; 2016, p. 7.

¹⁷⁹ Ibid.; 2016, p. 7.

do IPCA — que registrou variação mensal de 0,37% em Maio para 0,26 em Junho¹⁸⁰, mais com um acumulado resiliente de 6,5% e 6,7% — pressionou governadores de diversos estados¹⁸¹. Mobilizou os respectivos políticos a, em conluio com os prefeitos de capitais e cidades, aumentar a tarifa do transporte público de R\$ 0,15 até R\$0,25¹⁸² centavos, tendo exatamente como justificativa a de acompanhar a inflação e reduzir gastos no orçamento público.

Isso, em conjunto com a incapacidade do governo de frear a crise, alavancou a insatisfação popular no momento e mobilizou o povo às ruas¹⁸³. Sob esta ótica, como será melhor dissertado no capítulo seguinte, esta mobilização apesar de inicialmente ter tido uma organização e liderança através do MPL (Movimento Passe-Livre), não somente perdeu discursivamente as massas com o passar do tempo como também cedeu espaço para discursos e interesses conservadores assumirem controle dos significantes vazios populares presentes nos atos. Corsi disserta a respeito quando aponta:

“[...] desencadeou-se uma série de movimentos sociais reivindicando melhorias nos transportes urbanos, na educação e na saúde e o fim da corrupção generalizada no setor público. Desencadeados por setor de esquerda, os movimentos foram engrossados por outros setores, em especial das classes médias, e acabaram dominados pelos setores de centro direita. Esses movimentos heterogêneos acuraram o governo”¹⁸⁴.

Deste modo surge, portanto, o que foi concebido na época como as “*Marchas de Junho*”, momento em que a população das cidades que sofreram com o aumento, encabeçada inicialmente (como dito anteriormente) pelo Movimento Passe-Livre (MPL)¹⁸⁵, foi às ruas declarar sua insatisfação frente à nova tarifa. O povo não somente foi às ruas contra o acréscimo na taxa do transporte público, como também protestou contra a inadimplência Estatal generalizada paralela com a ineficiência dos representantes políticos eleitos. Em diálogo com este ponto, o jornal Agência Brasil em uma entrevista com o professor do curso de relações internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Acácio Augusto, apresenta que o “*Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, em 2011, foram*

¹⁸⁰ G1. Inflação oficial desacelera para 0,26% em junho, mostra IBGE. G1, 10 jul. 2013

¹⁸¹ Amazonas (AM), Bahia (BA), Ceará (CE), Espírito Santo (ES), Goiás (GO), Maranhão (MA), Mato Grosso (MT), Minas Gerais (MG), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Paraná (PR), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Norte (RN), Roraima (RO), São Paulo (SP) e Sergipe (SE).

¹⁸² G1. “Tarifa de transporte público aumenta nas maiores cidades brasileiras”. G1, São Paulo, 3 jun. 2013.

¹⁸³ G1. “Protestos pelo país reúnem mais de 250 mil pessoas”. G1, São Paulo, 21 jun. 2013.

¹⁸⁴ CORSI, Francisco Luiz; 2016, p. 8.

¹⁸⁵ MOVIMENTO PASSE LIVRE (MPL). Página oficial do Movimento Passe Livre. Disponível em: <https://www.mpl.org.br/>.

*realizadas no Brasil, 554 greves. Em 2012, foram 877 movimentos de paralisação, e, em 2013, 2.050*¹⁸⁶.

Com o cerco se fechando, Dilma cede às pressões conservadoras e larga sua breve tentativa de flexibilização da macroeconomia austera neoliberal. E, não obstante, com sua reeleição em 2014 e o agravamento da crise, Dilma não somente cede espaço para neoliberais em sua gestão, como também passa a implementar políticas de austeridade econômica como via única para solver a crise estrutural inflacionária brasileira.

2.7 Uberlândia no ano de 2013.

O primeiro semestre do ano de 2013 será profundamente marcado por este estado de sítio contra a gestão petista. Esta que, por sua vez, vem há anos consecutivamente procurando solver uma crise estrutural, agindo sempre inserida em um sistema monetário e financeiro fadado à exaustão e a incapacidade de acúmulo de capital. No momento em que ousou desafiar os sustentáculos fundamentais da austeridade, o capital financeiro se moveu para atacar Dilma e seus aliados, computando o fatídico produto da prática bonapartista dos governos petistas, estes que agora se tornam bodes expiatórios para discursos conservadores ocuparem os significantes vazios populares.

Por estas vias, a partir desta perspectiva macroeconômica e política do Brasil até o presente recorte, avanço com a análise historiográfica deste trabalho e volto a atenção agora para o Triângulo Mineiro no ano de 2013, mais minuciosamente para Uberlândia. Moreira apresenta que a cidade no século XX passa por um processo acelerado de urbanização paralela com a formação de um parque industrial, apontando que “*as causas que levaram o triângulo mineiro a tornar-se uma região tão importante economicamente remonta-se a um período de formação das rotas dos desbravadores Bandeirantes*”¹⁸⁷. A própria cidade cresce 404%¹⁸⁸ em um período de 30 anos (entre 1940 e 1970¹⁸⁹) e chega a 1985 com um crescimento surpreendente de mais 227,56%. Portanto, sob a proteção teórica do que foi discutido previamente, uma crise habitacional cada vez mais pungente se instaura na cidade:

¹⁸⁶ AGÊNCIA BRASIL. Junho de 2013: entenda o cenário de insatisfação que levou a protestos. **Agência Brasil**, Brasília, 4 jun. 2023.

¹⁸⁷ MOREIRA, Camilla Fernandes; 2013, p. 80.

¹⁸⁸ “Observou-se na década de 70 o ingresso do município em uma fase de crescimento econômico acelerado, que se traduziu em uma intensa divisão técnica e social do espaço, apenas consequência irrefutável da cristalização da divisão social e técnica do trabalho” (MOREIRA, Camilla Fernandes; 2013, p. 89).

¹⁸⁹ “Nesse período o crescimento demográfico da cidade atingiu índices muito elevados: se em 1940 a população urbana somava 22.123 habitantes, na década de 70 esse número saltou para 111.466, crescendo 404% em apenas 30 anos” (MOREIRA, Camilla Fernandes; 2013, p.87).

“O crescimento acelerado desdobrou-se na expansão da cidade por todo o seu redor e também o próprio triângulo mineiro, o que caracterizou um processo de ocupação de periferias, no qual a população periférica adquiriu novos meios de moradia como o cortiço, a favela, a coabitação e outros meios subsistentes”¹⁹⁰.

A autora aponta que este desenvolvimento promoveu um alargamento tanto horizontal quanto vertical da cidade¹⁹¹. Esta valorização imobiliária vem acompanhada com uma especulação financeira que firmou seus interesses na região¹⁹² na década de 60:

“Apenas no ano de 1966 foram abertos 29.513 lotes na cidade, quando sua população era de 95.570 habitantes. Se considerar-se uma razão de cinco pessoas/lote houve, somente naquele ano, um excedente de 43 mil lotes, ou seja, 69% dos terrenos da cidade estavam sem ocupação como reserva de valor”¹⁹³.

O déficit habitacional, em 2010, já se alicerça em aproximados 49.552 unidades¹⁹⁴. Ressalta-se novamente que é a “*população que compõe renda máxima de 3 salários mínimos que compõe 73,01% do déficit habitacional*”¹⁹⁵. Desta maneira, o ultraje constitucional transfigurado em uma inadimplência orquestrada se agrava ao computar que, utilizando o mesmo critério para sectorizar a demanda habitacional, o número de trabalhadores de até 3 salários mínimos e com necessidade de habitação sobe para 90% quando observado em escala nacional. Assim, configura-se uma realidade tanto nacional quanto municipal que $\frac{3}{4}$ do proletariado com rendimentos mais baixos são os que mais sofrem a respeito da questão habitacional no ano de 2010.

Entretanto, amparado por este breve histórico, ingresso oficialmente no ano de 2013 em Uberlândia, onde utilizarei dados referentes ao Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) — mais especificamente os Boletins de emprego do primeiro¹⁹⁶ e segundo¹⁹⁷ quadrimestre do mesmo ano. Sob este ponto, tais estudos apresentam que “*Nos dois primeiros meses de 2013 o CAGED*

¹⁹⁰ MOREIRA, Camilla Fernandes, 2013; p.87.

¹⁹¹ “A expansão horizontal da cidade foi contínua, e contou no ano de 1959 com 12 mil edificações” (MOREIRA, Camilla Fernandes; 2013, p.89).

¹⁹² “A apropriação do espaço urbano, centrada na propriedade privada e no lucro impediu às classes trabalhadoras o acesso à moradia, fazendo com que as favelas crescessem em Uberlândia” (UBERLÂNDIA, 2009, p.55).

¹⁹³ UBERLÂNDIA; 2009, p. 55.

¹⁹⁴ “Conforme dados fornecidos pela CEF, o estado de Minas Gerais apresenta uma demanda habitacional de 916.455 moradias [...] A cidade de Uberlândia, após a realização do Plano Local de Habitação e Interesse Social (PLHIS) em 2010, informou valor do déficit habitacional existente na ordem de 49.552 unidades” (MOREIRA, Camilla Fernandes; 2013, p. 83).

¹⁹⁵ UBERLÂNDIA; 2010, p. 30.

¹⁹⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Boletim do emprego em Uberlândia – maio de 2013**. Uberlândia: CEPES/IERI/UFU, maio 2013.

¹⁹⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Boletim do Emprego de Uberlândia – setembro de 2013**. Uberlândia: CEPES/IERI/UFU, set. 2013.

mostra, em Uberlândia, retração de 54% no saldo de empregos em relação ao mesmo período do ano anterior”¹⁹⁸, apontando que:

“No mês de janeiro de 2013 alguns ramos de atividade registraram maior número de desligamentos do que admissões, destacando-se o segmento de teleatendimento que apresentou saldo negativo de 272 postos. O comércio, que tradicionalmente faz ajustes de contratações no início do ano, registrou saldo negativo de 227 vagas”¹⁹⁹.

Em acordo com dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE)²⁰⁰, o ano se inicia com uma variação acumulada no IPCA — de 6,15 — nos 12 meses anteriores. E oscila conforme o primeiro semestre de 2013 passa, e acaba atingindo uma máxima de 6,59 (Março) e mínima de 6,31 (Fevereiro), culminando no ponto mais elevado no mês de Junho com 6,7, momento quando o Banco do Brasil, como dito anteriormente, eleva as taxas de juros do país, visando demonstrar que as metas estabelecidas pelo mesmo estavam à beira de serem violadas. O aumento da SEILIC é marcado quando em 30/5 do mesmo ano, é elevada de 0,82 % para 0,88%, apresentando uma evolução acumulada de 7,4% a.a. para 7,9% a.a. — próxima à meta estabelecida pelo próprio banco de 8%.

Monta-se no primeiro semestre de 2013 uma situação econômica instável, arregimentada no aumento da taxa básica de juros. Novamente, de acordo com o Índice de Preços do Centro de Estudos Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (IPC/CEPES), do mês de junho de 2013:

“Neste mês de junho, foram dois os motivos principais dessa forte desaceleração. Dentre os quatro grupos que apresentaram variações negativas estão os dois que possuem as mais fortes ponderações do IPC/CEPES: Grupo 1 - Alimentação e Grupo 2 – Habitação que juntos respondem por 50,33% da ponderação total”²⁰¹.

Destaca-se aqui que, circunscritos dentro da análise da pesquisa citada, as categorias de Alimentação e Habitação, ambas necessidades básicas humanas (por conseguinte, âncora metodológica de análise neste capítulo), correspondem aos grupos que mais sofrem com variações negativas. Isso comprova o subproduto do aumento da SEILIC, que reduz o consumo, através de uma macroeconomia convenientemente centralizada em uma instituição financeira “independente” e “apolítica”, visando equipará-lo com a capacidade de oferta lucrativa do mercado. Aqui, destaca-se o que Mattei aponta como a “violência” econômica que substitui a necessidade da mobilização fascista.

¹⁹⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2013; p.3.

¹⁹⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2013; p.3.

²⁰⁰ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA: séries históricas. **IBGE**. Edição nº 20 932.

²⁰¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2013; p.1.

Sob estas vias, compreende-se que o ano de 2013 é o princípio da aplicação intensiva dos processos de austeridade, a partir da gestão Dilma Rousseff dentro do País. O governo petista, dentro do que pôde, participou do processo e buscou atender às demandas populares mesmo assim. Contudo, sua ação não só foi de caráter paliativo, mas também agiu de forma coadunada com o grande capital a fim de atender seus respectivos anseios, computando um diálogo político entre a macroeconomia nacional, redigida pelo mercado financeiro que, desde o marco neoliberal brasileiro, detém controle sobre suas manifestações e crises, bem como sobre o bonapartismo petista.

3 AUSTERIDADE NO ANO DE 2013

3.1 A cadeia de equivalência discursiva do MPL e sua derrocada.

A intensiva aplicação de medidas essencialmente austeras dentro da política econômica nacional, no ano de 2013, o coloca como um divisor de águas no que tange a relação do Estado com a população. O esvaziamento da capacidade paliativa das ações tecnocratas do bonapartismo petista gerou uma larga mobilização popular, mais especificamente no mês de junho, quando as tarifas de transporte público tiveram seu reajuste.

Primeiramente, a socióloga Ilse Scherer-Warren²⁰² em seu artigo defende uma ponte metodologicamente empírica que une os atos de 2013 com o que ela elenca como “*as grandes manifestações do século XX*”²⁰³. Denuncia, desta forma, certo processo dentro da formulação de pautas que regem as cadeias de equivalência discursiva dentro das mobilizações populares durante a transição dos séculos.

Também aponta que, a princípio, a intervenção dos meios online de comunicação gerou uma catalisação do processo de mobilização e sua respectiva multiplicação de pautas. Sob a perspectiva de que no passado: “*O que havia em comum nessas manifestações do século XX era a articulação em torno de uma demanda ou protesto comum, com a tendência de se construir uma identificação em torno de um ideário político-ideológico mais unificado*”²⁰⁴.

Sobre a proteção do pensamento de Scherer-Warren, a multiplicação de pautas setorializadas moveu-se a uma diluição da capacidade organizativa da população em contraponto a uma elevada força de mobilização. Complemento com os fundamentos de Simmel, Chamayou e Mattei, nos quais se vê, durante a segunda metade do século XX e o início dos anos 2000, a consolidação de um processo capitalista de naturalização das relações assalariadas, e o apogeu do Estado Keynesiano organizado pela lógica da austeridade econômica.

Deste modo, o individualismo ocasionado em primeira mão pela lógica citadina, impulsionado pelo medo e pavor frente à mitologia de uma recessão econômica sob o crepúsculo da austeridade econômica, reformulou a lógica de pensamento e manifestação popular. Scartezini, em diálogo com Mattei, aponta que esta nova lógica, quando forçadamente silenciada pelas vias liberais, é a base consolidada do pensamento fascista.

Portanto, este trabalho opera em compreender que da segunda metade do século XX até o ano de 2013, existe uma repaginação da organização e manifestação popular, atendendo aos

²⁰² SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, maio/ago. 2014.

²⁰³ SHERER-WARREN, Ilse; 2014, p. 417.

²⁰⁴ Ibid.; 2014, p. 418.

fatos de que a multiplicação de pautas e as lutas paralelas à abstração de significantes vazios dentro do cenário contemporâneo, que aporta a *internet* como um grande promotor para a convocação dos atos, faz com que se promova sistemicamente uma incapacidade de unificação por parte das classes trabalhadoras. Esta proliferação de pautas coincide ser conveniente para grupos da classe dominante, que agora podem, dentre a grande lista de opções, escolher quais candidatos e políticos devem emergir como figuras relevantes dentro do cenário austero capitalista moderno. De modo igualmente conveniente, tais figuras representam o próprio respaldo do pensamento de ideário burguês fascista e não necessariamente oriundo da direita, sob um espectro midiático.

Tal ponto é relevante pois desnuda a fatídica e predestinada perda do MPL com os atos e manifestações cunhados como “As Marchas de Junho”. Seu discurso envolto de uma suposta “frente ampla” que abarcaria “tanto os interesses da esquerda quanto da direita” abriu caminho para uma grande amálgama de partidos e organizações conservadoras ocuparem discursivamente as ruas. Estas, por sua vez, quando inchadas de posicionamentos e discursos marcados por significantes flutuantes e vazios, paralelos à carência de uma ponta de lança ideológica, fizeram com que manifestantes não organizados pudessem ser habilmente cooptados por organizações e discursos conservadores de direita disfarçados sob uma aura “patriótica” e “unificadora”.

Notadamente, recorda-se que a cooptação de tal indivíduo que se encontrava até então “neutro” foi garantido graças à ampla mobilização popular e propaganda política advinda de muitos anos de luta do MPL em vários locais do país desde os anos 2000²⁰⁵, o qual, durante seu apogeu, relevou seu projeto político e abandonou o leme do que ansiava. Delega a cadeia de equivalência discursiva a ser ocupada, reitero, por movimentos conservadores.

Etyelle Pinheiro de Araújo, Liana de Andrade Biar e Liliana Cabral Bastos abordam a crise de representatividade da democracia Brasileira no ano de 2013 em seu artigo²⁰⁶. Apresentam que em suas origens, tanto o MPL quanto os outros movimentos participantes dos atos, com exceção dos infames *Black Blocks* e de movimentos declaradamente progressistas radicais, dispunham de uma “suposta horizontalidade entre os participantes”²⁰⁷, destacando que

²⁰⁵ “O *Movimento Passe Livre* (MPL) se tornou o ícone das manifestações e dos protestos de junho de 2013, como a expressão de uma nova forma política de agir. Porém temos que lembrar que o MPL já tinha uma articulação nacional desde meados dos anos 2000, em várias cidades, com ideários políticos coletivamente definidos por seus participantes” (SHERER-WARREN, Ilse; 2014, p. 418).

²⁰⁶ ARAÚJO, Etyelle Pinheiro; BIAR, Liana de Andrade; BASTOS, Liliana Cabral. A repressão policial como choque moral: uma análise de narrativas de manifestantes de junho de 2013. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 2197–2213, set. 2017.

²⁰⁷ ARAÚJO, Etyelle; BIAR, Liana; BASTOS, Liliana; 2017, p. 2199.

não havia um projeto político norteando as mobilizações, dada a exata “desconfiança” tanto com os projetos ideológicos da direita quanto com os da “esquerda”:

“Na maioria dos movimentos, é possível identificar elementos como o uso das redes sociais, das ocupações do espaço público e de uma suposta horizontalidade entre os participantes. Sem um projeto ideológico claro, o que é frequentemente justificado pela desconfiança e descontentamento com todas as formas de governo conhecidas, os indivíduos participantes de movimentos desse tipo expressam [...] questionamentos acerca dos fundamentos dos regimes democráticos”²⁰⁸.

Conclui-se, desta forma, que em contrapartida com as grandes manifestações do século XX, as notórias Marchas de Junho acabaram sendo marcadas como atos essencialmente liberais, que não somente abandonaram a militância organizada, como também promoveram uma abstração dos sentidos e moções de luta popular. Pleitear contra a corrupção e inadimplência estatal enquanto se discursa sobre um “interesse comum universal” que une tanto a direita quanto a esquerda é promover uma justificativa político-discursiva para a direita e movimentos burgueses ocuparem as ruas com o favor popular e moverem-se, como sempre, segundo os seus próprios interesses.

Compreender este sustentáculo de 2013 é fundamental pois, em determinadas circunstâncias, como as que serão apresentadas à frente, ao MPL se retirar dos atos através de negociatas que cediam meias conquistas, as pessoas desorganizadas, não veiculadas, que se manifestaram em defesa dos significantes vazios de “democracia”, “liberdade” e “luta contra a corrupção” seguiram em muitos casos ocupando as ruas. Estas, futuramente, vão compor a espinha dorsal do movimento bolsonarista em 2023, além daqueles que também foram desmobilizados pela lógica da austeridade, os quais encontrarão sua solução também no conservadorismo mecanicista.

Em outras palavras, um discurso “apartidário” circunscrito em uma realidade macroeconomicamente austera é incapaz de sustentar uma mobilização contundentemente organizada e sólida de forma eficiente; muito pelo contrário, mobiliza os indivíduos apenas para que sejam condicionadamente remetidos a partidos essencialmente pró sistema em seus mais diferentes níveis. Por fim, inicio o capítulo II dialogando sobre estes pontos a fim de, de antemão, ter como dado a compreensão de que o apartidarismo defendido pelo MPL durante as manifestações de 2013 serviu somente para expulsar e atacar partidos progressistas anti-sistema e abrir campo para partidos devidamente conservadores assumirem comando dos significantes

²⁰⁸ ARAÚJO, Etyelle; BIAR, Liana; BASTOS, Liliana; 2017, p. 2199.

vazios dos atos como “a defesa da nação” e para que, no processo, tomassem o próprio “país” como seu partido.

A austeridade, assim, visa garantir que apesar de uma elevada mobilização (oriunda de uma insatisfação generalizada frente tanto ao Estado quanto à própria sociedade e economia), manifestantes, que por sua vez não cederem à violência policial, tenham seus anseios atendidos por partidos essencialmente fascistas que ofertam propostas mecanicistas e simplórias para problemas complexos, profundos e sistêmicos. Concluem mantendo a manutenção do *status quo* do sistema de capital, sem sequer discutir sua abolição e superação.

3.2 MPL e o princípio das Marchas.

O MPL, no mês de fevereiro de 2013, faz sua primeira investida na cidade de Porto Alegre durante o carnaval no *Bloco de Luta por um Transporte Público*, o qual reuniu cerca de 200 pessoas²⁰⁹. Outros atos são organizados e diferentes tamanhos seriam apresentados durante o primeiro semestre desse ano, embora os acontecimentos ocorridos nos atos convocados pelo MPL em São Paulo, no dia 3 de junho²¹⁰, que iriam alastrar uma estupenda mobilização popular em diversos pontos do país²¹¹. É basilar compreender estas primeiras movimentações do MPL no sentido de se estruturar sua linha discursiva primária, razão de sua respectiva queda.

Em seu princípio, o MPL se apresentava como um movimento ligado à esquerda, principalmente a setores mais radicais, enquanto, paralelamente, se autodenominava “apartidário”, mas não “anti-partidário”. Procurava unir forças de campos políticos distintos para atender a uma única pauta primária: a gratuidade do transporte público, apesar de que, em sua cartilha, o mesmo reivindicava que seu objetivo final era o “combate ao sistema de capital”. Daniel Pinha Silva, em seu artigo²¹², apresenta:

“Na carta de princípios da organização, ficava claro que a luta pelo transporte público não teria um fim em si mesma, mas era o caminho para a construção de uma outra sociedade – avessa ao capitalismo, mas sem reivindicar as heranças de experiências socialistas da União Soviética, China ou de países da América Latina”²¹³.

No decorrer das ondas de manifestações durante o mês de junho, o MPL presencia uma desproporcional adesão aos atos. Tal mobilização que, por sua vez, ocorre sob a defesa do

²⁰⁹ PINTO, Céli Regina Jardim; 2017, p. 418.

²¹⁰ ESTADÃO. Manifestantes protestam no M’Boi Mirim contra alta da tarifa de ônibus. Estadão, São Paulo, 03 jun. 2013. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/manifestantes-protestam-no-mboi-mirim-contralta-da-tarifa-de-onibus/>

²¹¹ SHERER-WARREN, Ilse; 2014, p. 419.

²¹² SILVA, Daniel Pinha. Junho de 2013: crítica e abertura da crise da democracia representativa brasileira. *Revista Maracanã*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 83–110, 2018. DOI: 10.12957/revmar.2018.31322.

²¹³ SILVA, Daniel Pinha; 2018, p. 97.

conceito do apartidarismo envolto dos significantes vazios de “democracia” ou “luta por direitos”, acabou por reunir uma gama muito heterogênea de grupos sociais e pautas²¹⁴. Em resposta, o MPL age de modo a garantir, apesar da heterogeneidade dos grupos envolvidos, um norteamo da cadeia de equivalência discursiva setorizada à única questão dos transportes públicos e sua respectiva gratuidade.

Entretanto, ao ter suas pautas parcialmente atendidas em algumas cidades e capitais, como foi o caso de Uberlândia (MG) e São Paulo (SP), o movimento se retira dos atos e mobilizações devido a uma elevada presença de discursos antiprogressistas e de caráter conservador, claramente se movendo politicamente contra os interesses das gestões petistas nas respectivas cidades:

“O MPL teve força de mobilização, mas sua posicionalidade de demanda democrática não articulada a nenhuma outra demanda impediu qualquer processo que permitisse o surgimento de uma cadeia de equivalência entre as diversas demandas que circulavam nas manifestações e a luta contra o aumento da passagem do transporte urbano. Ao contrário, o MPL se posicionou com uma demanda particular e se retirou das ruas assim que atendido. Quando o membro do MPL declarou que havia interesse dos dois lados (esquerda e direita) de associar da luta política por construção de cadeias de equivalência, que enfraqueceria o sentido de sua questão específica para torná-la equivalente a outras questões que circulavam nas manifestações”²¹⁵.

E, por fim, no sentido de frear o que começaram e evitar a emersão de discursos fascistas, os organizadores do movimento garantiram algumas negociatas entre as lideranças dos atos e dos respectivos governos locais — como foi o caso Uberlandense e Paulista²¹⁶. Ademais, dependendo da proporção dos atos organizados, em certas cidades o desenrolar sistêmico das Marchas de Junho ocorreram de maneira desigual.

Em São Paulo, como melhor será apresentado nos próximos tópicos do capítulo, a fascistização do discurso foi a saída contundente para repelir um ato que pudesse de alguma forma abalar discursivamente o sistema. Entretanto, em Uberlândia, é aplicado um projeto de austeridade socio-governamental em que a violência policial, a tecnocracia Estatal e a abstração das pautas, agem de modo a desmobilizar a população de Uberlândia no ano de 2013 e garantir um fortalecimento político poderoso às classes dirigentes da cidade.

²¹⁴ SHERER-WARREN, Ilse; 2014, p. 419.

²¹⁵ PINTO, Céli Regina Jardim; 2017, p. 132.

²¹⁶ “O MPL era o movimento mais organizado nas ruas em junho de 2013, com o discurso mais popular e orgânico; justificou sua saída com o argumento de estar em meio a um fogo cruzado entre grupos de esquerda e de direita. E realmente estava: de um lado, o prefeito de São Paulo, do PT, partido próximo do MPL, e partidos de esquerda que faziam oposição ao PT; de outro lado, um discurso antipolítico emergia, investindo contra as bandeiras de partido, e estava claramente à direita no espectro político” (PINTO, Céli Regina Jardim; 2017, p. 131).

Em conclusão, nas Marchas de Junho, o MPL se demonstrou incapaz de sustentar tanto ideologicamente quanto partidariamente a desproporcional adesão popular às suas respectivas manifestações. Até o campo discursivo, primário timão norteador durante a gênese dos atos, foi fracamente guiado pelo movimento. Quando intensificado o processo de austeridade econômica, no final do primeiro semestre, o mesmo presenciou seu contingente de participantes e integrantes diretos nos atos aumentar substancialmente e simultaneamente passou a ser rendido pelo mesmo, que cada vez mais se arregimentava num discurso “apartidário” mas não “antipartido”, relegando a movimentos conservadores que se encontram no espectro político da direita, o direito de se manifestar e pleitear seus anseios sob a égide da vontade popular. No momento que esta grande efervescência política estava em rumo, com o MPL em sua vanguarda, o mesmo em retirada negocia com políticos locais e abandona o círculo de horrores que estava acontecendo nas ruas. E em seu enorme vazio discursivo, a direita o preencheu por completo, e no seu cerne, o bolsonarismo.

3.3 As Marchas de Junho em São Paulo (SP).

As Marchas de Junho detêm uma brutal quantidade de reverberações e distinções dentro dos atos ocorridos — isso nas mais diferentes localidades da federação. Deste modo, em razão de garantir um norteameto metodológico deste trabalho e abonar uma padronização de análise teórica, foi-se estruturado um princípio analítico que se contentará em assistir 3 agentes de forma simultânea. Primeiro, os manifestantes, suas insatisfações, demandas e formas de mobilização. Segundo, as forças de segurança e sua respectiva postura durante as manifestações. E, por fim, o Estado, e como o mesmo reage e se move frente aos atos e seus anseios. Tal análise já foi previamente anunciada como análise tríplice. Não somente, como no decorrer do mês de junho, os atos serão segregados por “ondas”, podendo, portanto, se sectarizar em fases de modo a promover uma proceduralidade empírica.

Primeiramente, é do interesse deste trabalho realizar uma ponte comparativa, utilizando o embasamento teórico fornecido pelo equacionamento analítico proposto acima como base. Serão paragonados os atos realizados na cidade de São Paulo (SP) e os atos ocorridos em Uberlândia (MG). Ambos dispunham de qualidades gerais próximas no que tange à forma de mobilização e de flutuação dos significantes, mas que, graças talvez à proporção e, portanto, à efetividade das forças de segurança em controlar os atos, ambos produziram resultados relevantemente interessantes — foco dessa pesquisa.

Desse modo, trago luz aos artigos de André Singer²¹⁷ e de Wérleson Alexandre de Lima Santos e Hélio Márcio Pajeú²¹⁸. Neles, os autores duplamente se norteiam em segregar todo o trajeto das jornadas em 3 momentos durante sua análise do caso Paulista (SP): “[...] *a primeira ocorrendo com as manifestações dos dias 6, 10, 11 e 13 de junho; a segunda entre os dias 17 e 20 de junho; e a terceira do dia 21 de junho até o final do mês*”²¹⁹.

Nos artigos, tanto Pajeú quanto Santos apontam que, em sua primeira fase, as manifestações originais do MPL dispunham de um “[...] *caráter totalmente de esquerda com viés anarquista [...] com um discurso conciso no embate ao capital*”²²⁰. Os autores denunciam que a cobertura midiática era de rechaço aos atos, defendendo pautas esdrúxulas como a defesa da propriedade privada e a “liberação do trânsito”²²¹. Destaco aqui, que a grande mídia também agiu de modo a relativizar a violência e o confronto policial durante as manifestações, uma vez que foi edificado um discurso que tamanha disputa violenta veio a ocorrer pela própria brutalidade dos manifestantes²²², agindo, portanto, no sentido de se propagar discursivamente, com um direcionamento político em sua cobertura dos atos visando defender os interesses do capital privado.

No que tange às forças de segurança, Biar, Bastos e Araújo, abordam diretamente os confrontos policiais e seus respectivos efeitos sob os atos. Afirmam precisamente, que:

“Duramente combatidos pelos poderes públicos, os protestos, comumente, se anunciavam como pacíficos, mas terminavam com confronto direto entre policiais e manifestantes. Tais confrontos tinham origem ora nas tentativas dos policiais de dispersar a manifestação, ora na reação policial às atividades de depredação de vitrines, fachadas ou veículos por parte de alguns grupos de manifestantes”²²³.

Prosseguindo, a segunda fase se iniciará no dia 17, quando o MPL convoca um ato que reuniu por volta de 65 mil pessoas. Silva, aponta que:

“[...] 71% dos entrevistados declarou que participava pela primeira vez da onda de protestos de junho; dentre os motivos que os levaram ao protesto, 56% disseram que era pela queda da tarifa, 40% declarou que estava no evento para protestar contra a corrupção, 31% contra a repressão policial e 27% pela melhora da qualidade dos

²¹⁷ SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 102, p. 43-71, jul. 2015.

²¹⁸ SANTOS, Wérleson Alexandre de Lima; PAJEÚ, Hélio Márcio. Junho de 2013 e as jornadas de um gigante acordado: mídias, desinformação e crise de representação. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 26, p. 1-25, 2023.

²¹⁹ SANTOS, Wérleson Alexandre de Lima; PAJEÚ, Hélio Márcio; 2023, p. 288.

²²⁰ Ibid.; 2023, p. 288.

²²¹ PM e grupo entram em confronto após Marginal Pinheiros ser fechada. G1, São Paulo, 7 jun. 2013.

²²² MORENO, Ana Carolina. Manifestantes depredam estação de Metrô, banca e shopping na Paulista. G1, São Paulo, 6 jun. 2013.

²²³ ARAÚJO, Etyelle; BIAR, Liana; BASTOS, Liliana; 2017, p. 2199.

transportes públicos – nesta pesquisa, os entrevistados podiam mencionar mais de um motivo”²²⁴.

Sob esta perspectiva, destaca-se que o dia 17 representa um ponto de inflexão, pois a manifestação propagada em São Paulo (SP) ganhou força e representatividade mesmo após o rechaço da mídia e a violência policial promovidas no dia 3²²⁵. Um aumento subsequente de 71% seguido de uma guinada contundente após os primeiros atos denuncia certamente uma respectiva proceduralidade de mobilização, que norteada brevemente pelo MPL, punge um considerável aumento nas suas fileiras.

Não obstante, tece-se o cenário na seguinte perspectiva: uma população inserida no atual sistema de capital, vive constantemente eclipsada pelos sustentáculos básicos da austeridade, encarnados em um estilo de vida rígido, incapaz do acúmulo de capital e dispendo de uma péssima qualidade de vida em conjunto com uma alta carga de trabalho. Sobre esta rotina abstrata, o aumento das taxas de juros pelo BCB, por trás da efetivação macroeconômica do mesmo pelo Estado, gerou um ataque consideravelmente forte às classes trabalhadoras. Estas, se manifestaram pela primeira vez no dia 3 (contando com aproximadamente 100 pessoas) e viram seus números aumentarem de forma exponencial nos atos seguintes, de milhares à centenas de milhares pelo país. Denuncia, portanto, a sensibilidade de tal pauta para o proletariado.

A resposta do Estado, primeiramente, foi de que as demandas dos manifestantes não somente não dialogam com o “atual cenário da economia” como eram novamente caracterizadas como esbanjadoras. O próprio prefeito de São Paulo na época, Fernando Haddad (PT), pontuou: *“Não pretendo rever o preço do transporte público porque o esforço que foi feito ao longo do ano para que o reajuste da tarifa fosse muito abaixo da inflação foi enorme. Ele vai significar investir mais 600 milhões em subsídios”*²²⁶.

Deste modo, a violência policial que sucederia em outros atos após o dia 3, durante a primeira fase das marchas, paralela à relativização das manifestações e suas pautas pelos políticos, concederá uma enorme força de mobilização ao proletariado a partir da segunda metade do mês. Para Araújo, Biar e Bastos foi “[...] *após uma violenta repressão policial, ocorrida no dia 13 de junho, que se registrou, como uma espécie de resistência, o maior número*

²²⁴ SILVA, Daniel Pinha; 2018, p. 100.

²²⁵ RIBEIRO, Bruno; BURGARELLI, Rodrigo; BALMANT, Ocimara; GIRARDI, Giovana; RODRIGUES, Artur. Repressão da PM em SP faz apoio a protestos crescer. Estadão, 15 jun. 2013. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/repressao-da-pm-em-sp-faz-apoio-a-protestos-crescer/>.

²²⁶ RODRIGUES, Artur. Haddad diz que não há possibilidade de reverter aumento da tarifa do transporte. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/haddad-diz-que-nao-ha-possibilidade-de-reverter-aumento-da-tarifa-do-transporte/>.

de pessoas nas ruas em São Paulo no dia 17”²²⁷. Dessa maneira, a segunda fase será marcada pelo ingresso massivo às manifestações, principalmente, em acordo com Santos e Pajeú, de alguns setores da classe média²²⁸ movidos pela repressão tanto midiática quanto policial.

No que tange à mídia, durante a segunda fase, ainda que inicialmente buscasse rechaçar os atos, ela passa a tomar outro viés, apresentando uma aproximação discursiva dos manifestantes, que agora “*tentava clamar por um apaziguamento dos protestos, para que ocorrem de forma ‘ordeira’ e indicando que ‘os mais radicais’ fossem ignorados*”²²⁹. Esta procurava, portanto, impor suas próprias pautas como pertencentes à cadeia de equivalência dos atos, disputando discursivamente com partidos de cunho progressista, presentes²³⁰; corroboram para retirar o forte viés de classe oriundo da gênese dos protestos enquanto os preenche com “*significados vazios de ‘defesa da pátria’ e ‘demonstração de patriotismo’, removendo qualquer tom politizador, caracterizando a manifestação como de ‘brasileiros’ e ‘apartidárias’, ou ‘acima de qualquer ideologia e pelo Brasil’*”²³¹.

Sob este horizonte de perspectiva, concebe-se o princípio da terceira fase das Marchas de Junho na cidade de São Paulo (SP), marcado por esta movimentação ideológica. Tal ponto evidencia-se pelo fato de que após o dia 20 de junho, “*sem que o MPL realizasse a convocação e apontasse uma linha de atuação mínima, a agenda cresceu na mesma proporção em que cresceram a quantidade de manifestantes. De milhares, as contas de gente na rua passaram a centenas de milhares*”²³². Resultando deste forte apaziguamento das pautas e o “pró-pacifismo” paralelos à adesão de massas despolitizadas, a direita se insere nas ruas e passa a cooptar “seguidores” através de significantes vazios e flutuantes como “luta contra corrupção”, “todos por um Brasil melhor”, “meu partido é o Brasil”, etc. Santos e Pajeú apontam que:

“[...] essa movimentação da mídia e das organizações, a segunda fase das Jornadas promoveu um cruzamento de classes onde a classe trabalhadora pobre e a classe média tradicional aliada com os interesses da burguesia se encontram para disputar os significados das ruas [...] As manifestações, ao final, foram guiadas ao esvaziamento dos discursos originais que dialogavam com o aumento do custo de vida, dando a final de Junho uma cara despolitizada nas cores da bandeira do país, e um discurso

²²⁷ ARAÚJO, Etyelle Pinheiro; BIAR, Liana de Andrade; BASTOS, Liliana Cabral. A repressão policial como choque moral: uma análise de narrativas de manifestantes de junho de 2013. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 2197-2213, set. 2017. DOI: 10.5007/1984-8412.2017v14n3p2197.

²²⁸ “Com a repressão policial, alguns setores da classe média se solidarizaram com o movimento, marcando assim a segunda movimentação ideológica das Jornadas” (SANTOS; PAJEÚ; 2023, p. 288).

²²⁹ SANTOS; PAJEÚ; 2023, p. 289.

²³⁰ TOMAZ, Kleber. MP quer responsabilizar movimento por quebra-quebra em São Paulo. G1, São Paulo, 11 jun. 2013.

²³¹ Ibid.; 2023, p. 289.

²³² SILVA, Daniel Pinha; 2018, p. 100.

redirecionado a entidades representativas, mas esvaziados em sentido e pobres em materialidade”²³³.

O discurso midiático, emparelhado com uma abstração dos significantes vazios nos atos, permite que a direita se mescle de modo a manipular a cadeia de equivalência das manifestações. Principalmente através de significantes flutuantes, cujas pautas podem ser habilmente manipuladas por discursos conservadores, utilizados especificamente para assaltar a cadeia de equivalência “antissistema” e reordená-la aos interesses do capital. Silva aponta que mesmo sem o MPL, “*em 20 de junho o movimento alcançou 140 cidades, 90 no dia 21 e 100 em 22 de junho*”²³⁴.

Contempla-se que, sob a aplicação da análise tríplice inserida dentro de cada fase do caso Paulista, permite-se, a grosso modo, uma comparação de casos em menor escala, com as grandes manifestações e mobilizações das décadas de 20 e 30, quando um fio condutor dirige as massas à rua movidas pelo fervor contra um sistema desordenado que impõe os ditames diários de como cada um vive, encarnados na Austeridade. E nesta larga mobilização, que busca soluções mais radicais, cujos partidos liberais comuns são incapazes de atender, veem, amparados pelo imagético burguês, o caminho a seguir pelo meio da mobilização fascista essencialmente, passivamente e inconscientemente pró-sistema. Por fim, a violência das forças de segurança do Estado garante a formação de um medo e necessidade de defesa da “liberdade de expressão e manifestação”, catalisando drasticamente o processo inteiro nas Marchas em 2013.

O MPL, por sua vez, que realizava e organizava atos desde os anos 2000, ganhou notoriedade em uma crise econômica com alta aplicação de políticas de austeridade que acabaram por garantir a insatisfação popular ampla para que o movimento pudesse alavancar números e pleitear suas pautas. Contudo, seu discurso apaziguante sob a aura de “horizontalidade política” apenas realizou o trabalho primário de levar o povo às ruas de modo que a direita pudesse ocupar discursivamente logo em seguida, cooptando as mobilizações populares. Assim, a partir deste estado de sítio, o MPL recorre às vias liberais e abre negociatas com prefeitos de algumas cidades, como São Paulo (SP) e Uberlândia (MG) em vista de afagar o fogo que movimentos conservadores estavam alimentando.

Movendo-me para a conclusão deste tópico, em meio à segunda fase das Marchas, os manifestantes e o Conselho da Cidade entraram em acordo com a prefeitura de Fernando Haddad buscando redefinir as passagens de R\$ 3,00 para R\$ 3,20: “*O prefeito de São Paulo,*

²³³ SANTOS; PAJEÚ; 2023, p. 290.

²³⁴ SILVA; 2018, p. 100.

*Fernando Haddad (PT), admitiu nesta terça-feira (18) rever o valor do custo dos transportes, depois de uma série de protestos contra o reajuste de R\$ 3 para R\$ 3,20*²³⁵.

Com essa aprovação e “meia-vitória” — considerando que o MPL defendia a gratuidade das passagens — e não devido a uma redução da tarifa para sua cotação original (1 ano e meio depois, em 6 de janeiro de 2015, ela aumentaria de R 3,00 para R\$ 3,50; R\$ 0,30 centavos a mais do que o aumento combatido pelas Marchas²³⁶), o movimento se retira das organizações dos atos e cessa suas respectivas mobilizações. Como apontado previamente, a terceira fase das marchas concederá campo aberto de disputa para as direitas e movimentos conservadores ocuparem as ruas com o favor popular. Ainda assim, destaca-se que aqui, no caso paulista, que a prefeitura volta a decisão e retorna à cobrança original das passagens. Em contrapartida, na cidade de Uberlândia (MG) o projeto da austeridade se consuma perfeitamente, onde nem em negociatas com partidos “progressistas” neoliberais bonapartistas a tarifa retorna ao original. Novamente, dada a “incapacidade” dos poderes públicos de, através do **gasto** público, subsidiar essa “**moleza**” para a população²³⁷.

Conclui-se, assim, que em um caso no qual a violência e os meios comuns de repressão política se esvaziam e as mobilizações populares das classes trabalhadoras se alargam, a discursiva abstrata do fascismo opera em sentido de remanejar o proletariado a, na verdade, garantir a manutenção do sistema no qual ele se manifesta e age contra, e ainda é posto a defendê-lo, apesar de nele inserido. O caso Paulista evidencia tal ponto quando as classes trabalhadoras vão as ruas em ataque às políticas de austeridades implementadas, apesar de não haver qualquer ameaça sistêmica basilar. Apesar de não se moverem contra o capital, elas se movem contra um sustentáculo de funcionamento capitalista pós I guerra mundial, que é despoticamente e hegemonicamente aplicado. Atualmente, ele é amplamente defendido tanto pela direita quanto pela própria “esquerda” liberal.

O abuso das forças de segurança paralelas com um discurso tecnocrata, propagado inicialmente pela mídia e pelos poderes públicos, se demonstraram incapazes de conter a necessidade de manifesto do povo. Deste modo, a direita se insere neste cenário e ocupa as ruas, oferecendo soluções rápidas, práticas e de fácil entendimento para estes anseios populares, no sentido de cooptá-las e as acionarem enquanto grandes defensoras dos valores capitalistas, mesmo que de forma inconsciente e passiva.

²³⁵ RAPUSSI, Margarete. Prefeito Fernando Haddad admite rever redução de tarifa em São Paulo. Portal da Câmara Municipal de São Paulo, São Paulo, 18 jun. 2013.

²³⁶ Veja a evolução do preço da tarifa de ônibus em São Paulo nos últimos 25 anos. G1, São Paulo, 31 dez. 2018.

²³⁷ REUTERS. Haddad: tarifa menor de transporte tira recurso de outras áreas. G1, São Paulo, 19 jun. 2013.

3.4 As Marchas de junho em Uberlândia.

Por fim, direciono a reflexão para o objetivo analítico deste projeto: as Marchas de Junho na cidade de Uberlândia (MG) no ano de 2013. Primeiramente, estas não somente muito se distinguem das ocorridas em São Paulo (SP) como também, amparado sob a hermenêutica teórica da austeridade apresentada no capítulo I, apresentam uma proceduralidade socioeconômica muito marcante e sistemicamente vantajosa para as classes dominantes.

A cidade mineira se encontrava sob a gestão do Partido dos Trabalhadores, a comando do prefeito Gilmar Machado. Tal qual a seu partidário, Haddad²³⁸, Machado acertou uma negociata com manifestantes e baixou o aumento da tarifa. Contudo, o aumento não foi reduzido por completo — algo precisamente característico de um governo que emprega a austeridade econômica como norte de sua política orçamentária. Deste modo, neste tópico será abordado como as manifestações vieram a ocorrer na cidade e suas respectivas ondas sob a ótica da análise tríplice. Se atentando, contudo, à ação procedural de todo o corpo social inserido nesta metodologia analítica.

A fim de se mapear a Marcha ocorrida em Uberlândia (MG), será empregado a triangulação discursiva sob base em jornais como o G1 e Correio de Uberlândia, como previamente apontado na introdução. Os grandes jornais repetem na cidade o que fizeram nas grandes capitais, divergindo apenas do Correio de Uberlândia, que acompanhou as manifestações e atos desde seu respectivo princípio — aderindo hegemonicamente à retórica de depredação pública e vandalismo dos manifestantes. Portanto, será paragonado o caso do Triângulo Mineiro com São Paulo, que servirá como uma espécie de âncora metodológica e teórica, onde será possível já denunciar as diferenças na forma em que se deram as mobilizações.

No início do mês de maio no ano de 2013, a agitação popular já estava em descompasso, onde diversas greves e atos passaram a ocorrer no país sempre orbitando pautas sindicais, laborais e em algumas exceções, identitárias. Em contraponto, a cidade mineira já vinha presenciando uma onda de greves²³⁹ e pequenos atos²⁴⁰, mas nada como estava ocorrendo no restante do Brasil²⁴¹. A própria presença e mobilização do MPL na cidade, só veio a ocorrer no

²³⁸ REUTERS. São Paulo e Rio cedem à pressão e revogam aumento do transporte. G1, Economia, 19 jun. 2013.

²³⁹ FUNCIONÁRIOS da UAI Martins Protestam; por causa da mudança no edital de contratações da FUNDASUS. Jornal Correio de Uberlândia, Uberlândia, 21 jun. 2013.

²⁴⁰ Policiais Civis de Uberlândia aderem à greve de Minas Gerais; atendimento local vai ser reduzido à escala de 30%. Jornal Correio de Uberlândia, Uberlândia, 12 jun. 2013.

²⁴¹ Preço da passagem de ônibus provoca manifestações pelo país. G1, Bom Dia Brasil, 7 jun. 2013.

ato do dia 20²⁴² — este que, por sua vez, é considerado por este trabalho a primeira onda de manifestações do MPL na cidade de Uberlândia (MG), contabilizando um total aproximado de 30.000 pessoas.

Em acordo com a primeira fase em São Paulo (SP), a manifestação na cidade mineira foi marcada por uma grande heterogeneidade de grupos políticos, contando com diversos partidários e não organizados. Todos sob a mesma abstração e moção de mobilização: luta pelo fim da corrupção e por um “Brasil” melhor. Deste modo, a partir da epistemologia analítica de Laclau, destaca-se uma forte presença de significantes flutuantes no discurso propagado pelo MPL, podendo ter sua gênese exatamente na necessidade da manutenção de uma “horizontalidade” política “neutra”, visando operar em manipular estes significantes à maneira que lhe for conveniente em sentido de angariar membros componentes dos atos. Esse discurso pode ser destacado em uma entrevista realizada pela TV Integração, pertencente ao G1, durante as manifestações:

“A estudante [...] participou do manifesto e disse que o movimento reivindicou não só a redução da tarifa de ônibus. ‘Uberlândia está seguindo o caminho das outras cidades. O movimento é amplo, reivindica direitos básicos, mas o aumento da passagem foi a gota d’água. Aqui na cidade, a Prefeitura mantém um contrato com as empresas que monopolizam o transporte público e preveem um aumento anual, o que pesa no bolso da população’, disse. Ela reforçou a importância em unir grupos para manifestar. ‘Queremos que a população sinta que só a luta coletiva nas ruas faz uma vitória concreta’, completou”²⁴³.

Em outra entrevista, outro manifestante pontua:

“O advogado [...] participou da caminhada e disse que é um direito da população reivindicar. ‘Nós advogados do Brasil apoiamos todo movimento democrático que ocorra de maneira pacífica como foi este movimento. O brasileiro tem o direito constitucional de reivindicar todos os direitos e devemos lutar pela democracia para o fim das mazelas sociais e econômicas desse país. A corrupção que vem nos constringendo a cada dia. O movimento é legítimo e deve perseverar pelo Brasil’, disse”²⁴⁴.

Destaca-se um apelo conjunto em favor de uma civilidade moral e conduta que é ainda muito afastada de quaisquer aplicações teórico metodológicas do sistema de capital vigente. O MPL tomando ciência destes fatores condiciona a manipulação dos significantes flutuantes de “luta contra a corrupção” e “meu partido é o Brasil” buscando nortear a cadeia de equivalência discursiva para somente anular o aumento das tarifas. Entendendo-se que, ao preencher seus discursos de significantes vazios de “luta pela democracia” ou “por um Brasil melhor”, o MPL

²⁴² RESENDE, Fernanda; PIRES, Vanessa. Manifestantes vão para as ruas de Uberlândia e pedem mudanças. G1, Triângulo Mineiro, 20 jun. 2013.

²⁴³ Ibid., 20 jun. 2013.

²⁴⁴ RESENDE, Fernanda; PIRES, Vanessa. Manifestantes vão para as ruas de Uberlândia e pedem mudanças. G1, Triângulo Mineiro, 20 jun. 2013.

não previu a radicalização do discurso por movimentos conservadores, que abusam do apelo à moral cívica e ao patriotismo e incentivam uma espécie de surto psicótico nacionalista — retórica basilar fascista.

Na segunda entrevista dos manifestantes desponha tal pensamento, que não somente ratifica e naturaliza a democracia atual, como também evoca um apelo moral que justifica e relativiza todo funcionamento sistêmico sob o qual a própria democracia representa uma pequena fração — este que por sua vez é a infame Ordem do Capital.

Sob a lógica apresentada por Mattei, o principal intuito da austeridade é isto: uma ferramenta de defesa ideológica do sistema de capital que garante a proteção das relações de poder mediadas pela moeda e culpa pelas mazelas e crises unicamente a corrupção e falta de valores da raça humana. Abona toda a historicidade de acúmulo de capital das classes dominantes, compreendendo, como as intenções da previamente citada Comissão Trilateral em 1975 pretendia, que a ineficiência Estatal se enquadra somente como um problema não da economia, mas da própria democracia, sob a qual “*sempre se aportou uma porção de miseráveis*”. Relega seu julgamento aos políticos liberais que, insertos no sistema vigente, apenas são responsáveis por mantê-lo — sob a ótica de que a própria possibilidade de mudança interna de cunho estrutural por vias democráticas, é no mínimo utópico²⁴⁵.

Portanto, computa-se que a primeira fase em Uberlândia foi fortemente marcada pela mesma retórica austera que as grandes mídias propagaram em cidades como São Paulo (SP), defendendo a liberação do trânsito, agindo em defesa da propriedade privada etc. Outrossim, dado que São Paulo (SP) já se encontrava na segunda fase, a mídia em Uberlândia também procurou, apesar da onda de manifestantes ser tardia, recondicionar discursivamente os atos, buscando defender a ação de violência das forças de segurança em detrimento de discursivamente atacar “vandalismos perpetrados por radicais”, convenientemente movimentos e organizações progressistas²⁴⁶.

Segundo o relatório do G1 sobre os vandalismos, o jornal aponta:

“[...] Segundo a Polícia Militar (PM), nenhuma ocorrência foi registrada durante a manifestação, somente atos de vandalismo. Durante a passagem pelo início da Avenida João Naves de Ávila, cinco manifestantes subiram em uma estação de ônibus. Após receberem

²⁴⁵ Pontuo que a ideia e conceito da possibilidade de negociação é a maior característica de um processo economicamente austero. Isso se deve, pois, para tecer a naturalização da moeda e manter o julgo sob as classes trabalhadoras, é necessário de antemão preconizar a possibilidade de crises que gerariam misérias, outrossim, paradoxalmente essas crises artificiais são o próprio subproduto do sistema de capital. Deste modo, presos sob um ciclo de medo, a austeridade se insere como a possibilidade de melhora através da paciência, trabalho duro, corte de gastos e principalmente acúmulo de capital. Contudo, a solução nunca vem, a crise é intermitente e a austeridade segue se arregimentando cada vez mais.

²⁴⁶ Atos de vandalismo não comprometem manifestação pacífica em Uberlândia. G1, Minas Gerais, 21 jun. 2013.

vaia e gritos de 'sem violência', os jovens desceram do local. Outro momento de tumulto foi registrado quando um grupo estourou uma bomba e assustou os participantes da manifestação. Algumas pessoas correram e invadiram um hotel no local, mas logo desocuparam o local. Ninguém se feriu. [...] Na porta da Prefeitura, manifestantes cantaram, gritaram e algumas pessoas picharam os muros do órgão público com frases 'eu quero um governo que preste' e 'menos corrupção'. Uma porta de vidro também foi pichada com o valor do passe de ônibus 'R\$ 2,85'. Outras bombas foram estouradas em alguns locais, mas ninguém se feriu. Duas janelas do prédio foram quebradas"²⁴⁷.

Sob tal ponto, a grande mídia enquadrada na ação do G1, age de modo a condecorar passeatas pacíficas e “cívicas” em detrimento da depredação da propriedade privada, denunciando seu *modus operandi* em comum com o caso paulista, o qual discursivamente se declara a favor dos atos por meio do emprego de significantes flutuantes de “Luta contra a corrupção”. Atacam o que chamam de “radicais” e “dissidentes”, comumente partidos progressistas, acusando-os de dentro daquela manifestação “popular brasileira” dispor de postura desordeira e inversa aos pontos pleiteados pelos atos e manifestantes “corretos”.

Mattei propriamente aponta que este movimento é o subproduto da aplicação de austeridade econômica. Sob a égide de que apesar de uma larga e ampla mobilização das classes trabalhadoras em oposição ao estilo de vida rígido e rigoroso envolto de uma carga de trabalho paralela com altas taxas e impostos, o próprio sistema rearticula de modo que a capacidade de oposição seja promovida e inserida nas barreiras legais convenientes para ele. Ao atacar bandeiras e promover uma “horizontalidade” pautada em uma relativização completa da historicidade partidária dos movimentos dentro do capitalismo, o MPL evade a radicalização fascista, ao passo que a fertiliza em contraponto. E ao não atacar o cerne do problema, a manutenção dos meios e métodos de produção privado, sob proteção de uma ordem do capital, mantém vivo o ciclo necessário para a manutenção de todo o sistema.

Retornando o foco à Uberlândia, concebe-se simultaneamente três agentes principais já em ação durante a manifestação da primeira onda. Primeiro o que fora discutido previamente, as grandes mídias, que discursivamente se mesclam à cadeia de equivalência dos atos e coopta suas pautas para si. Segundo, as forças de segurança, que dispuseram de violência contra os manifestantes no final do ato — o fizeram para salvaguardar a propriedade privada em contraponto ao protesto civil. Posteriormente, o discurso foi de que participantes singulares dos atos usaram de violência, os quais, por sua vez, seriam compositores de organizações de cunho progressistas como os “Black Blocks”, famosos por seus “quebra-quebra”, e movimentos como o MST — que apesar de não promoverem conflitos diretos, foram alvos de repetidas repressões

²⁴⁷ RESENDE, Fernanda; PIRES, Vanessa. Manifestantes vão para as ruas de Uberlândia e pedem mudanças. G1, Triângulo Mineiro, 20 jun. 2013.

tanto pelos manifestantes quanto da própria polícia²⁴⁸. E, terceiro, a reação da prefeitura e do representante legal eleito, Gilmar Machado (PT), frente ao pleito de 30 mil manifestantes²⁴⁹.

Durante a primeira onda, o prefeito se reúne com uma liderança de manifestantes²⁵⁰ e já agenda um diálogo em sentido de analisar a capacidade da prefeitura em atender o pleito, amparado legalmente sob a defesa da previamente discutida *lei da reserva do possível*. Ademais, destaca-se a entrevista registrada pelo G1 no dia seguinte, onde em uma reunião do ato realizada na Praça Tubal Vilela para a formulação das pautas, uma estudante pontua:

“A comissão que se reuniu com o prefeito ontem foi formada de forma espontânea, no calor do momento. Por isso ela não representou os anseios da maioria que construiu o ato. Deveríamos ter nos reunido antecipadamente para traçarmos uma pauta e definir o foco da manifestação neste momento”²⁵¹.

Sob este horizonte, contempla-se que a primeira onda em Uberlândia (MG) não somente foi desorganizada, como também a multiplicação de pautas, grupos políticos envolvidos e a quantidade inesperada de pessoas formou um campo aberto de disputa ideológica, e que nesse mar de insatisfação, todos se uniam formalmente contra o aumento da tarifa, apesar de principalmente serem atraídos pelos significantes discursivos. Deste modo, a reunião do dia seguinte vem com a intenção de reassumir a cadeia de equivalência dos atos e promover uma proceduralidade de objetivos a serem atingidos, sob a premissa de unificar a turba sob um único norte: a redução do **aumento** da tarifa. Em uma entrevista, o G1 pontua:

“Ficou definido na assembleia que a primeira medida que o grupo quer por parte da administração municipal é a redução imediata da tarifa do transporte coletivo. ‘Inicialmente, nós queremos a redução do valor tarifado no último aumento, que é de R\$ 0,25, para então podermos negociar outro modelo de transporte e demais pautas que nós elencamos’”²⁵².

E sob esta liderança, atos retornam a ocorrer no dia 24 de junho, marcando o início da segunda fase das Marchas em Uberlândia. Desta vez, norteados pela redução da tarifa e organizados, com apenas 10% de adesão quando em comparação com a primeira onda, o ato marca um total de 3 mil pessoas segundo a polícia militar. A organização e sectarização de pautas afagou discursivamente o que o MPL havia incendiado 4 dias antes. Apesar de negociarem dia 20 com o prefeito, os manifestantes seguem pleiteando as seguintes pautas:

²⁴⁸ CASCIONE, Silvio. Autoridades e movimentos sociais fazem alerta contra violência. G1, Política, 21 jun. 2013.

²⁴⁹ Manifestação é a maior já realizada em Uberlândia; cerca de 30 mil pessoas saíram em protestos nas ruas da cidade. Jornal Correio de Uberlândia, Uberlândia, 21 jun. 2013.

²⁵⁰ Representantes se reuniram com prefeito de Uberlândia após manifestação. [Vídeo]. G1, Triângulo Mineiro, 21 jun. 2013.

²⁵¹ Manifestantes definem pautas de reivindicações para Uberlândia, MG. G1, Triângulo Mineiro, 21 jun. 2013.

²⁵² Ibid., 21 jun. 2013.

“De acordo com uma das integrantes da comissão de comunicação do evento [...] os manifestantes querem a redução imediata dos R\$ 0,25 da tarifa do transporte coletivo e, se isso não for atendido, não haverá nenhum tipo de negociação. Os manifestantes também pedem o aumento no número de linhas e ônibus e a melhoria dos serviços prestados e mais nove pautas municipais. Dentre os pedidos estão a revogação do aumento dos vereadores, concursos públicos para profissionais da saúde e educação e aumento dos salários dos professores municipais”²⁵³.

Denota-se que, após a organização realizada entre a primeira onda e a segunda, as pautas agora são muito mais tateis e plausíveis, evadindo as abstrações que marcavam a primeira manifestação. Contudo, a queda drástica de 90% no número de manifestantes pune certos pontos que são do interesse deste trabalho se atentar. Primeiro, em contraponto ao caso Paulista (SP), a prefeitura da cidade de Uberlândia (MG) já abre negociações com os manifestantes no primeiro ato. Em seu gesto de negociação, que foi feito de forma desordeira, como denotamos previamente, a Prefeitura já enfraquece as chamadas da insatisfação popular. O irrisório é que mesmo após tal negociação, outras serão realizadas com outros participantes em conjunto com o prefeito e, novamente, o único sucesso foi parcialmente conquistado e somente após a segunda onda, mais precisamente no dia 25²⁵⁴.

Assim, o prefeito da cidade, Gilmar Machado (PT), anuncia uma redução de R\$ 0,15 centavos sobre o vigente aumento das passagens²⁵⁵. Aplicando a análise tríplice sob este horizonte de perspectiva, evidencia-se agora o movimento do Estado que reconhece as demandas e as necessidades das pautas enquanto simultaneamente tece um discurso de incapacidade orçamentária para atendê-las, ou quiçá a imprevisibilidade de futuras crises que podem abalar o tesouro municipal de modo a condicionar a prefeitura à falência financeira, tornando o gasto de “supérfluos” algo caro para o planejamento orçamentário. Os manifestantes então proclamam que: *“A redução aconteceu depois que milhares de pessoas foram, por duas vezes, às ruas de Uberlândia pedir por mudanças. Mesmo com a redução, os manifestantes não ficaram satisfeitos e disseram ao G1 que não haverá nenhum tipo de negociação enquanto a tarifa não chegar a R\$ 2,60”*²⁵⁶. Em resposta, o prefeito, em um gesto bonapartista, aponta que:

“[...] a redução das tarifas é uma vitória do povo de Uberlândia. Ele ainda acrescentou que recebeu uma pauta com todos os pedidos dos manifestantes e que após essa diminuição ele

²⁵³ RESENDE, Fernanda; PIRES, Vanessa. Manifestantes de Uberlândia voltam às ruas pelos R\$ 0,25 da tarifa. G1, Triângulo Mineiro, 24 jun. 2013.

²⁵⁴ REPRESENTANTES se reuniram com prefeito de Uberlândia após manifestação. [Vídeo]. G1, Triângulo Mineiro, 21 jun. 2013.

²⁵⁵ RESENDE, Fernanda. Prefeito de Uberlândia reduz valor da passagem do transporte em R\$ 0,15. G1, Triângulo Mineiro, 25 jun. 2013.

²⁵⁶ Ibid., 21 jun. 2013.

aguarda os representantes do grupo para um debate sobre o transporte público e demais temas. ‘Queremos conversar’, ressaltou²⁵⁷.

Novamente, quando Machado realiza este gesto de negociação enquanto relativiza a capacidade de implementação da gratuidade de transportes públicos em detrimento de salvaguardar os interesses “orçamentários” da prefeitura, novamente, através da proclamação da incapacidade²⁵⁸, reduz a mobilização popular. Sob a áurea de uma realidade rígida de trabalho emparelhada com altos impostos, busca sectarizar sua mobilização em sentido de no mínimo conseguir atender seus interesses de forma mais direta e mecânica — em detrimento de defender reformas estruturais que demandariam total e completa participação popular. A partir desta ótica, compreende-se a grande queda nos números presentes nas segundas e terceiras ondas de manifestação, que viram seus participantes caírem em mais de 95%.

A própria pré-disposição da prefeitura em reduzir as taxas, mas não por completo, apresenta este austero movimento de atrito direto com as classes trabalhadoras. Agora, 12 anos depois, a própria taxa foi elevada de R\$ 2,70 para R\$ 5,70²⁵⁹, demonstrando um aumento de 111,11%. Paralelamente, o salário-mínimo sofre um aumento de 123,89%²⁶⁰, denunciando uma proceduralidade constante da manutenção do status-quo econômico. Por sua vez, é o produto direto da austeridade econômica, que se articula sempre em sentido de garantir, sob a defesa de mensagens apocalípticas envoltas de miséria e pobreza, a continuidade da democracia liberal burguesa. Caso ameaçada, encontra nos que mais sofrem sob o jugo de uma macroeconomia sufocante sua força de defesa psicótica.

Tomando ciência de tais pontuações, sigo para a terceira onda das Marchas em Uberlândia (MG) no dia 26, onde após a decisão de Machado na redução de R\$ 0,15 centavos do aumento, tanto a grande mídia quanto o próprio jornal local, Correio de Uberlândia, se movem para atacar²⁶¹ e rechaçar os manifestantes remanescentes. O número de manifestantes seria de 1.500 a 2.000 que marchariam pelo centro e no percurso seriam assediados pelo tráfego, polícia e como se pode ver, a mídia. Esta novamente condecora aqueles que se fazem invisíveis e manifestam às sombras e ataca os que agem de modo a “depredar” a propriedade privada e pressionar o Estado a assumir suas respectivas responsabilidades e compromissos.

²⁵⁷ Ibid., 21 jun. 2013

²⁵⁸ Recordo aqui a proteção legal orçamentária do Estado atual enrijecida na Lei da Reserva do Possível.

²⁵⁹ Tarifa de ônibus aumenta 26,67% e passa a custar R\$ 5,70 a partir de sábado em Uberlândia. G1, Triângulo Mineiro, 23 jul. 2025.

²⁶⁰ Histórico do salário-mínimo. eCalculos, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ecalculos.com.br/utilitarios/historico-salario-minimo.php>.

²⁶¹ RESENDE, Fernanda; PIRES, Vanessa. Manifestantes mudam percurso em Uberlândia e causam tumulto. G1, Triângulo Mineiro, 26 jun. 2013.

Em uma oportuna entrevista, o jornal **G1** publica:

“Carros, motos e ônibus que passavam pelo local enfrentaram congestionamento. Enquanto alguns motoristas pararam, outros seguiram pela contramão e por cima das calçadas. O motociclista Manasses Alves de Faria estava no local e ficou assustado com o que viu. ‘O pessoal da manifestação tem que focar em uma única causa. Se eles mudam o trajeto, principalmente em horário de pico, e afetam o restante da população. A cidade não pode parar’, disse”²⁶².

Computa-se o respaldo do discurso apaziguador oriundo das grandes mídias. Em contraponto, os manifestantes organizados pontuam que esta era a exata intenção, visando chamar a população a se mobilizar novamente e pleitear a redução completa da tarifa:

“A integrante da organização do movimento Beatriz Machado disse que a intenção da mudança de trajeto foi chamar atenção, porém sem violência. ‘Nós fomos até a Prefeitura e nada resolveu. Então viemos aqui. Em relação ao tumulto, a intenção é essa, mas sem violência para chamar atenção do poder’, disse”²⁶³.

Este atrito de interesses é a maior evidencia da austeridade econômica em sua aplicação, dentro do cenário discutido. Um ato que antes moveu 30 mil a se manifestarem, agora conta com 1.500. A manifestação, por sua vez, ao ser organizada na quarta feira, acabou por comprometer a rotina de trabalho de muitos. Mas, a partir dos pontos apresentados por este trabalho, compreende-se que a própria necessidade de defesa de uma rotina de trabalho assalariada em moção de sobrevivência sistêmica é aceita a partir da naturalização das relações de poder mediadas por capacidades economicamente monetárias. Deste modo, vê-se trabalhadores se manifestando e sofrendo críticas de outros trabalhadores exatamente por estarem irrompendo com sua rotina abusivamente exploratória. É paradoxal seu respectivo funcionamento, mas a austeridade garante sua existência por usar de refém a própria classe trabalhadora contra ela mesma.

Compreendendo esta última movimentação dentro da terceira onda, denota-se a reemergência de uma mobilização popular pautada na sectarização de pautas. A partir da epistemologia da austeridade trabalhada neste artigo, sob norteamto basilar de Clara E. Mattei, novamente com a aplicação de um discurso tecnocrata naturalizante capitalista, se é possível, tal qual perpetrado nas greves carvoeiras inglesas no início do século XX, pulverizar a capacidade unificadora das classes trabalhadoras.

Na cidade mineira, após três ondas de manifestações de porte, punge a queda drástica de mais de 95% no número de militantes presentes. Não somente, como tanto previamente

²⁶² Ibid., 26 jun. 2013.

²⁶³ Ibid., 26 jun. 2013.

quanto após, existe a mobilização pulverizada²⁶⁴ e de cunho sindicalista²⁶⁵. Apesar de organizada, dispõe de uma quantidade muito esdrúxula de integrantes incapazes de pressionar o Estado e, portanto, serem ouvidos²⁶⁶. Entretanto, sob uma perspectiva geral, estes atos ocorreram em certa constância o ano todo, apontando como 2013 representa este ponto de inflexão dentro da economia nacional e dos movimentos de massa da sociedade brasileira. Apesar de que, a partir do que este trabalho opera em compreender e apontar, o ano por si demonstrou tamanha presença popular nas ruas dado a um exato ato de rebeldia contra os ditames modernos do capitalismo atual, que encontra na rígida austeridade o ritmo de trabalho e vida que a classe trabalhadora deve se submeter.

²⁶⁴ ALVES, Diego; PIRES, Vanessa. Médicos de Uberlândia fecham trânsito em manifestação. G1, Triângulo Mineiro, 3 jul. 2013.

²⁶⁵ RESENDE, Fernanda. Manifestantes fecham ruas de Uberlândia contra o Ato Médico. G1, Triângulo Mineiro, 28 jun. 2013.

²⁶⁶ RESENDE, Fernanda. Insatisfeitos com plano de cargos e salários, servidores protestam em MG. G1, Triângulo Mineiro, 26 nov. 2013.

4 CONCLUSÃO

A partir da epistemologia estrutural apresentada no decorrer dos capítulos, é possível edificar a consciência de que não somente a austeridade pode ser contemplada como o mais fortificado bastião de organização sistêmica do capitalismo tardio, como também se consoma enquanto um mecanismo direto de defesa dos interesses do mercado financeiro, portanto, as classes dominantes. Logo, originada no cerne da falência ideológica do sistema de capital nos anos vermelhos (1919-1921), ela se enraíza na psique humana ao naturalizar a historicidade sob a qual os fundamentos do sistema econômico atual foram construídos. Portanto, ao dispor desta hegemonia ideológica, age de modo a privatizar os manejos basilares das economias nacionais ao centralizá-las sob o comando de instituições financeiras “independentes & apolíticas”, que somente prestam contas a seus respectivos acionistas e investidores.

Em contraponto, sitiadas por estas circunstâncias opressoras, as classes trabalhadoras assistem suas aspirações ruírem diante de seus olhos no início do século XX. Sob a premissa de que uma vez relativizado o sistema monetário, enquanto somente uma capacidade administrativa pública “técnica”, não como uma ferramenta de poder de classes, a massa de trabalhadores agora também relativiza as calamidades que o próprio sistema gera. Operando sob o constante temor de uma passível crise de cunho capitalista, vive continuamente o eclipse das ameaças do mercado. Isso altera por completo o *modus operandi* de reação, manifestação, organização partidária e política, metamorfoseando-a em uma massa que apesar de heterogênea “ideologicamente”, se encontra hegemonicamente presa às vontades, tanto imagéticas quanto políticas da Ordem do Capital.

Leva-se em consideração que, em sua busca incessante por uma via que promova alguma alteração radical na sua respectiva realidade economicamente austera, o proletariado quando economicamente violentado, procura o que se concebe como uma “terceira via”. Esta, por sua vez, é a segunda linha de defesa partidária do sistema de capital, na qual ela discursivamente se profetiza ser capaz de superar os projetos políticos implementados tanto pela “esquerda” quanto pela “direita”. Sob essa ótica, o fascismo, enquanto uma sórdida lógica social e partidária, é um subproduto direto de uma macroeconomia austera que se vende como uma força de mudança. No entanto, o discurso radical fascista alicerçado no ataque a movimentos progressistas e deliberada servitude às vontades do mercado, acaba, por fim, sendo discursivamente oposto às mazelas e crises sociais originadas pelo uso do sistema de capital como regulação dos meios de produção, mas estruturalmente hegemônico na manutenção do status-quo capitalista liberal de mercado.

Igualmente, o Brasil ao passar do século XX aplicaria, às suas próprias medidas e urgências, um projeto de centralização econômica e adotaria uma política de controle inflacionário rígida. Sob este viés, é na década de 60 onde a austeridade econômica passou a ser a régua de qualidade produtiva da nação, sob o comando do exército brasileiro no coração do golpe militar. Tal projeto vigoraria com força até o atual presente, atravessando a redemocratização e gestões “progressistas” como foi Dilma e Lula. Outrossim, deve-se computar que uma economia essencialmente austera centralizada só foi radicalizada no país tardiamente, sob a perspectiva de que a mesma, enquanto uma ferramenta de defesa e controle do capital, nunca encontrou aqui uma resistência de cunho ideológico basilar antissistêmico. Contudo, a mesma garante a manutenção constante de uma circunstância socioeconômica “favorável” aos interesses de investimento do mercado, que vê conforto em um Estado incapaz de agir e salvaguardar os interesses da população, permitindo uma constante exploração do proletariado.

Assim sendo, adentrando o século XXI, as políticas de conciliação de classes implementadas pelas gestões Lula & Dilma tentam alcançar o tão propalado “desenvolvimento econômico” antes do “desenvolvimento social”. Tal fator punge na manutenção de políticas orçamentárias altamente austeras, redigidas pelas gestões anteriores que se cunhavam como neoliberais; políticas essas que, por sua vez, sofreram poucas alterações nos respectivos governos seguintes e encontraram conforto ideológico na tecnocracia petista. O “neodesenvolvimentismo” Lulista demonstrou ser o grande método paliativo que, por não sanar questões estruturais basilares da sociedade brasileira, é vítima constante das oscilações e vontades do mercado financeiro e, deste modo, muito conveniente para este. Sob tal viés, o bonapartismo petista encontrará o princípio de seu fim no ano de 2013, quando ao ameaçar alterar os princípios econômicos que regem a política orçamentária atual, Dilma alavancaria as forças de defesa do mercado que elevam as taxas de juros em sentido de angariar uma mobilização popular, coopta-la e colocá-la sob comando discursivo de partidos conservadores reacionários.

Em vista de atender à um método empírico, este trabalho edificou um equacionamento que contempla em assistir diversos fatores socioeconômicos sob a ótica de três agentes principais: o Estado, as forças de segurança e a população. Sob esta triangulação, é possível se denunciar evidentemente as sensibilidades do Estado, a raiz de ação das forças de segurança frente às pautas dos manifestantes e, por fim, a população, suas necessidades, circunstâncias e moções políticas. A partir das respectivas necessidades a serem atendidas, compreende-se que

o recorte histórico mais relevante aos interesses desta pesquisa circunscreveu-se no ano de 2013, mais precisamente no mês de Junho.

Isso ocorre, pois, a austeridade, enquanto uma organização socioeconômica que abarca toda a nação, tem suas raízes na centralidade de ação do Banco Central do Brasil. Este que, por sua vez, fez uso das circunstâncias políticas nas quais o país se encontrava para oportunamente elevar as taxas de juros paralelamente com uma política de controle rígido da inflação, visando minar os projetos petistas de reordenamento macroeconômico das políticas orçamentárias do Estado. Dessa forma, promoveu um efeito em cadeia de enrijecimento da austeridade presente na vida do proletariado atual, que ao presenciar um aumento de centavos nas passagens de ônibus e transportes públicos, foi massivamente às ruas pleitear contra não somente o aumento, mas toda a realidade austera no geral. Esta, então, enquadrada em altas taxas, uma política orçamentária tecnocrata liberal, um Estado ineficiente que mais objetivava a quitação da dívida nacional do que o investimento no que o mercado cunha como “gastos sociais”. Dessa maneira, fazendo uso do caso Paulista e o equiparando com o Uberlandense, a cidade mineira aplica com todas as capacidades políticas movimentos tecnocratas essencialmente austeros em vista de não somente minar as grandes manifestações, como reduzi-las a pequenos insurgentes que encontrariam seu respectivo fim na violência policial.

Uberlândia, que através do MPL já tinha uma presença das pautas relativas à gratuidade dos transportes públicos há anos, viu através da ação do BCB, uma pequena turba antissistema se elevar a um ato com mais de 30 mil participantes. Outrossim, como este trabalho evidencia em suas conclusões, a austeridade serve tanto como um disparador de mobilização popular quanto, paradoxalmente, para a sua respectiva desmobilização. O grande ato de 30 mil se torna 1.500 em questão de dias, devido a diversos fatores e discursos, como a primeira falha negociata com Gilmar Machado (PT), a redução primária de centavos sob o respectivo aumento, a redução e organização das pautas pelos manifestantes, a forma em que o MPL lida com toda a situação tanto no país quanto na cidade e a violência tanto da grande mídia quanto da polícia aos setores de manifestantes que pressionavam ainda mais pela consumação oficial da gratuidade pública dos transportes populares.

Por fim, o caso Uberlandense, paragonado com a epistemologia da austeridade econômica apresentada por Mattei, denota como uma ferramenta de controle de classe edificada no princípio do século XX transcende tanto o tempo quanto a geografia, consumando seu objetivo minuciosamente até mesmo em cidades como Uberlândia. Sob esse horizonte de perspectiva, o ano de 2013, dentro de todas as suas reverberações nos anos seguintes e suas próprias respectivas crises, demonstrou ser um ano notadamente marcado pela Austeridade

dentro da vida do brasileiro. Seus efeitos se evidenciam dentro de todas as esferas socioeconômicas insertas na Ordem do Capital, como a análise tríplice pode empiricamente demonstrar. Deste modo, com sua gênese de enrijecimento comprovada no ano de 2013, esse trabalho compreende que a espinha dorsal dos movimentos fascistas brasileiros e o ressurgimento da extrema-direita que culminam seus anseios em 2023 no ataque à sede dos três poderes, tem seu cerne localizado em devido ano. E que estes, enquanto bastiões de defesa ideológica do capital, acabam, por fim, sendo estruturalmente manipulados como peças em um tabuleiro pelas vontades da Austeridade e, portanto, do mercado e instituições financeiras.

REFERÊNCIAS

G1. O dia em que bolsonaristas invadiram o Congresso, o Planalto e o STF: como isso aconteceu e quais as consequências. **G1**, 08 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml>.

G1. PGR aponta ligação de Bolsonaro com 8 de janeiro e revela mensagem de militar: ‘Tropa continua com sangue nos olhos’. **G1**, 18 fev. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/02/18/pgr-aponta-ligacao-de-bolsonaro-com-8-de-janeiro-e-revela-mensagem-de-militar-tropa-continua-com-sangue-nos-olhos.ghtml>.

G1. Entenda os principais pontos da denúncia da PGR contra Bolsonaro e seu grupo na tentativa de golpe de Estado. **G1**, 18 fev. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/02/18/entenda-os-principais-pontos-da-denuncia-da-pgr-contra-bolsonaro-e-seu-grupo-na-tentativa-de-golpe-de-estado.ghtml>.

CNN BRASIL. Quantas pessoas foram presas pelos atos de 8 de janeiro de 2023? **CNN Brasil**, 8 jan. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/quantas-pessoas-foram-presas-pelos-atos-de-8-de-janeiro-de-2023/>.

CNN BRASIL. Quanto custou e quem pagou pelos prejuízos dos Três Poderes após ataques de 8 de janeiro? **CNN Brasil**, 6 jan. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/quanto-custou-e-quem-pagou-pelos-prejuizos-dos-tres-poderes-apos-ataques-de-8-de-janeiro/>.

G1. Polícia Federal conclui que houve falha na segurança pública do Distrito Federal nos atos golpistas de 8 de janeiro. **G1**, 29 out. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/10/29/policia-federal-conclui-que-houve-falha-na-seguranca-publica-do-distrito-federal-nos-atos-golpistas-de-8-de-janeiro.ghtml>.

G1. Entenda os acampamentos bolsonaristas: violência e terrorismo. **G1**, 30 dez. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/30/entenda-acampamentos-bolsonaristas-violencia-terrorismo.ghtml>.

G1. Só mais 72 horas: o acampamento bolsonarista radical. **G1**, [data da publicação]. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/politica/2023/so-mais-72-horas-acampamento-bolsonaristas-radicais/>.

G1. 40 anos das Diretas Já: viúva de líder lembra caráter pacífico e esperança do movimento. **G1**, 26 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/04/26/40-anos-das-diretas-ja-viuvade-lider-lembra-carater-pacifico-e-esperanca-do-movimento.ghtml>.

VEJA. A nova face do eleitorado de direita que ameaça se desgarrar da liderança de Bolsonaro. **VEJA**, 3 jan. 2025. Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/a-nova-face-do-eleitorado-de-direita-que-ameaca-se-desgarrar-da-lideranca-de-bolsonaro#google_vignette.

NEXO JORNAL. Junho de 2013: o passo a passo dos protestos que mudaram o Brasil. Especial, 5 jun. 2023. Disponível

em: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2023/06/05/junho-de-2013-o-passo-a-passo-dos-protestos-que-mudaram-o-brasil>.

JORNAL OPÇÃO. Partido Liberal disputa contra si próprio em crises contratadas a cada dois anos. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/ponto-de-partida/partido-liberal-disputa-contras-si-proprio-em-crieses-contratadas-a-cada-dois-anos-674476/>.

UOL. Os protestos contra a Copa se espalham por todo o Brasil. El País, 17 maio. 2014. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/el-pais/2014/05/17/os-protestos-contras-a-copa-se-espalham-por-todo-o-brasil.htm>.

EL PAÍS. Fotos dos protestos no Brasil em 2015. Brasil, 16 ago. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/16/album/1439750623_828827.html.

PÚBLICO. "Fora Dilma" grita-se este domingo outra vez em todo o Brasil. 16 ago. 2015. Disponível em: <https://www.publico.pt/2015/08/16/mundo/noticia/fora-dilma-gritase-este-domingo-outra-vez-em-todo-o-brasil-1705156>.

TRUFFI, R. Quem são os manifestantes de 16 de agosto. **Carta Capital**. São Paulo, ago. 2015. Sociedade. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/quem-sao-os-manifestantes-de-16-de-agosto-9588.html/>.

DIAS, Leandro. Fascismo à brasileira. Pragmatismo Político, 27 jan. 2014. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/01/fascismo-brasileira.html>.

SILVEIRA, Daniel. Crise econômica atrasou o desenvolvimento do Brasil em 3 anos, aponta Firjan. G1, 28 set. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/criese-economica-atrasou-o-desenvolvimento-do-brasil-em-3-anos-aponta-firjan.ghtml>.

G1. PF deflagra operação para investigar esquema de lavagem e desvio de dinheiro da Petrobras. G1, 17 mar. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2014/03/pf-deflagra-operacao-para-investigar-esquema-de-lavagem-e-desvio-de-dinheiro-da-petrobras.html>.

Poder 360. Conversa de Deltan e Moro mostra troca de informações com os EUA. Poder360, 9 jul. 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/conversa-de-deltan-e-moro-mostra-troca-de-informacoes-com-os-eua/>.

OTOBONI, Jéssica; FREIRE, Diego. Seis anos da Lava Jato: relembre todas as fases da operação. CNN Brasil, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/seis-anos-da-lava-jato-relembre-todas-as-fases-da-operacao/>.

UOL. Os protestos contra a Copa se espalham por todo o Brasil. El País, 17 maio 2014. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/el-pais/2014/05/17/os-protestos-contras-a-copa-se-espalham-por-todo-o-brasil.htm>.

Lista de presidentes do Brasil. Wikipedia, [s.d.]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_do_Brasil.

FURNO, Juliane. A Petrobras, a Lava Jato e os impactos econômicos de uma operação desastrosa. Brasil de Fato, 4 out. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/juliane-furno/2019/10/04/a-petrobras-a-lava-jato-e-os-impactos-economicos-de-uma-operacao-desastrosa/>.

G1. Inflação oficial desacelera para 0,26% em junho, mostra IBGE. G1, 10 jul. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2013/07/inflacao-oficial-desacelera-para-026-em-junho-mostra-ibge.html>.

UOL. Lula é inocente? O que significa ter as condenações anuladas pelo STF. UOL, 28 out. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/28/lula-e-inocente-o-que-significa-ter-as-condenacoes-anuladas-pelo-stf.htm>.

ESTADÃO. Lula diz que, se Bolsonaro tivesse coragem, daria ‘canetada’ na política de preços da Petrobras. **O Estado de S. Paulo**, 07 jun. 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/lula-diz-que-se-bolsonaro-tivesse-coragem-daria-canetada-na-politica-de-precos-da-petrobras/>. Acesso em: 29 mar. 2025.

O POVO. Lula sobe a rampa do Planalto com indígena, negro, pessoa com deficiência e recebe faixa. O Povo, 01 jan. 2023. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2023/01/01/lula-sobe-a-rampa-do-planalto-com-indigena-negro-pessoa-com-deficiencia-e-recebe-faixa.html>.

O GLOBO. Educação é a área mais afetada por novo bloqueio de gastos do governo; veja os números. **O Globo**, 29 nov. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/11/29/educacao-e-a-area-mais-afetada-por-novo-bloqueio-de-gastos-do-governo-veja-os-numeros.ghtml>.

TERRA. Lula manda novo recado e diz que BC é "irresponsável" ao aumentar taxa de juros. **Terra**, 15 dez. 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/lula-manda-novo-recado-e-diz-que-bc-e-irresponsavel-ao-aumentar-taxa-de-juros%2Ca1c1e7c008c03950feddaa21a74f96efm74f0ds9.html>.

REUTERS. Brazil's Lula says Petrobras free to decide fuel price tweaks. **Reuters**, 30 jan. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/brazils-lula-says-petrobras-free-decide-fuel-price-tweaks-2025-01-30/>.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS. A política entreguista do governo Bolsonaro e a destruição dos bancos públicos. Disponível em: <https://bancarios.com.br/politica-entreguista-do-governo-bolsonaro-e-destruicao-dos-bancos-publicos/>.

ESTADÃO. Preço da tarifa cai em Uberlândia; em Santos, não haverá reajuste. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/preco-da-tarifa-cai-em-uberlandia-em-santos-nao-havera-reajuste/>.

BAZANI, Adamo. Prefeitura de Uberlândia diz que negociou com empresas de ônibus para passagem não ultrapassar R\$ 2,85. Disponível em: <https://diariodotransporte.com.br/2014/02/06/prefeitura-de-uberlandia-diz-que-negociou-com-empresas-de-onibus-para-passagem-nao-ultrapassar-r-285/>.

MEU TRANSPORTE. Tarifa do transporte público em Uberlândia aumenta para R\$ 2,85. Disponível em: <https://meutransporte.blogspot.com/2014/02/tarifa-do-transporte-publico-em.html>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Em janeiro, desocupação foi de 5,3%**. Agência de Notícias IBGE, 20 fev. 2014. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9745-em-janeiro-desocupacao-foi-de-5-3>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Em dezembro, taxa de desocupação fica em 4,3% e fecha 2014 com média de 4,8%. Agência de Notícias IBGE, 29 jan. 2015. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/15432-em-dezembro-taxa-de-desocupacao-fica-em-4-3-e-fecha-2014-com-media-de-4-8>.

BOGHOSSIAN, Bruno. Haddad errou na gestão política das taxas e abraçou um problema. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 3 jul. 2024. Coluna. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bruno-boghossian/2024/07/haddad-errou-na-gestao-politica-das-taxas-e-abracou-um-problema.shtml>.

ANDI – Comunicação e Direitos. Mais recursos para áreas sociais e desafio na reconstrução de políticas públicas marcam primeiro ano da gestão Lula. **ANDI**, 10 abr. 2024. Disponível em: <https://andi.org.br/2024/04/mais-recursos-para-areas-sociais-e-desafio-na-reconstrucao-de-politicas-publicas-marcam-primeiro-ano-da-gestao-lula/>

BRASIL DE FATO. Saiba como a reforma agrária levou os EUA a serem uma potência econômica. **Brasil de Fato**, São Paulo, 21 jun. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/06/21/saiba-como-a-reforma-agraria-levou-os-eua-a-serem-uma-potencia-economica>.

BRASIL DE FATO. Processos de transformação do campo chinês: da reforma agrária à atualidade. **Brasil de Fato**, São Paulo, 1 jun. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/01/artigo-processos-de-transformacao-do-campo-chines-da-reforma-agraria-a-atualidade>.

BRASIL. Presidente Lula lança programa Terra da Gente para assentar 295 mil famílias até 2026. **Governo do Brasil**, Brasília, 10 abr. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/04/presidente-lula-lanca-programa-terra-da-gente-para-assentar-295-mil-familias-ate-2026>.

ENGELMANN, Solange. Assentamentos do MST denunciam falta de orçamento para infraestrutura e direitos básicos. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, 12 jun. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/06/12/assentamentos-do-mst-denunciam-falta-de-orcamento-para-infraestrutura-e-direitos-basicos/>.

MATTEI, Clara E. A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023. 488 p. ISBN 978-65-5717-321-3

ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ARANTES, Flávio; DWECK, Esther. Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 40, e0223456, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019223456>.

Jason (pseudônimo), *Past and Future* (Londres, Chatto and Windus, 1918).

Riccardo Bachi, *Italia economica nell'anno 1920: annuario dela vita commerciale, industriale, agraria, bancaria, finanziaria e dela politica economica* (Città di Castello, S. Lapi, 1921).

UNIÃO SOVIÉTICA. Censo Geral da População de 1926. Moscou: Comissão Estatística Central da URSS, 1926.

GENTILE, Emílio & FELICE, Renzo. A Itália de Mussolini e a origem do Fascismo. São Paulo: Icone, 1988.

CARMO, Jefferson Carriello. O fascismo italiano: partido político, escola e corporações. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

H. D. Henderson, “*The Reports of the Coal Industry Commission*”, *Economic Journal*, v.29, n.115, 1919,

Royal Commission on Coal Industry, Great Britain, *Reports and Minutes of Evidence*, v.2.

Martyn Ives, *Reform, Revolution and Direct Action amongst British Miners*.

G. D. H. Cole, *A History of Socialist Thought*, v.4.

Peter Scholliers e Vera Zamagni (orgs.), *Labour's Reward*.

NEUHAUS, Paulo. A inflação brasileira em perspectiva histórica. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 293–315, abr. 1978. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rbe/article/view/210>.

DINIZ, Diana Melissa Ferreira Alves; BANDEIRA, Pablo Sthefano Roque de Souza. Neoliberalismo e austeridade econômica enquanto fatores condicionantes para a desigualdade no Brasil. **Revista Estudantil Manus Iuris**, Mossoró, v. 1, n. 2, p. 152–168, jan. 2021. DOI: 10.21708/issn2675-8423.v1i2a9813.2020. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/rmi/article/view/9813>.

UBERLÂNDIA. Plano Local de Habitação de Interesse Social de Uberlândia: Diagnóstico estratégico de habitação de interesse social. Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2009.

DINIZ, Diana Melissa Ferreira Alves; BANDEIRA, Pablo Sthefano Roque de Souza. Neoliberalismo e austeridade econômica enquanto fatores condicionantes para a desigualdade no Brasil. **Revista Estudantil Manus Iuris**, Mossoró, v. 1, n. 2, p. 152–168, jan. 2021. DOI: 10.21708/issn2675-8423.v1i2a9813.2020. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/rmi/article/view/9813>.

MOTA, Leonardo de Araújo e; MORAES, André Monteiro. O ajuste fiscal e a crise do novo desenvolvimentismo no segundo mandato de Dilma Rousseff. *Revista Café com Sociologia*, Campina Grande, v. 6, p. 354–374, 2017. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/771>.

CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**. Tradução de Letícia Mei; prefácio de Yasmin Afshar. 1. ed. São Paulo: UBU Editora, Coleção Explosante, 2020. 416 p. ISBN 978-65-86497-10-6.

HUNTINGTON, Samuel P. “Postindustrial Politics: how to benign Will It Be?” *Comparative Politics*, v.6, n. 2, jan. 1974, pp. 163-191.

HAWTREY, Ralph George. *Currency and Credit*. 4. ed. London: Longmans, Green and Co., 1928.

ROCHA, Manoel Ilson Cordeiro; FONSECA, Francisco Cesar Pinto da. Entre a austeridade fiscal e as políticas públicas sociais: análise da jurisprudência neoliberal da reserva do possível pelo poder judiciário. **Revista Jurídica Cesumar**, Maringá, v. 24, n. 2, 2024. DOI: 10.17765/2176-9184.2024v24n2.e12819. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/12819>.

Diniz, Diana Melissa Ferreira Alves, & Bandeira, Pablo Sthefano Roque de Souza (2021). Neoliberalismo e austeridade econômica enquanto fatores condicionantes para a desigualdade no Brasil. **Revista Estudantil Manus Iuris**, 1(2), 152–168. <https://doi.org/10.21708/issn2675-8423.v1i2a9813.2020>.

CASTRO, Alba Tereza Barroso de. O novo desenvolvimentismo e a nova face das políticas compensatórias. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, n. 2, p. 362–366, jul./dez. 2013. DOI: 10.18764/2178-2865.v17n2p362-366

CORSI, Francisco Luiz. A política econômica do governo Dilma: baixo crescimento e recessão. **Revista Novos Rumos**, Marília, v. 53, n. 1, p. 153–165, jun. 2016. DOI: 10.36311/0102-5864.2016.v53n1.09.p153. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8495>.

MOVIMENTO PASSE LIVRE (MPL). Página oficial do Movimento Passe Livre. Disponível em: <https://www.mpl.org.br/>.

AGÊNCIA BRASIL. Junho de 2013: entenda o cenário de insatisfação que levou a protestos. **Agência Brasil**, Brasília, 4 jun. 2023.

G1. Inflação oficial desacelera para 0,26% em junho, mostra IBGE. **G1**, 10 jul. 2013

G1. “Tarifa de transporte público aumenta nas maiores cidades brasileiras”. **G1**, São Paulo, 3 jun. 2013.

G1. “Protestos pelo país reúnem mais de 250 mil pessoas”. **G1**, São Paulo, 21 jun. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Boletim do emprego em Uberlândia – maio de 2013**. Uberlândia: CEPES/IERI/UFU, maio 2013. Disponível em: https://www.ieri.ufu.br/system/files/conteudo/cepes_mt_boletim_do_emprego_em_uberlandia_2013-05.pdf.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Boletim do Emprego de Uberlândia – setembro de 2013**. Uberlândia: CEPES/IERI/UFU, set. 2013. Disponível em: https://www.ieri.ufu.br/system/files/conteudo/cepes_mt_boletim_do_emprego_em_uberlandia_2013-09.pdf.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA: séries históricas. **IBGE**. Edição nº 20 932.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?edicao=20932>

UBERLÂNDIA. Plano Local de Habitação de Interesse Social de Uberlândia: Diagnóstico estratégico de habitação de interesse social. Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2009.

PINTO, C. R. J.. A TRAJETÓRIA DISCURSIVA DAS MANIFESTAÇÕES DE RUA NO BRASIL (2013-2015). Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 100, p. 119–153, jan. 2017.

SCARTEZINI, Natália. A fascistização da indignação: as manifestações de 2015 no Brasil. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, Araraquara, n. 20, p. 183-205, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/8019>.

LACLAU, E. 1996. *Emancipación y diferencia*. Buenos Aires: Ariel. 2013. *A razão populista*. Rio de Janeiro: EdUERJ. [Originalmente: *On populist reason*. London: Verso, 2005]

PINASSI, M. O. Da democracia formal à radical. In: GONÇALVES, M. B. (Org.). **As jornadas de Junho**: o significado do retorno das manifestações de massas no Brasil. Recife: Do Organizador, 2014. P.27-31.

REICH, W. **Psicologia de massas do fascismo**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. Jason (pseudônimo), *Past and Future* (Londres, Chatto and Windus, 1918).

L'Ordine Nuovo. “*Un episodio della lotta di classe alla vigilia della rivoluzione*”. L'Ordine Nuovo, v. 2, n. 9, 10jul. 1920.

Antonio Gramsci, “Socialismo ed economia”, *L'Ordine Nuovo*, ano I, n. 34, 17 jan. 1920.

Bruxelas, 1920, Registro literal, v.2.

Riccardo Bachi, *Italia economica nell'anno 1920: annuario dela vita commerciale, industriale, agraria, bancaria, finanziaria e dela politica economica* (Città di Castello, S. Lapi, 1921), p.302.

Antonio Gramsci, “Socialismo ed economia”, *L'Ordine Nuovo*, ano I, n. 34, 17 jan. 1920, p. 265.

GENTILE, Emílio & FELICE, Renzo. A Itália de Mussolini e a origem do Fascismo. São Paulo: Icone, 1988.

CARMO, Jefferson Carriello. O fascismo italiano: partido político, escola e corporações. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

UNIÃO SOVIÉTICA. Censo Geral da População de 1926. Moscou: Comissão Estatística Central da URSS, 1926.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. Tradução de Filipe Ceppas. Mana, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, out. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/WfkbJzPmYNdfNWxpyKpcwWj/>.

Basil Blackett, *War Savings in Great Britain, or The Gospel of Goods and Services, Adresses* (Nova York, Liberty Loan Committee, 1918).

HIS MAJESTY'S STATIONERY OFFICE. *Report of the Committee on National Debt and Taxation*. Cmd. 2,800, 1927. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2027/mdp.39015036796954>

MILLIS, H. A. The British Trade Dispute and Trade Unions Act, 1927. *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 35, n. 5, p. 611-642, out. 1927. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/253833>.

HAWTREY, R. G. *Currency and Credit*. Londres, Longmans, Green and Co., 1923.

ROSSI, Pedro. Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil. In: ROSSI, Pedro; DWEK, Esther (orgs.). *Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2018.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, maio/ago. 2014. DOI: 10.1590/S0103-49792014000200010.

SANTOS, Wérleson Alexandre de Lima; PAJEÚ, Hélio Márcio. **June of 2013 and the journeys of an awoken giant: media, disinformation and representation crisis.** *Comunicação & Informação*, Recife, v. 26, 2022. DOI: 10.5216/ci.v26.74406.

SILVA, Daniel Pinha. Junho de 2013: crítica e abertura da crise da democracia representativa brasileira. *Revista Maracanã*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 83-110, 2018. DOI: 10.12957/revmar.2018.31322.

ARAÚJO, Etyelle Pinheiro; BIAR, Liana de Andrade; BASTOS, Liliana Cabral. A repressão policial como choque moral: uma análise de narrativas de manifestantes de junho de 2013. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 2197-2213, set. 2017. DOI: 10.5007/1984-8412.2017v14n3p2197. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2017v14n3p2197>.

SANTOS, Wérleson Alexandre de Lima; PAJEÚ, Hélio Márcio. Junho de 2013 e as jornadas de um gigante acordado: mídias, desinformação e crise de representação. *Comunicação & Informação*, Goiânia, v. 26, p. 1-25, 2023.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 102, p. 43-71, jul. 2015.

ESTADÃO. Manifestantes protestam no M'Boi Mirim contra alta da tarifa de ônibus. Estadão, São Paulo, 03 jun. 2013. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/manifestantes-protestam-no-mboi-mirim-contralta-da-tarifa-de-onibus/>.

RODRIGUES, Artur. Haddad diz que não há possibilidade de reverter aumento da tarifa do transporte. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/haddad-diz-que-nao-ha-possibilidade-de-reverter-aumento-da-tarifa-do-transporte/>

RIBEIRO, Bruno; BURGARELLI, Rodrigo; BALMANT, Ocimara; GIRARDI, Giovana; RODRIGUES, Artur. Repressão da PM em SP faz apoio a protestos crescer. Estadão, 15 jun. 2013. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/repressao-da-pm-em-sp-faz-apoio-a-protestos-crescer/>.

MORENO, Ana Carolina. Manifestantes depredam estação de Metrô, banca e shopping na Paulista. G1, São Paulo, 6 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/manifestantes-depredam-estacao-de-metro-banca-e-shopping-na-paulista.html>.

PM e grupo entram em confronto após Marginal Pinheiros ser fechada. G1, São Paulo, 7 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/ato-contra-tarifa-fechadas-pistas-da-marginal-pinheiros.html>.

RAPUSSI, Margarete. Prefeito Fernando Haddad admite rever redução de tarifa em São Paulo. Portal da Câmara Municipal de São Paulo, São Paulo, 18 jun. 2013. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/galeria-de-audios/prefeito-fernando-haddad-admite-rever-reducao-de-tarifa-em-sao-paulo/>.

Veja a evolução do preço da tarifa de ônibus em São Paulo nos últimos 25 anos. G1, São Paulo, 31 dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/12/31/veja-a-evolucao-do-preco-da-tarifa-de-onibus-em-sao-paulo-nos-ultimos-25-anos.ghtml>.

REUTERS. Haddad: tarifa menor de transporte tira recurso de outras áreas. G1, São Paulo, 19 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/06/haddad-tarifa-menor-de-transporte-tira-recurso-de-outras-areas.html>.

RESENDE, Fernanda; PIRES, Vanessa. Manifestantes vão para as ruas de Uberlândia e pedem mudanças. G1, Triângulo Mineiro, 20 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/06/manifestantes-invadem-ruas-de-uberlandia-e-pedem-por-mudancas.html>.

Manifestação altera o trânsito entre o setor central e prefeitura; cerca de 100 agentes do setran vão as ruas esta tarde. Jornal Correio de Uberlândia, Uberlândia, 20 jun. 2013. Disponível em: <https://jornalcorreiodeuberlandia.com.br/>.

Milhares de pessoas participam de manifestação em Uberlândia. G1, Triângulo Mineiro, 20 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/fotos/2013/06/milhares-de-pessoas-participam-de-manifestacao-em-uberlandia.html>.

FUNCONÁRIOS da UAI Martins Protestam; por causa da mudança no edital de contratações da FUNDASUS. Jornal Correio de Uberlândia, Uberlândia, 21 jun. 2013. Disponível em: <https://jornalcorreiodeuberlandia.com.br/>.

REUTERS. São Paulo e Rio cedem à pressão e revogam aumento do transporte. G1, Economia, 19 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2013/06/sao-paulo-e-rio-cedem-a-pressao-e-revogam-aumento-do-transporte-4.html>.

RESENDE, Fernanda; PIRES, Vanessa. Manifestantes vão para as ruas de Uberlândia e pedem mudanças. G1, Triângulo Mineiro, 20 jun. 2013. Disponível em:

<https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/06/manifestantes-invadem-ruas-de-uberlandia-e-pedem-por-mudancas.html>.

Preço da passagem de ônibus provoca manifestações pelo país. G1, Bom Dia Brasil, 7 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/06/preco-da-passagem-de-onibus-provoca-manifestacoes-pelo-pais.html>.

TOMAZ, Kleber. MP quer responsabilizar movimento por quebra-quebra em São Paulo. G1, São Paulo, 11 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/mp-quer-responsabilizar-movimento-por-quebra-quebra-em-sao-paulo.html>.

CASCIONE, Silvio. Autoridades e movimentos sociais fazem alerta contra violência. G1, Política, 21 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/autoridades-e-movimentos-sociais-fazem-alerta-contra-violencia.html>.

Representantes se reuniram com prefeito de Uberlândia após manifestação. [Vídeo]. G1, Triângulo Mineiro, 21 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/mg1-uberlandia/video/representantes-se-reuniram-com-prefeito-de-uberlandia-apos-manifestacao-2648094.ghtml>.

Manifestantes definem pautas de reivindicações para Uberlândia, MG. G1, Triângulo Mineiro, 21 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/06/manifestantes-definem-pautas-de-reivindicacoes-para-uberlandia-mg.html>.

RESENDE, Fernanda; PIRES, Vanessa. Manifestantes de Uberlândia voltam às ruas pelos R\$ 0,25 da tarifa. G1, Triângulo Mineiro, 24 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/06/manifestantes-de-uberlandia-voltam-ruas-pelos-r-025-da-tarifa.html>.

REPRESENTANTES se reuniram com prefeito de Uberlândia após manifestação. [Vídeo]. G1, Triângulo Mineiro, 21 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/mg1-uberlandia/video/representantes-se-reuniram-com-prefeito-de-uberlandia-apos-manifestacao-2648094.ghtml>.

Tarifa de ônibus aumenta 26,67% e passa a custar R\$ 5,70 a partir de sábado em Uberlândia. G1, Triângulo Mineiro, 23 jul. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2025/07/23/tarifa-de-onibus-aumenta-2667percent-e-passa-a-custar-r-570-a-partir-de-sabado-em-uberlandia.ghtml>.

Histórico do salário mínimo. eCalculos, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ecalculos.com.br/utilitarios/historico-salario-minimo.php>.

RESENDE, Fernanda. Prefeito de Uberlândia reduz valor da passagem do transporte em R\$ 0,15. G1, Triângulo Mineiro, 25 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/06/prefeito-de-uberlandia-reduz-valor-da-passagem-do-transporte-em-r-015.html>.

Manifestação é a maior já realizada em Uberlândia; cerca de 30 mil pessoas saíram em protestos nas ruas da cidade. Jornal Correio de Uberlândia, Uberlândia, 21 jun. 2013. Disponível em: <https://jornalcorreiodeuberlandia.com.br/>.

RESENDE, Fernanda; PIRES, Vanessa. Manifestantes mudam percurso em Uberlândia e causam tumulto. G1, Triângulo Mineiro, 26 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/06/manifestantes-mudam-percurso-em-uberlandia-e-causam-tumulto.html>.

Atos de vandalismo não comprometem manifestação pacífica em Uberlândia. G1, Minas Gerais, 21 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/bom-dia-minas/video/atos-de-vandalismo-nao-comprometem-manifestacao-pacifica-em-uberlandia-2658339.ghtml>.

RESENDE, Fernanda. Manifestantes fecham ruas de Uberlândia contra o Ato Médico. G1, Triângulo Mineiro, 28 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/06/manifestantes-fecham-ruas-de-uberlandia-contr-o-ato-medico.html>.

ALVES, Diego; PIRES, Vanessa. Médicos de Uberlândia fecham trânsito em manifestação. G1, Triângulo Mineiro, 3 jul. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/07/medicos-de-uberlandia-fecham-transito-em-manifestacao.html>.

RESENDE, Fernanda. Insatisfeitos com plano de cargos e salários, servidores protestam em MG. G1, Triângulo Mineiro, 26 nov. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/11/insatisfeitos-com-plano-de-cargos-e-salarios-servidores-protestam-em-mg.html>

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 3, edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001: 184-185.